

MARIA CRISTINA LANZA DE BARROS

**A HISTÓRIA DA DISCIPLINA GEOGRAFIA
NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940:
EXPRESSÃO DA FISIONOMIA DO
ESTADO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
Campo Grande/MS
2000**

MARIA CRISTINA LANZA DE BARROS

**A HISTÓRIA DA DISCIPLINA GEOGRAFIA
NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940:
EXPRESSÃO DA FISIONOMIA DO
ESTADO**

Dissertação apresentada como exigência final para obtenção do grau de Mestre em Educação à Comissão Julgadora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul sob a orientação do Profº Dr. Sandino Hoff.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CAMPO GRANDE
2000**

COMISSÃO JULGADORA:

Prof^a Dr^a Claudemira Azevedo Ito

Prof^a Dr^a Mônica de C. Magalhães Kassar

Prof^o Dr. Sandino Hoff

Para ISABELA,
que muitas vezes parecendo adivinhar as horas
difíceis desta jornada, me dizia: Te amo mãe!

AGRADECIMENTOS

Hoje, quando terminei este trabalho e parei para pensar nas pessoas que de uma maneira ou de outra me auxiliaram para que eu chegasse até aqui, só tive um temor: esquecer de agradecer alguém! Então para que isto não ocorra gostaria de agradecer todas as pessoas que de forma direta ou indiretamente me auxiliaram para que esta pesquisa pudesse atingir seus objetivos.

Particularmente gostaria de agradecer:

Ao Prof^o Dr. Sandino Hoff, meu orientador, que sempre à disposição se empenhou junto comigo no desenvolvimento deste trabalho.

À Prof^a Dr^a. Eurize Caldas Pessanha pelo empenho inicial em ajudar a descobrir o rumo.

À amiga e colega de trabalho Prof^a Ms. Janan Schabib, doutoranda em História da Ciência Matemática, que dedicou parte do seu tempo para leitura deste trabalho e em muito nos auxiliou indicando bibliografias e apontando falhas e/ou tecendo elogios.

À Prof^a Dr^a. Nídia Pontuska, professora da Faculdade de Educação/USP, pela disposição em nos atender quando estivemos naquela Instituição em busca do material a ser analisado.

À Irmã Beatriz, diretora do Colégio Imaculada Conceição, de Corumbá – MS, pelo apoio e confiança em nos emprestar material do acervo particular da escola.

Aos professores do Mestrado em Educação pelos ensinamentos.

Aos colegas do mestrado, que embora distantes, fizeram parte da nossa história.

Aos colegas da UFMS/Campus de Corumbá – MS que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

E, em especial, gostaria de agradecer:

Ao Ser Superior, que me guiou durante esta jornada.

Meus pais, sem os quais não teria conseguido chegar até aqui.

Lucas, meu esposo, pelo apoio e compreensão.

Isabela, minha filha, pela espera do seu tempo.

À amiga Eveline pelo apoio e abrigo.

À amiga Cida pelo apoio.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é entendermos porque a disciplina de Geografia alcança sua maior importância no ensino brasileiro, à partir da década de 1930. Para respondermos a esta questão buscamos, através do estudo da história da disciplina de Geografia, avaliar qual foi a função que esta desempenhou neste período para que tivesse conquistado tanto espaço na estrutura curricular do ensino secundário no Brasil. Para atingirmos os objetivos propostos percorremos os seguintes passos: Buscamos entender em um primeiro momento o espaço político, social e econômico do período pós-revolução de 1930 e dentro deste compreender a consolidação da Geografia, no Brasil, enquanto ciência. Posteriormente, fizemos uma análise da disciplina de Geografia através do histórico das reformas curriculares. Então constatamos sua posição de destaque nas reformas de 1931 e 1942. A seguir passamos então para uma análise das referidas reformas e de toda legislação que regeu o ensino secundário no governo de Getúlio Vargas. Assim, verificamos que à Geografia era dada a função de disciplina estratégica na divulgação e consolidação da política nacionalista desenvolvida por este governo. E, finalmente, partimos para análise dos manuais didáticos e relatórios de inspeção federal que nos mostraram como o discurso geográfico era utilizado na divulgação da ideologia nacionalista, e também que estas reformas, apesar de haverem controlado o desenvolvimento da disciplina de Geografia, traziam embutidas o discurso veiculado pela maioria dos geógrafos da época - o método moderno.

Palavras chaves:

Geografia

Disciplina escolar

Controle Governamental

ABSTRACT

The purpose of this essay is to understand why the Geography discipline reaches its greatest importance in the Brazilian education, in the beginning of the decade of 1930. To answer this question we look for, through the study of the Geography discipline History, to appraise which was the function that it fulfilled in this period, in order to conquer such space in the structure of the curriculum of the secondary education in Brazil. To reach the proposed objectives we went through the following steps: at first, we tried to understand the politician, social and economic period post 1930 Revolution and inside it comprehend the consolidation of the Geography discipline, in Brazil, as a science. Afterwards, we made an analysis of the Geography through the historical of the curriculums reforms. Then, we verify its prominence position in the reforms of 1931 and 1942. Next, we passed to an analysis of the reported reforms and of all the legislation that guide the secondary education in the Getulio Vargas government. Thus, we find out that to the Geography it was given the function of a strategist discipline in the diffusion and consolidation of the nationalist politics developed by this government. And finally, we started from the analysis of the didactic manuals and federal inspection reports that showed us how the geographic speech was utilized in the propagation of the nationalist ideology, and also, that those reforms, although have controlled the development of the Geography discipline, they brought inserted the speech diffused by the majority of the geographers at that time – the modern method.

Key words:

Geography

Scholar discipline

Government Control

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – A GEOGRAFIA APÓS A REVOLUÇÃO DE 1930: DESENVOLVIMENTO E CONSOLIDAÇÃO ENQUANTO CIÊNCIA E DISCIPLINA ESCOLAR.....	6
1. Contexto sócio-econômico, cultural e político após a Revolução de 1930.....	6
2. A ciência geográfica no Brasil na década de 1930.....	11
3. A importância da disciplina de Geografia no contexto histórico das reformas educacionais até a década de 1940.....	20
4. As reformas educacionais estabelecidas no Governo Vargas (1930 – 1945) e a disciplina escolar de Geografia.....	29
4.1. A reforma Francisco Campos em 1931.....	29
4.1.1. A organização do ensino secundário.....	32
4.1.2. A disciplina de Geografia.....	33
4.2. O Plano Nacional de Educação em 1937.....	37
4.3. A reforma Gustavo Capanema em 1942.	39
4.3.1. A Lei Orgânica do ensino secundário.....	41
4.3.2. A disciplina de Geografia.....	42
CAPÍTULO II – O LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA E OS RELATÓRIOS DA INSPEÇÃO FEDERAL: REFLEXOS DO CONTROLE ESCOLAR DAS DÉCADAS DE 1930 E 1940.....	50
1. Os livros didáticos.....	50

2. Os livros didáticos de Geografia.....	53
3. Os registros de sala de aula da disciplina de Geografia.....	75
CAPÍTULO III – A IMAGEM DA PÁTRIA ATRAVÉS DA DISCIPLINA DE GEOGRAFIA.....	86
1. Os livros didáticos de Geografia: instrumentos a serviço do poder.....	87
2. O discurso nacionalista, a geopolítica e a Geografia Moderna.....	92
3. A formação humanística e patriótica sob o método moderno.....	98
CONCLUSÃO.....	106
ANEXOS.....	109
BIBLIOGRAFIA.....	155

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Índice do livro didático para a 1ª série da autoria de Mário da Veiga Cabral (vinculado à Reforma Educacional de 1931).....	110
Anexo 2 – Índice do livro didático de Geografia para a 2ª série da autoria de Moisés Gicovate (vinculado à Reforma Educacional de 1942).....	111
Anexo 3 – Índice do livro didático de Geografia para 4ª série da autoria de Moisés Gicovate (vinculado à Reforma Educacional de 1942).....	112
Anexo 4 – Índice do livro didático de Geografia para 5ª série da autoria de Aroldo de Azevedo (vinculado à Reforma Educacional de 1931).....	113
Anexo 5 – Relatório de Inspeção Federal do Colégio Imaculada Conceição / Corumbá - MS do ano de 1939.....	114

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa do livro didático de Geografia para o ensino da quarta série secundária de Aroldo de Azevedo.....69

Figura 2 – Capa do livro didático de Geografia para o ensino da segunda série do ensino secundário de Moisés Gicovate.....72

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Livros didáticos de Geografia que foram elaborados sob a Reforma Educacional Francisco Campos em 1931.....58

Quadro 2 - Livros didáticos de Geografia que foram elaborados sob a Reforma Educacional Gustavo Capanema em 1942.....65

INTRODUÇÃO

O recorte que fazemos nesta pesquisa partiu de algumas inquietações sobre o ensino da disciplina de Geografia, no ensino fundamental e médio, que foram se apresentando ao longo de nossa trajetória como professora de Prática de Ensino de Geografia, no curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Corumbá - MS, pois ao nos depararmos com os estágios nas escolas, tanto públicas, quanto particulares, sentimos o descaso com que é tratada esta disciplina. Estas inquietações se fundamentam praticamente em tentar entender porque uma disciplina de grande importância na construção da consciência do cidadão é tratada com tanta indiferença. Nos deparamos também, ao longo de nossa trajetória, como professora, com uma realidade de ensino desta disciplina que não condiz com as inquietações e discussões que vêm sendo travadas no meio científico sobre a Geografia, pois o ensino da disciplina de Geografia não acompanhou estas discussões, e está sendo ministrado ainda hoje em moldes tradicionais já superados por esta ciência.

Partindo destas inquietações surgiu o interesse em entender a história da disciplina de Geografia. Aprofundamos nossas leituras sobre a Geografia, enquanto ciência e disciplina escolar para buscar algumas explicações das nossas inquietações, e constatamos que muitos autores destacavam e indicavam a década de 1930, como um marco para esta ciência no Brasil. E o que mais nos chamou atenção, principalmente no que diz respeito à disciplina de Geografia, é que esta foi considerada como uma das mais importantes do currículo escolar deste período, no Brasil. Isto nos despertou um grande interesse em entender porque a disciplina de Geografia, presente nos currículos escolares brasileiros desde o século XVIII, conquista este espaço só neste período.

Optamos então por focar esta pesquisa nas décadas de 1930 e 1940, período que se caracteriza por transformações políticas, sociais e econômicas que marcaram a História do Brasil. Governado por Getúlio Vargas, este foi um período de divulgação do discurso nacionalista patriótico, onde as Ciências Humanas eram vistas como veículos de divulgação ideológica e a Geografia, se apresentava, com importância que até então não havia tido no Brasil, principalmente como disciplina escolar.

De maneira geral, esta função ideológica da Geografia é evidenciada desde quando a mesma ganha o *status* de ciência na Alemanha, no século XIX, passando a ser denominada Geografia Moderna. É nesta época que também a disciplina passa a ser ensinada em todas as escolas alemãs e nas universidades, tendo um papel importante no processo de unificação da Alemanha e também na derrota da França na guerra Franco-Prussiana.

No Brasil a Geografia Moderna surge em 1913 com as primeiras publicações de Delgado de Carvalho, entretanto só é introduzida no ensino da Geografia a partir de 1930, quase um século depois de surgir na Europa.

Para a elaboração deste trabalho, num primeiro momento, reportamos-nos a uma discussão de o que é disciplina escolar; buscamos entender qual é a função que uma determinada disciplina desempenha dentro da escola, o que acreditamos ser o caminho para entender melhor como a disciplina de Geografia desempenhou determinadas funções neste período da história da sociedade brasileira.

Nesta análise da disciplina escolar usamos como pressuposto que, ao analisarmos a história das disciplinas escolares poderemos verificar como os saberes da sociedade foram se transformando em saberes escolares, em resposta a que necessidades, de que classes ou frações de classe e o que cada uma delas pode revelar sobre a sociedade de sua época.

Sendo assim, partimos do princípio que nenhuma disciplina escolar é estática, isto é, todas possuem uma história cujo início guarda uma relação mais direta com as necessidades de uma determinada sociedade, em determinado momento histórico. E as transformações que ocorrem no interior da disciplina, à medida que sua história se desenvolve, nem sempre são só de fatores internos, ou seja, aqueles relacionados com sua ciência de referência. É necessário que tenhamos entendimento do processo histórico da disciplina para que, considerando as forças e interesses sociais em jogo na história de determinadas disciplinas, possamos fazer uma análise mais profunda dos seus conteúdos e práticas. Assim, considerando o período pós-Revolução de 1930 como um marco para a disciplina de Geografia, é dele que partiremos para entender o comportamento da mesma, no governo de Getúlio Vargas.

Para fundamentarmos esta discussão buscaremos entender o que a palavra disciplina nos impõem. Chervel (1990), quando discute o sentido do próprio termo disciplina, explica que: “*no seu uso escolar, o termo ‘disciplina’ e a*

expressão ‘disciplina escolar’ não designam, até o fim do século XIX, mais do que a vigilância dos estabelecimentos, a repressão das condutas prejudiciais à sua boa ordem e aquela parte da educação dos alunos que contribuiu para isto”. (Chervel, 1990, p. 179)

O referido autor afirma ainda que, na segunda metade do século XIX, manifestou-se uma larga corrente do pensamento pedagógico com ligações estreitas com a renovação das finalidades do ensino secundário e primário trazendo uma nova acepção à palavra, ligada ao verbo disciplinar que apareceu como sinônimo de ginástica intelectual; *“de agora em diante desejava-se disciplinar a intelectualidade das crianças, isto constitui o objeto de uma ciência especial que se chama pedagogia”*. (Chervel, 1990, p. 181)

Após a I Guerra Mundial esta conotação foi perdida, passando então a ser apenas uma rubrica que caracteriza as matérias escolares. Apesar disto, a palavra ainda é empregada no sentido que ela mesma traz no seu bojo, isto é, como Chervel (1990) coloca, *“uma disciplina é igualmente para nós, em qualquer campo que se encontra, um modo de disciplinar o espírito, quer dizer de lhe dar os métodos e as regras para abordar os diferentes domínios do pensamento, do conhecimento e da arte”*. (Ibid, p. 183)

A questão, ligada aos conteúdos a serem desenvolvidos dentro de cada disciplina, passa também por uma imposição à escola feita pela sociedade na qual ela está inserida. Assim, uma disciplina também desempenha o papel de veículo transmissor e propagador de idéias e ideologias que vigoram em determinada época, refletindo um pouco do que a definição da própria palavra disciplina nos revela.

A nossa investigação objetiva o que segue: - que função social exerceu a disciplina de Geografia na sociedade brasileira, durante o período 1930 – 1945? Que saberes da sociedade foram se transformando em saberes escolares, através do uso de manuais didáticos? A que necessidade de classes ou frações de classes devia a disciplina de Geografia atender?

Portanto, para que possamos melhor entender a função da disciplina de Geografia no período de 1930 a 1945, é necessário buscar compreender e analisar este momento histórico, social e político, e qual é o papel da escola dentro dele, não podendo também deixar de considerar que *“os estudos históricos sobre as formas assumidas por uma disciplina, desde sua emergência e no curso de sua evolução,*

possibilitam compreender os fatores que atuam na definição da prática curricular”. (Santos, 1990, p.62).

Partindo destes pressupostos teóricos organizamos esta pesquisa para buscarmos então compreender, qual o papel desempenhado pela disciplina de Geografia no período em questão, e para tal organizamos este trabalho em três capítulos, os quais passaremos a indicar:

No capítulo I buscaremos discutir sobre o período em que se situa esta pesquisa, para podermos entender melhor a importância das mudanças sociais, políticas e culturais ocorridas após a Revolução de 1930 e as influências que estas tiveram no desenvolvimento da Geografia no Brasil. Do mesmo modo, procuramos discutir o processo de institucionalização da Geografia Moderna, o que influenciou bastante na postura dos intelectuais da época à respeito das reformas educacionais de 1931 e 1942. Posteriormente discutimos a gênese desta disciplina até o governo de Vargas.

O desenvolvimento deste tópico servirá de suporte para entendermos como este período foi importante no desenvolvimento da Geografia Moderna no Brasil e, conseqüentemente, sua introdução no ensino secundário. Este período é de uma intensa luta por parte dos intelectuais brasileiros da época, em especial dos geógrafos, na tentativa de institucionalizar a Geografia como ciência no Brasil.

O capítulo II trata da questão dos conteúdos da disciplina de Geografia. Inicialmente discutiremos a gênese do livro didático, os livros didáticos de Geografia e, finalmente, os relatórios de inspeção federal, tendo como parâmetro os relatórios do Colégio Imaculada Conceição.

Após a discussão sobre o livro didático, partimos então para fazer uma sistematização e análise dos conteúdos dos manuais didáticos de Geografia que foram utilizados no ensino secundário nas décadas de 1930 e 1940, onde serão analisados 14 manuais utilizados na referida época.

Uma das dificuldades que encontramos, durante a realização deste trabalho foi a obtenção do material a ser analisado. Por se tratar de livros didáticos das décadas de 1930 e 1940, que se constituem em um material que com o passar dos anos se torna sem utilidade para seus usuários e para a própria escola, poucos têm consciência do valor que um material como este tem para o entendimento da história das disciplinas escolares. Apesar destas dificuldades, obtivemos para esta pesquisa 14 exemplares, a maior parte em um acervo de livros didáticos de

Geografia e História, montado à partir de doações, da Faculdade de Educação da USP/São Paulo, alguns exemplares na biblioteca do Colégio D. Bosco em Campo Grande - MS e na biblioteca do Colégio Imaculada Conceição em Corumbá - MS. O único critério que utilizamos para busca deste material foi que os livros didáticos de Geografia tivessem sido elaborados de acordo com os programas das reformas educacionais de 1931 e 1942, pois estes eram os que tinham permissão para serem utilizados na escola nestas décadas.

Quanto aos relatórios de inspeção federal, estes foram os únicos materiais que encontramos referentes ao cotidiano da escola no período focado pela pesquisa. Optamos por esta escola por se tratar da única no município de Corumbá –MS, dentre as que funcionam desde as décadas de 1930 e 1940, que possuía tais documentos. As demais incineraram toda a documentação histórica relacionada ao período.

Este tópico tem por objetivo expor como eram organizados os livros didáticos de Geografia, utilizados para o desenvolvimento desta disciplina no ensino secundário à época.

Num segundo momento deste capítulo, passaremos a analisar os tópicos registrados nos relatórios da Inspeção Federal das décadas de 1930 e 1940, coletados no Colégio Imaculada Conceição, que nos servirão de base para verificarmos como os conteúdos eram desenvolvidos na sala de aula neste período. E, para finalizar, faremos uma comparação dos conteúdos dos livros didáticos e dos conteúdos propostos pelas reformas educacionais com os relatórios de inspeção.

No terceiro e último capítulo desta pesquisa faremos uma análise dos conteúdos dos livros didáticos, das reformas educacionais e dos tópicos dos relatórios da inspeção federal, que na realidade se fundem em uma mesma coisa. Assim, poderemos entender como os conteúdos da disciplina de Geografia passavam o discurso do Estado centralizador e nacionalista do governo de Getúlio Vargas.

CAPÍTULO I

A Geografia após a Revolução de 1930: desenvolvimento e consolidação enquanto ciência e disciplina escolar

1 - Contexto sócio-econômico, cultural e político após a Revolução de 1930

Neste capítulo buscaremos discutir sobre o período de 1930 a 1945, para podermos entender melhor a importância das mudanças ocorridas após a Revolução de 1930, e as influências que estas tiveram no desenvolvimento da Geografia no Brasil.

A Revolução de 1930 ocasiona rupturas estruturais nas relações entre o Estado e a sociedade brasileira. A partir de então, a classe burguesa constituída pela classe média, ganha força, poder político e econômico, influenciando também os valores culturais e sociais.

O sistema capitalista vigente no Brasil dita as regras para o funcionamento do poder público, que passa a funcionar segundo as exigências e as possibilidades estabelecidas por ele.

Getúlio Vargas, que assume o governo provisoriamente, após a Revolução de 1930, comanda o Estado neste período, até 1945. Imprime de imediato o Intervencionismo Estatal com força total, através de uma série de medidas, como a criação e consolidação das leis trabalhistas (Aposentadoria, assistência médica, etc.), regulamentação da estrutura sindical, estabelecimento de planos administrativos, estabelecimento direto da administração federal nas diversas localidades do País (via bancos e órgãos de fiscalização), construção, por parte do Estado, de grandes empresas industriais e de infra-estrutura (Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce, etc.). Enfim, adota uma série de medidas econômicas e realiza inovações institucionais que marcam uma nova fase nas relações entre o Estado e o sistema político-econômico. Estas mudanças foram-se realizando, à medida que se tornavam necessárias, respondendo aos problemas e dilemas que iam

aparecendo no âmbito político, atendendo interesses e pressões econômicas, políticas, sociais e militares, até mesmo interesses de origem externa.

Estas medidas são resultados de discussões que eram feitas mesmo antes da Revolução, sobre problemas que o futuro governo deveria enfrentar, tais como: democratização do sistema político em geral; protecionismo alfandegário e defesa da incipiente indústria brasileira; reforma e ampliação do sistema nacional de ensino em todos os níveis; as funções do poder público na proteção e incentivo às atividades econômicas instaladas e a instalar-se; e uma política governamental em defesa do aproveitamento das riquezas minerais. Antes do governo Vargas, o sistema econômico brasileiro já se defrontara com problemas estruturais e conjunturais típicos de uma economia dependente, a economia primária exportadora.

Destas discussões suscitadas no período anterior a 1930, que aqui denominamos de bastidores da Revolução de 1930, resultou a formação de novos grupos sociais com interesses distintos daqueles vinculados à economia do café. Em consequência da incipiente industrialização que havia ocorrido até então, do crescimento do setor terciário e da urbanização, surgem os primeiros núcleos proletários fundamentados nos princípios da burguesia industrial, que acabam por expandir a classe média brasileira.

O mercado interno cresce abrindo novas perspectivas para o setor industrial, ao mesmo tempo que a abolição da escravatura e a intensa imigração de europeus eram agentes de manifestação de mudanças econômico-sociais e culturais que ocorriam.

Como explica Caio Prado Júnior,

“O progresso desta nova economia em germinação é condicionado pela constituição e ampliação de um mercado interno, isto é, o desenvolvimento do fator consumo, praticamente imponderável no conjunto do sistema anterior, em que prevalece o elemento produção. Concorre para isto, em primeiro lugar, o crescimento da população e elevação do seu padrão de vida, de suas exigências e necessidades. (...)

Aos poucos, a produção interna, tanto agrícola como industrial, poderá ir fazendo frente em proporção cada vez maior às solicitações do consumo. (...)

A indústria nacional vai progressivamente substituindo com seus produtos a importação anterior de quase tudo que diz respeito a artigos de consumo imediato, isto é, as manufaturas leves.”¹

Este contexto histórico revela as condições para o evento da Revolução de 1930, que acontece em meio a uma depressão econômica mundial

¹ Prado Júnior. Apud. IANNI, Octávio – Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930 – 1970). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971.

(1929-1933). O episódio ocasiona efeitos catastróficos na cafeicultura, e conseqüentemente, no sistema político-econômico brasileiro, produzindo assim uma consciência mais clara dos problemas nacionais, obrigando todas as classes a se conscientizarem das limitações de uma economia voltada para o mercado externo. E, a classe burguesa, fortificada, apoiada na força militar e aliada a alguns setores da classe média, passa a controlar o poder político e a opinar sobre as decisões da política econômica.

Assim, os grupos políticos do poder começam a modificar os órgãos governamentais e a inovar a esfera da política econômico-financeira.

As superestruturas político-administrativas em vigor tornam-se inadequadas, em virtude das condições em que se manifestavam as crises, e das conseqüências destas. Tudo isto causa uma reestruturação dos órgãos governamentais. Por isso, nos anos de 1930 a 1945, o governo federal criou comissões, conselhos, departamentos, institutos, companhias, fundações, formulou planos e debateu os problemas econômicos, financeiros, administrativos, educacionais e tecnológicos entre outros. Essas medidas alcançaram todas as esferas da sociedade brasileira, e com elas se pretendia estudar, coordenar, proteger, disciplinar, reordenar e incentivar as atividades produtivas em geral, reafirmando assim os padrões e valores específicos das relações e instituições do tipo capitalista.

Dentre as inovações e criações feitas neste período, está a criação Conselho Brasileiro de Geografia, em 1937, e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1938.

Além destes, inúmeros outros foram criados. Em sua maioria, resultantes de situações críticas ou problemáticas surgidas ao longo do processo político de evolução econômica.

A economia de guerra, as novas perspectivas de desenvolvimento industrial, a solução de problemas de defesa nacional, a reestruturação do poder político e do Estado e o surgimento de novas classes sociais foram fundamentais na implementação da prática do planejamento governamental no Brasil. Deste modo, técnicas de planejamento transformaram-se em componentes dinâmicos do sistema político administrativo, implantadas de forma desigual e fragmentária, segundo as possibilidades apresentadas por este sistema e pelos interesses predominantes do setor privado da economia. No Brasil *“ao mesmo tempo que se ensaiava a política*

econômica governamental planificada, desenvolviam-se as controvérsias sobre os limites da participação estatal na economia.” (Ianni, 1971, p.70)

Além da tentativa de uma economia planificada neste período, existia também um outro elemento importante que se desenvolveu nos debates de problemas políticos e econômicos brasileiros: o nacionalismo. Nos discursos e nas realizações do governo, nas diretrizes constitucionais, o nacionalismo passou a figurar de modo freqüente. As soluções do tipo nacionalista eram buscadas para resolver os dilemas da sociedade nacional como um todo.

Para Ferraz (1995):

A construção desta “sociedade nacional” só seria possível se as condições para tal fossem implementadas, e a única instância com estrutura de intervenção mais eficiente em todo território capaz de implementar tal projeto era o Estado, que teria de assumir duas frentes de enfrentamentos: a) como empresário da construção nacional e b) como engenheiro do processo de edificação do capitalismo industrial e da sociedade burguesa. (Ferraz, 1995, p.7)

As freqüentes crises ocorridas na economia cafeeira e as próprias crises do capitalismo mundial evidenciavam as limitações estruturais da dependência econômica, ao mesmo tempo que revelavam as possibilidades que se abriam devido às rupturas estruturais e à liberação das forças produtivas. Assim se abriam novos horizontes da consciência social e política dos diferentes grupos e classes sociais, horizontes esses que eram ampliados pelas transformações estruturais que estavam ocorrendo na sociedade brasileira nas décadas de vinte e trinta.

Portanto, os limites e as possibilidades do sistema econômico e político brasileiro foram sendo colocados em evidência com o surgimento do setor industrial, da urbanização e os progressos da divisão social do trabalho, reforçando um contexto histórico propício para o nacionalismo se incorporar nos meios socio-culturais, políticos e econômicos. Assim, paulatinamente, de diversas maneiras e por várias razões, as classes sociais mais desenvolvidas dos grandes centros urbanos iam também participando dos debates sobre os problemas nacionais.

Vlach (1988), quando fala da construção do nacionalismo patriótico explicita a relação desse com o progresso, colocando que ambos são frutos do capitalismo. Na seqüência, define o nacionalismo como sendo uma das maneiras de ofuscar a divisão social produzida pelo capitalismo, onde o discurso da necessidade de progresso da pátria seria um complemento ideal para que, à medida que todos

concordassem em se sacrificar pela pátria, esta se imporia acima das classes sociais, dos partidos, respaldada pelo Estado que a vigia, a dirige, a protege e a reproduz.

Ianni (1971), observa que “*o nacionalismo nos anos de 1930-45, se torna um elemento importante que permeia todos os debates sobre processos políticos econômicos da sociedade brasileira.* (Ianni, 1971, p.36)

Aos poucos o nacionalismo econômico associou-se à idéia de desenvolvimento, industrialização e independência e de criação de um capitalismo nacional, comungando esta idéia com a proposta dos governantes, empresários, técnicos, líderes, políticos e militares que defendiam a emancipação econômica do País, pois para estes grupos era possível conquistar nova posição para o Brasil nas relações internacionais.

A Geografia encontra neste contexto histórico o palco ideal para se desenvolver cientificamente e se consolidar enquanto disciplina escolar, pois a nova estrutura política, centrada numa administração pública estruturada, que concentrava o poder, precisava conhecer melhor o território a ser administrado e disseminar o discurso nacionalista na sociedade e para isto o discurso sobre o espaço geográfico desempenharia o papel que o Estado precisava.

Sobre esta questão, Ferraz (1995), explica que:

Esta preocupação com o nacionalismo, via contribuição do conhecimento científico dos fatos e fenômenos estudados, era a palavra de luta de inúmeros discursos e textos da época (não só os de caráter geográfico), paulatinamente, as forças oficiais do Estado brasileiro foram se sensibilizando e se apercebendo da importância dos referenciais geográficos não só para melhor atender a complexidade territorial da nação, mas também como forma de divulgar este conhecimento segundo determinados objetivos. (Ferraz, 1995, p.27)

Algumas medidas do governo beneficiam a consolidação da Geografia enquanto ciência e disciplina escolar na década de 1930, como a criação do curso superior de Geografia na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP, em 1934, e da Faculdade do Brasil, em 1935, no Rio de Janeiro. Para ministrar aulas nessas faculdades foram trazidos geógrafos franceses, alemães e italianos, que se dedicam exclusivamente na construção desta ciência no Brasil e na formação das primeiras gerações de geógrafos, principalmente com destino ao ensino secundário, que acontece no ano de 1937.

Um outro fator que faz ressaltar a importância da Geografia na década de 30 é a fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Assim, o caráter científico do conhecimento geográfico vai se adequando ao discurso nacionalista objetivado pelo Estado, e nesta relação institucional, assumida pelos intelectuais, principalmente os liberais e progressistas da época, é que se via a solução para os problemas da existência deste ramo do saber, assim como a viabilização racional para a construção da nação brasileira.

2- A ciência geográfica no Brasil na década de 1930.

O desenvolvimento deste tópico servirá de suporte para entendermos como este período foi importante no desenvolvimento da Geografia Moderna no Brasil, e conseqüentemente, como foi introduzida no ensino secundário. Este período é de uma intensa luta por parte dos intelectuais brasileiros da época, em especial os geógrafos, na tentativa de institucionalizar a Geografia como ciência no Brasil.

A década de trinta é tida como um marco para a Geografia no Brasil, como explica Andrade (1994), “*a evolução do pensamento geográfico no Brasil é analisado, quase sempre, a partir da década de 30, quando o país em conseqüência de uma revolução que destruiu grande parte das estruturas da Primeira República (1889/1930), realizou mudanças sensíveis no seu sistema de ensino...*” (Andrade, 1994, p.52).

Os estudos geográficos que se desenvolveram antes deste período, no Império e na Primeira República, no Brasil, se resumiram em levantamentos estatísticos, estudos descritivos e produção de alguns atlas produzidos pelos Institutos e Sociedades Geográficas.

Delgado de Carvalho², que criticava esta Geografia produzida pelos Institutos, pois não considerava esta produção como científica pela falta de rigor

² É indiscutível a importância que teve Delgado de Carvalho nos rumos tomados pela História da disciplina de Geografia. Em 1913 publica seu texto mais famoso e importante, o seu primeiro compendio escolar Geographia do Brasil, que se tornou um marco da moderna Geografia científica brasileira, onde faz a primeira proposta de se pensar o ensino de Geografia segundo moldes mais estruturados enquanto modelo científico. Delgado de Carvalho iniciou suas atividades docentes no colégio D. Pedro II – RJ na primeira metade do século XX e é reconhecido por vários geógrafos contemporâneos como pioneiro e marco da moderna Geografia científica no Brasil.

metodológico, dava início à implantação do pensamento geográfico científico no país, com a publicação das obras *Brasil Meridional*, em 1910, *Geografia do Brasil*, em 1913, *Metodologia do Ensino da Geografia (Introdução aos estudos da Geografia Moderna)*, em 1925, *Geografia Elementar e Physiografia do Brasil*, em 1926, quando se publicam as primeiras propostas de pensar a Geografia cientificamente. Era o início do pensamento geográfico científico no Brasil, marcado pela influência da escola francesa.

Sobre este geógrafo e sua importância para Geografia do Brasil, Andrade (1994), faz a seguinte consideração:

“Delgado de Carvalho é considerado o iniciador dos estudos de geografia científica no Brasil e o nosso primeiro geógrafo. Ele se antecipou ao que ia ocorrer após a Revolução de 30 e, condicionado por ela, com o pensamento geográfico no Brasil, possibilitou a institucionalização da geografia como ciência a ser estudada em nível superior e a ser aplicada à problemática nacional” (Andrade, 1994, p.69).

Mas de nada adiantaram, neste momento, as posições de Delgado de Carvalho, pois os estudos geográficos continuaram a se desenvolver pelos velhos métodos da Geografia que ele considerava obsoleta; e em todo país perdurou o divórcio entre a velha e a moderna Geografia, que não se contenta com a descrição dos lugares, ela busca explicar as particularidades, o que segundo Emanuel De Martone lhe dá caráter científico. Predominava ainda a Geografia para atender os interesses impostos pela sociedade política.

Esta nova concepção da ciência geográfica só ganhou impulso a partir da década de 1930, que foi um marco para o desenvolvimento da Geografia no Brasil.

As transformações ocorridas na sociedade brasileira, após a Revolução de 1930, deram um estímulo ao desenvolvimento das ciências sociais, dentre elas a Geografia, contribuindo para criação de cursos de nível superior e instituições de pesquisas. Houve uma inovação no campo das ciências. As mudanças ocorridas no País, pós-30, geravam novas necessidades, que, por sua vez, exigiam um novo arranjo territorial da estrutura do poder político e econômico, centrado numa administração pública estruturada, com uma concentração de poder num espaço novo, o urbano-industrial.

Neste momento, como afirma Ferraz (1995),

“o conhecimento cada vez mais racional e objetivo do território a ser administrado, paralelamente ao uso ideológico cada vez mais explícito do conhecimento “científico”, passaram a ser etapas necessárias para a efetiva consolidação das novas relações sociais e econômicas que então estavam se concretizando (Ferraz, 1995, p.26).

Sendo assim, as ciências sociais encontraram incentivo por parte das elites dirigentes, no sentido de serem instrumentos de compreensão e análise dos problemas brasileiros, usando as ciências como ferramentas do progresso social e buscando no estudo científico as bases da integração nacional.

É neste contexto histórico, gerado pela Revolução de 1930, que a burguesia e a classe média urbana passam a ter maior influência sobre o governo e a atenuar o poder da burguesia agrário-exportadora, que a Geografia ganha força e campo para se desenvolver cientificamente no Brasil.

Um grande passo para o desenvolvimento da Geografia foi a participação do Brasil no Congresso Internacional de Geografia, realizado em Paris, em 1931, promovido pela União Geográfica Internacional (UGI), expondo a cultura geográfica brasileira, que “*incitou os geógrafos brasileiros a iniciar um movimento de renovação da Geografia no Brasil. De uma Geografia preocupada basicamente com a toponímia, passava-se para a Geografia do conhecimento do espaço brasileiro, através dos novos conceitos de pesquisa geográfica*” (Histórico, 1939. p.14).

E desta participação nasceu também o anseio pela adesão da geografia brasileira à UGI, pois isto permitiria que esta ciência usufruísse dos benefícios advindos com as pesquisas geográficas coordenadas ou sistematizadas por este órgão e o Brasil poderia ter mais informações da realidade de várias nações e do próprio território, quase desconhecido até então. Este, foi um primeiro passo, de fundamental importância, para que os novos modelos e concepções da ciência geográfica passassem a ser aceitos por um número maior de intelectuais e políticos brasileiros.

Esta participação evidenciou a necessidade urgente do governo brasileiro de criar uma comissão geográfica que representasse o Brasil junto a União Geográfica Internacional, o que levou geógrafos da época a não medir esforços no sentido de promover a adesão do Brasil à UGI. O convite oficial da adesão do Brasil à UGI foi feito em 1933, com a vinda ao Brasil do geógrafo francês Prof.

Emmanuel De Martone³, que na ocasião foi recebido pelas magnas instituições culturais brasileiras: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e a Academia Brasileira de Ciências. Este, em seu discurso salienta a riqueza e variedade dos temas geográficos brasileiros e que as atividades geográficas no Brasil seriam ainda mais fecundas no dia em que um Comitê Nacional de Geografia pudesse coordená-las e colocá-las em contato com organizações análogas por intermédio da UGI. E nas suas palavras diz: *“Os proveitos serão úteis para ciência em geral, mas também para o próprio País, cheio de possibilidades de desenvolvimento”* (Histórico, 1939, p. 10).

Houve assim, uma primeira tentativa, por parte da Academia Brasileira de Ciências, de providenciar a instalação de um Comitê de Geografia como entidade privada, encarregado da coordenação dos problemas da geografia brasileira. Mas as dificuldades em obter dados, colaborações e recursos financeiros fizeram com que esta tentativa fracassasse.

Por conseguinte, esta Academia recorre então aos poderes públicos, na tentativa de o governo federal se encarregar da referida organização geográfica e da adesão da Geografia brasileira à União Geográfica Internacional, colocando que esta poderia efetivar vários empreendimentos em benefício da cultura nacional e dos conhecimentos geográficos do país, indo ao encontro dos objetivos da política do governo federal empreendida no enaltecimento da Pátria. Para isto foi apresentado ao Ministério da Agricultura um memorial que expunha as finalidades da organização dos serviços geográficos e estatísticos.

Este memorial declara que:

“...os estudos geográficos a serem desenvolvidos com a efetivação da referida adesão ‘são estudos novos, subordinados ao caráter quase enciclopédico da Geografia Moderna e para os quais o Ministério da Agricultura mantém hoje serviços técnicos nitidamente orientados para atender idênticos objetivos, que, em última análise, são os da Geografia Humana, através da Economia’ “ (Histórico, 1939, p.11).

Paralelamente e reforçando esta tentativa de criação de um órgão institucional que cuidasse dos problemas da Geografia brasileira, são criados os

³ Este geógrafo francês teve grande importância na construção do pensamento geográfico, na França, no início do século XX. Na década de 20, juntamente com Albert Demageon renovaram o ensino da Geografia na França.

cursos superiores de Geografia, como já dissemos anteriormente. Estas instituições impulsionaram a institucionalização da Geografia no Brasil, principalmente com a vinda de professores da Missão Universitária Francesa Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, que deram um novo impulso no desenvolvimento desta ciência, consolidando a influência da escola francesa⁴, na Geografia brasileira e reforçando, através de contatos com o Ministério das Relações Exteriores, as solicitações de se criar um Conselho de Geografia e a necessidade de se filiar a União Geográfica Internacional.

Segundo Azevedo (1977),

“... as aulas ministradas por estes mestres eram assistidas não só pelos alunos de Geografia e História, mas também por um grupo selecionado de figuras da elite intelectual, eliminando em pouco tempo, com suas idéias a velha Geografia, levando esta ciência a dar um salto muito grande, como certamente não se registrou em nenhum outro setor da ciência humana no Brasil” (Azevedo, 1977, p. 49).

O pronunciamento da Associação dos Geógrafos Brasileiros⁵, bastante significativo por ser esta uma instituição cultural nova que vinha se

⁴ Segundo Hamburger, et al, 1996 Desde a implantação das instituições científicas no Brasil com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, os intercâmbios com outros países estiveram presentes. Apesar de Portugal manter fortes vínculos econômicos e políticos com a Inglaterra, os portugueses trouxeram suas tradições marcadas pelas relações profundas com as instituições científicas e culturais da Revolução Francesa (...) No final do século XVIII e primeira metade do século XIX a Revolução Francesa fortalecia e ampliava o papel social dos cientistas e das instituições científicas. A partir de 1822, o Brasil se organizando como uma nação politicamente independente, passou a manter, regularmente, intercâmbios políticos, econômicos e culturais com a Inglaterra, a França, e outros países europeus, e, mais para o final do século também com os Estados Unidos. Estes intercâmbios estiveram presentes por todo o século XIX e adentraram o século XX e as Universidades de São Paulo, em 1934, e Federal do Rio de Janeiro em 1935, cristalizaram este projeto, que constava nos planos do Governo Vargas e os intercâmbios, nesse contexto, fortaleceram-se com a presença de pesquisadores em estado de longa duração, desenvolvendo a pesquisa e o ensino, atraindo e formando jovens com vocação para a pesquisa. Os geógrafos que vieram na década de 30 para o Brasil tiveram uma grande atuação no meio universitário, como Pierre Monbeig, que participou da renovação do ensino da Geografia, na época que fez sua licenciatura, realizada por Emmanuel De Martone. Nesta renovação duas vertentes desenvolviam-se: a Geografia com as influências de Frédéric Ratzel e Geografia com influência de Paul Vidal de La Blache. Mas dentre estas vertentes foi realmente a influência da Geografia Lablachiana que predominou na Geografia desenvolvida no Brasil a partir de 1930 e perdurou até 1956 quando acontece o XVII Congresso Internacional de Geografia no Brasil. Esta concepção geográfica francesa, calcada nos princípios de Vidal De La Blache, pregava a necessária neutralidade científica positivista, bem ao gosto da burguesia liberal que temia os radicalismos.

Para melhor entender o papel da Missão francesa no Brasil indicamos para leitura: A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950) /org. Amélia Império Hamburger...[et al.]. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 1996.

⁵ A Associação dos Geógrafos Brasileiros foi fundada por Pierre Deffontaines, em São Paulo, em 1934, no ano que iniciou o curso de Geografia na USP, dentre os intelectuais que participavam das reuniões e produção desta associação estão:

Caio Prado Júnior, Luiz Fernando Moraes Rego e Rubens Borba de Moraes. Já no ano de 1935 imprimiram a primeira revista intitulada Geografia.

destacando pelo seu alto teor científico, vem reforçar a solicitação, onde numa reunião dos seus sócios, em outubro de 1936, votou a criação de um Conselho Nacional de Geografia, formulou votos para que este aderisse à União Geográfica Internacional e depositou confiança na ação do poder público através do Ministério das Relações Exteriores.

A ciência geográfica vinha ao encontro das transformações ocorridas na sociedade brasileira, implementadas pela política do nacionalismo, que voltava a preocupação do Estado, naquele momento, para resolver os problemas nacionais. Para tal era necessário um pleno conhecimento do território brasileiro, através do desenvolvimento de estudos sobre as mais variadas regiões do país, pois o momento político urgia um conhecimento do território como um todo, levantando todos os seus aspectos, para poder assim resolver todos os problemas e com isso reduzir os insucessos que expunham os pontos fracos da política nacionalista. Mas não era ainda na Geografia que se via esta saída, e sim na Estatística que o Estado via um meio eficaz para detectar os problemas e orientar os estudos dos mesmos. Cria-se assim, em 1934, e instala-se em 1936 o Instituto Nacional de Estatística, que mais tarde se constitui em um passo fundamental para a Geografia (Penha, 1993).

Através da Convenção Nacional de Estatística, foi estabelecido um pacto fundamental da coordenação estatística brasileira por representantes dos governos da União e de todas as unidades da Federação (os Estados, o Distrito Federal e o Território do Acre), fixou-se as bases da regulamentação do Conselho Nacional de Estatística e os compromissos das partes integrantes que vieram a ser confirmadas por leis, dos quais nos interessa aqui destacar o seguinte:

“Clausula XIII – Os governos federados, pelo órgão dos serviços técnicos competentes, sejam os de engenharia em geral, sejam os **especializados de geografia ou cartografia, filiados ou não ao Instituto, colaborarão nos trabalhos de cartografia geográfica necessários à Estatística e centralizados, para os fins de síntese nacional** (grifo nosso) na Diretoria de Estatística de Produção, do Ministério da Agricultura, segundo processos gerais aprovados pelo Conselho Nacional de Estatística. Com esse objetivo serão tomadas medidas, que assegurem a organização, para serem divulgadas nos anos precedentes aos censos gerais ou regionais, de cartas físicas e políticas do território estadual, das quais constem **a divisão municipal, e, se possível, também a distrital, bem como as demais ordens de circunscrições administrativas e judiciárias** (grifo nosso). Aos municípios, os mesmos serviços formularão, ainda as sugestões convenientes e prestarão a assistência técnica necessária para que façam levantar ou rever, com a perfeição possível, os mapas dos respectivos territórios.” (Legislação, 1939, p. 129-145).

Estavam assim expostas as necessidades de se ter conhecimentos geográficos para melhor interpretar os valores estatísticos. Então, a criação deste Instituto firma uma aliança entre a Geografia e a Estatística, favorecendo ambas as partes, principalmente aperfeiçoando a Geografia em suas bases moderna.

Consolidaram-se, neste momento, duas correntes de iniciativas, buscando a criação de um órgão oficial de Geografia: uma relacionada com as atividades internacionais, que era constituída pelas iniciativas e/ou pressões relacionadas à efetiva adesão do Brasil à União Geográfica Internacional – UGI, fundamentada basicamente na corrente possibilista de La Blache; e a outra preocupada com a coordenação dos serviços geográficos no País, fundamentada no determinismo de Ratzel.

Ao então Ministro das Relações Exteriores e também presidente do Instituto Nacional de Estatística, José Carlos de Macedo Soares, chegavam as solicitações das maiores autoridades mundiais em Geografia, colocando a importância da participação da Geografia brasileira no contexto internacional. Os problemas da Geografia nacional, tão ligados aos da Estatística, precisavam ser tratados por um órgão oficial. Partindo da iniciativa deste ministro, preocupado em facilitar os estudos a serem desenvolvidos sobre o território brasileiro, e tendo tido a autorização do Presidente da República, que buscava meios de estabelecer relações internacionais, convocou-se os expoentes da Geografia brasileira para reuniões no Itamarati onde elaboraram o projeto de criação do Conselho Brasileiro de Geografia.

Aos poucos os governantes brasileiros foram se apercebendo da importância dos referenciais geográficos para melhor entender a complexidade territorial da nação e também como forma de divulgar os conhecimentos adquiridos segundo determinados objetivos.

A valorização do tema regional naquele momento estava dentro dos anseios do Estado Novo, que almejava a divisão do território como forma de controle e operacionalização dos projetos econômicos pelo poder central; assim, através do Decreto 1.527 de 24 de março de 1937 cria-se o Conselho Brasileiro de Geografia incorporado ao Instituto Nacional de Estatística e autoriza a sua adesão à União Geográfica Internacional, que decreta:

“Artigo 1º - Fica instituído o Conselho Brasileiro de Geografia, incorporado ao Instituto Nacional de Estatística e destinado a reunir e coordenar, com a

colaboração do Ministério da Educação e Saúde, os estudos sobre a Geografia do Brasil e a promover a articulação dos serviços oficiais (federais, estaduais e municipais), instituições particulares e dos profissionais, que se ocupem da Geografia do Brasil no sentido de ativar uma cooperação geral para um conhecimento melhor e sistematizado do território pátrio. (grifo nosso).

....

parágrafo 2º - Os serviços federais ficam obrigados a fornecer ao Conselho Brasileiro de Geografia um exemplar de cada livro, mapa ou outra qualquer publicação, referentes a assuntos geográficos do Brasil, que não tenham caráter secreto, bem como a prestar a colaboração e as informações que forem solicitadas pelo Conselho, observadas as disposições regulamentares". (Legislação, 1939, p. 138).

E em janeiro de 1938 os dois conselhos, o de Estatística e o de Geografia, se unem num único Instituto, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A partir disto o Conselho Brasileiro de Geografia passa a ser Conselho Nacional de Geografia que através de suas assembléias toma decisões de grande importância para o desenvolvimento da ciência geográfica no Brasil. Uma das medidas foi a aprovação da publicação da Revista Brasileira de Geografia e a aprovação da integração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, da Academia Brasileira de Ciências e da Associação dos Geógrafos Brasileiros no sistema geográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Apesar da ligação com a universidade a geografia produzida, neste período, pelo IBGE se diferenciava muito daquela produzida nas universidades, principalmente na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas de São Paulo – USP. A ibegeana era uma Geografia com influências deterministas, ou seja, Ratzelianas, comprometida com os quesitos políticos do Estado Novo, pois é importante destacar que a cúpula dirigente do IBGE era formada por engenheiros, militares e políticos ligados simultaneamente a organizações geográficas mais tradicionais, experientes nos jogos de poder, mas que necessitavam, para se manterem, recorrer ao assessoramento de um corpo técnico moderno.

Assim as grandes decisões ligadas à gestão do território e às propostas destinadas a influir sobre as estruturas territoriais do País dificilmente partiam de geógrafos, mas basicamente desta cúpula.

Monteiro (1980), coloca esta questão quando discute a evolução da Geografia no Brasil:

“A criação do IBGE em 1937 foi ato do ‘Estado Novo’, tendo o seu Conselho Nacional de Geografia (talvez o único órgão institucional de caráter geográfico diretamente ligado ao poder central de um Estado) logo aderido à União Geográfica Internacional.

Ligada a um caráter pragmático de subsídio político, a produção ibegeana de Geografia, em contraste com aquela nascente na Universidade, revestiu-se de um caráter de comprometimento ao poder, o que fez com que se a distinguisse (mesmo com um certo tom de malícia) como ‘Geografia do Estado Novo’, passando posteriormente o epíteto à ‘oficial’ .

O fato mais decisivo para que se lhe imputasse este caráter foi aquele assumido pela necessidade de determinar as ‘divisões territoriais’ do país” (Monteiro, 1980, p. 28).

O caráter científico do conhecimento geográfico ia-se adequando ao discurso nacionalista proposto pelo Estado, e, nesta relação institucional, assumida pelos intelectuais, principalmente os liberais e progressistas da época, é que se via a solução para os problemas da existência deste ramo do saber, assim como a viabilização racional para a construção da nação brasileira.

Mas apesar da Geografia ter sido incorporada pelos interesses e necessidades do Estado brasileiro, não se pode também deixar de reconhecer a importância do momento histórico no qual esta adquiriu seu caráter científico no Brasil, e de considerar o avanço metodológico e a conquista política feita através desta nova concepção de Geografia, a “Geografia Moderna”. Concepção que tinha uma preocupação com a vacuidade das idéias e a falta de rigor científico que a Geografia até então apresentava, ou seja, a preocupação com a questão do método era uma constante para esta proposta de renovação da ciência geográfica.

Segundo Ferraz (1995), buscava-se um método que descreveria a realidade estudada de forma objetiva, empiricamente comprovada, racionalmente exata, de maneira a inviabilizar dúvidas e contradições. Para tal, a indução, análise e síntese eram elementos cruciais pois, ao se estudar a realidade como um todo, dividir-se-ia este todo em partes, descrevendo suas características principais após criteriosa observação, estabelecer-se-iam estas várias partes para ser ter a noção do todo sistematizado. Foi no método positivista-funcionalista que a Geografia moderna delineou seus rumos, o único visto como solução tanto dos problemas da ciência geográfica, quanto da sociedade brasileira.

Bray (1976), explica que na década de 1930 predominou a corrente de tendência positivista-funcionalista na Geografia, influenciada pela escola geográfica

francesa (positivista-funcionalista), que se introduziu no Brasil neste período e encontrou no seio filosófico brasileiro concepções semelhantes, o empirismo e o pragmatismo, que iam ao encontro dos anseios dos homens da ciência, dos políticos e dos governantes.

Assim, os problemas relacionados com a grande extensão territorial, com a relação do homem com a terra, sócio-econômicos e a crescente urbanização, que eram objetivos imediatos do Estado a serem solucionados, objetivou os estudos de geógrafos na década de 1930. E foi através dos trabalhos de campo, da fidelidade com o visível e do estudo geográfico das mais diferentes áreas do país que os geógrafos positivistas-funcionalistas desenvolveram seus estudos, constituindo trabalhos de rico material empírico que alicerçaram a Geografia brasileira.

Portanto, é na década de 1930, no contexto da política do nacionalismo, e de um novo tipo de desenvolvimento capitalista no Brasil, agora com suas atividades assentadas na indústria e no comércio interno, que a Geografia tem seu reconhecimento enquanto ciência, atingindo seu momento de maior peso e influência junto ao Estado e à sociedade brasileira.

No ensino, tomou uma importância como até então não tinha tido, sendo uma das peças fundamentais do currículo na formação de um espírito patriótico e no papel ideológico para com os reais interesses do Estado nacionalista. Esta ênfase concedida à disciplina de Geografia já aparece na Reforma educacional de 1931, quando é dada à esta disciplina uma importância como até então não havia aparecido em reforma educacional alguma.

3 - A importância da disciplina de Geografia no contexto histórico das reformas educacionais até a década de 1940

A educação traz como herança recebida do Brasil Colônia algumas escolas primárias e secundárias e também os seminários episcopais, entre os quais se sobressaiu o Seminário de Olinda, famoso por seu espírito de renovação científica. Com a vinda da família real, mas principalmente com a Independência, a educação passa a sofrer interferências do Estado, cada vez mais diretamente, na criação de escolas e de políticas educacionais.

Sobre isto Azevedo (1971), diz:

Ao longo do século XIX, grandes mudanças vão ocorrendo no âmbito da educação brasileira como a criação de liceus provinciais e escolas superiores, conjuntamente passa-se a propor legislações mais específicas sobre as diversas competências e níveis de ensino, tanto nas províncias como no nível do governo central. (Azevedo, 1971, p.32).

Nas escolas provinciais, a prioridade era o ensino de leitura, escrita e cálculo, enquanto, nas escolas de nível secundário, que tinham como modelo o Colégio D. Pedro II, do Rio de Janeiro, buscava-se o trabalho de conhecimentos gerais e humanidades, onde entrava o ensino de *Corographia*⁶.

Entretanto, é com as mudanças que se começaram a implementar, a partir da República, que se foram definindo melhor as diretrizes e políticas educacionais no Brasil, principalmente no que diz respeito ao papel do Estado e da administração pública.

Em 1891, com a Constituição republicana, ficavam mais claras as competências do Estado e das diversas instâncias administrativas, assim como o regimento das escolas particulares, em relação ao ensino. Nesta Constituição aprimorava-se a tendência vinda do Império, pela qual os municípios cuidariam do ensino básico e os estados da federação e o governo central ficavam responsáveis pelos níveis médios e superiores.

Nagle (1976), explica isto como um fenômeno curioso na história brasileira, pois,

Com a passagem do Regime Monárquico para o Republicano, ocorreu a libertação das antigas províncias do poder central, com exceção das atribuições no domínio da escolarização, pois aqui foi mantido o mesmo modelo elaborado no período imperial. Não sendo possível a centralização política ou econômica, o novo regime apegou-se à centralização 'cultural' mantendo a escola secundária e superior dentro de sua exclusiva esfera jurisdicional. Por meio deste expediente, e de forma muito mais ostensiva e duradoura, os valores da sociedade permaneciam e influenciavam os destinos da República Brasileira. (Nagle, 1976, p. 127).

O Estado vinha apresentando uma preocupação com o processo de reconstrução do sistema escolar brasileiro. Nagle (1976), quando discute sobre esta questão afirma que neste período difundiu-se amplamente a crença nos poderes da escolarização, fato demonstrado pela ocorrência de várias iniciativas e reformas, na educação, dos Governos Federais e estaduais. Coloca ainda que se considerarmos a

⁶ Ferraz (1995), define *Corographia* como uma disciplina escolar, que tentava tratar, através de longas listas classificatórias e descritivas, do conteúdo de caráter geográfico.

história brasileira até 1930, não encontraremos outra etapa de tão intensa e sistemática discussão, planejamento e execução de reformas da instrução pública, embora estas tenham ocorrido de maneira diferenciada na sociedade brasileira como um todo, pois tais manifestações tiveram maior oportunidade de ocorrência nas regiões que representavam a parte mais evoluída do Brasil, pois as desigualdades regionais provocaram diferentes níveis de realização das reformas educacionais.

E como medida mais importante desse processo de participação do Estado na política educacional brasileira, fruto do movimento republicano, criou-se o Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos, ocupando o cargo de ministro Benjamin Constant, que propôs a primeira reforma do ensino no período republicano, em 08/01/1890, onde buscava a consolidação do novo sistema político. E que nos interessa analisar mais de perto, aqui, particularmente no que diz respeito às reformas do ensino secundário.

Esta reforma partia das necessidades vivenciadas por alguns segmentos sociais, aliada às idéias positivistas, que valorizavam o caráter científico das propostas de ensino e de administração como capazes de dar respostas aos principais problemas humanos, e estas eram defendidas por Constant. A reforma delineava objetivos e estruturas das competências educacionais, contemplando as medidas constitucionais que seriam implantadas no ano seguinte. A mesma não priorizava a formação exclusivamente humanista que prevalecia até então, propunha a substituição do currículo acadêmico por um enciclopédico, com inclusão de disciplinas científicas, seguindo a tendência européia. Com estas medidas passaram a ser priorizados o ensino de Ciências Físicas e Naturais, a Matemática, Astronomia, Sociologia e Moral.

A grande preocupação desta foi a tentativa de fazer do ensino um processo de desenvolvimento da razão científica no aluno, introduzindo disciplinas, conteúdos e métodos de ensino que se aproximavam de modelos didáticos comprovados como mais eficientes. Esta foi a grande inovação desta reforma educacional, que, seguindo as transformações da época, acabou sedimentando conceitos que serviram de base para as reformas seguintes.

Nesta reforma, a Geografia aparece como uma disciplina que será trabalhada em todas as séries, começando com o ensino de conceitos básicos de Astronomia, localização, relevo, cartografia e Geografia do Brasil nos dois primeiros

anos, nos demais até a conclusão do secundário era um aprofundamento de todas estas questões.

Os conteúdos programáticos de cada série traziam a preocupação de desenvolver, de uma forma científica, um processo de “aprendizagem eficiente” no aluno, pois estavam organizados de maneira que o ensino partia de aspectos mais próximos aos alunos e ia acrescentando informações de áreas cada vez mais distantes. Assim, o ensino de Geografia era de caráter mnemônico, que visava a fixação dos fatores homogêneos e de dados numéricos relativos à superfície e a população.

Outra reforma que se deu a seguir foi a elaboração do Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário, em 01/01/1901, a reforma Epitácio Pessoa, consolidando o Colégio D. Pedro II como padrão de ensino para todos os estabelecimentos, mas também, reforçando o caráter fiscalizador e padronizador que o Estado estava assumindo na sociedade. Não houve mudanças profundas da reforma anterior para esta.

À disciplina de Geografia, restaram mudanças relacionadas com a distribuição de conteúdos e houve uma diminuição da presença desta disciplina em algumas séries, pois o programa continuou o mesmo da reforma anterior, apenas mudando os conteúdos de ordem. A disciplina desenvolvia algumas noções geográficas necessárias para o aprendizado da Geografia do Brasil.

A Lei Orgânica Rivadávia Corrêa, estabelecida em 05/04/1911, surge na tentativa de solucionar os inúmeros problemas que abalavam o ensino. Esta facultava total liberdade e autonomia aos estabelecimentos de ensino e suprimia o caráter oficial do ensino. Segundo Rivadávia a democracia tinha que ser uma prática das instituições sociais, portanto a maior autonomia das escolas, entre outras instituições, permitiria um amadurecimento político-democrático da sociedade.

Como nas duas reformas anteriores, Rivadávia Corrêa foi influenciado pelo positivismo tentando infundir um critério prático ao estudo das disciplinas.

A disciplina de Geografia permaneceu nas mesmas séries e com a mesma forma de tratar os conteúdos, apenas priorizando a descrição de caracteres mais locais e nacionais, indo ao encontro do que a reforma buscava, ou seja, formar um cidadão mais completo e voltado para os problemas locais.

Houve uma forte pressão da classe dominante na época, pois temiam uma democratização das instituições do Estado. Segundo Nagle (1976) “*este temor*

se dava pelo fato do ensino aparecer como livre, diversificado e flexível, abandonando o ensino oficial e uniforme, que se realizariam em estabelecimentos autônomos desaparecendo a necessidade de um curso modelo, papel exercido pelo Colégio D. Pedro II “ (Ibid., p. 145), que inclui no seu programa de ensino uma variedade muito grande de assuntos ligados direta ou indiretamente à Geografia. A Geografia do Brasil aparece no programa para a primeira série. Na segunda série, aparece, pela primeira vez o estudo de noções geográficas juntamente com noções históricas da Grécia, de Roma e da Germânia e no final do programa para esta série, o ensino da descrição de viagens simuladas no país e no estrangeiro, demonstrando, portanto, uma Geografia descritiva. Em todo programa só no final da terceira série, é que os alunos teriam as noções de Cosmografia relacionadas com as disciplinas propostas por Comte.

Tudo isto se deu em franco desacordo com as condições do ensino escolar brasileiro e tais medidas provocam uma grande confusão na vida escolar e nova reforma se impõe; a de Carlos Maximiliano, em 18/03/1915.

Esta reforma reoficializou o ensino e regulamentou o ingresso nas escolas superiores, estabelecendo uma ação imediata da União no ensino superior e secundário, visando a uma formação mais rápida dos alunos.

Segundo Nagle (1976), as limitações impostas por esta reforma, as alterações que nela se processam e a persistência de múltiplos fatores negativos contribuíram para que o ensino secundário permanecesse reduzido a um simples curso de passagem para o ensino superior.

O número de séries que compunham o secundário diminuiu, o que conseqüentemente diminuiu o número de aulas de Geografia, que passou a ter que desenvolver o mesmo conteúdo que já vinha trabalhando, porém em menos tempo. Nas palavras de Nagle, 1976 “*O ensino era considerado de caráter essencialmente aquisitivo-verbalista, teórico e livresco, se desenvolvendo por meio de exposição e recitação*”. (Nagle, 1976, p.145).

Os conteúdos da disciplina de Geografia eram basicamente descritivos, com uma infinidade de dados e números a serem decorados, que eram colocados de forma aleatória sem a preocupação de uma discussão dos conceitos. Esta se inclui entre as disciplinas tradicionais (línguas, matemática, ciências e história), embora sua carga horária tenha sido diminuída.

A situação precária na qual se encontrava o ensino intranquilizava o meio intelectual do País. Em particular, Delgado de Carvalho⁷ que desde 1913, quando publicou “*A Geographia do Brasil*” já expressava de forma contundente os anseios que se faziam presentes no meio intelectual progressista da época. Era colocada pela primeira vez a preocupação com a rigorosidade do método de pesquisa e ensino e com uma distribuição mais precisa e lógica dos conteúdos. Esta preocupação passou a interferir nas concepções de Geografia das reformas seguintes.

Assim, como coloca Nagle (1976), o ensino secundário brasileiro de 1890 a 1920 dirige-se de fato aos que pretendem realizar estudos superiores e, daí, alcançar as profissões liberais e as carreiras políticas e burocráticas, ou seja, uma posição social de alto prestígio. (Ibid., p 148).

Em 1925, a reforma Rocha Vaz, introduz aos poucos estas discussões. Nesta reforma tinha-se uma preocupação maior com os estudos do território nacional, procurando dar a estes um rigor mais científico, aparecendo, portanto, com a reforma, a necessidade de estudos regionais de base natural, o que fazia da disciplina Geografia um estudo que não se atinha somente à reprodução de dados e nomes, mas fazia uma “*classificação rigorosa bem como uma preocupação mais precisa com a localização dos fenômenos estudados no espaço*” (Ferraz, 1995, p.19), embora a descrição da paisagem continuasse imperando.

Em relação a esta proposta Nagle (1976), diz que aguardava-se que o Governo Federal desse o grande passo para a transformação do ensino brasileiro: de instituições seletivas e preparatórias para os cursos superiores, em instituições abertas à formação de adolescentes. Mas este não era o momento de liquidar um regime e erigir outro. Mesmo porque para a classe dominante, a escola, em particular a secundária, era uma questão resolvida, o que reforçava o fato desta ser exclusivamente um curso preparatório para as faculdades existentes, estando longe ainda de ser uma escola destinada à cultura média do país; o que não poderia ser diferente na sociedade agrário-exportadora, que no plano da cultura sustentava o bacharelismo e o empreguismo.

As transformações sociais que se apresentavam não chegavam a provocar modificações no setor da cultura, embora apresentassem tendências a reestruturar os setores políticos, econômicos e sociais, ou seja, as modificações pelos

⁷ Sobre Delgado de Carvalho ler nota n.º 2 e Ferraz (1995).

quais passa o processo de estratificação social não chega a se manifestar no domínio da escola.

O desenvolvimento do setor intermediário - classe média – que encontraria na escola um canal de ascensão social ainda formava um contingente pouco pequeno, mas que já era atuante como força social, ou seja, exercia um certo poder de pressão.

Como afirma Ribeiro (1982), este setor da sociedade, que se encontrava em crescimento era composto da pequena burguesia das cidades, por uma grande massa de funcionários públicos, empregados do comércio, as chamadas classes liberais e intelectuais e, por fim, os militares cuja origem social era agora a própria classe média. Boa parte deste setor se sente prejudicado pela política vigente e também tem suas reivindicações e condições de expressá-las e explicá-las, que se sintetizam em um movimento chamado “tenentismo”, liderado pelos militares, que se transformaram nos ídolos nacionais, fato sintomático que demonstrava a insatisfação geral tanto nos setores dominantes como nos dominados. O que se buscava eram mudanças, mesmo que ainda não estivesse claro como deveria ser este novo Brasil.

Assim neste ambiente de agitação e de contestação as idéias e práticas estabelecidas estavam sendo combatidas, também aquelas que caracterizavam a organização escolar.

O atendimento escolar insuficiente estava sendo denunciado por políticos e até mesmo pelos educadores. Como denomina Jorge Nagle (1976), iniciava-se o período de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico, os quais ele denomina da seguinte maneira, respectivamente:

a crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, pela disseminação da educação escolar será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional e colocar o Brasil nos caminhos das grandes nações do mundo” e de otimismo pedagógico denominou “a crença que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do homem brasileiro (Nagle, 1976, p.163).

Assimilava-se neste momento o modelo da Escola Nova, já em plena expansão no contexto mundial

Assim as reformas pedagógicas que ocorreram na década de vinte expressavam o liberalismo quanto à escolarização, isto é, em consequência da retomada, na política, dos princípios liberais o que reforça o vínculo entre o modelo

educacional e o econômico de bases burguesas. E apesar das limitações destas reformas é importante destacar a atuação destes educadores, que defendiam a idéia de que era preciso difundir a educação e a cultura, mas também era necessário reestruturá-las.

É mais precisamente a partir da Revolução de 1930, que se dá, como denomina Luiz Pereira (1970), “*o grande despertar*” da sociedade brasileira, momento em que esta volta sua atenção para entender as causas do subdesenvolvimento e do seu atraso em relação às sociedades desenvolvidas. É aqui que tem início a ideologia política nacional desenvolvimentista⁸.

Dentro do Programa de reconstrução nacional estabelecido pelo governo de Vargas a educação é uma das prioridades, pois pretendia-se uma difusão intensiva do ensino, em todos os níveis, pelo País. E o debate político e educacional, em busca da construção de um novo Brasil foi rico e diversificado, pois abarcava projetos distintos como os dos liberais, católicos, governistas, que desejavam transformações dentro da ordem e o dos integralistas e aliancistas que se debatiam por transformações que levassem a uma nova ordem.

Ghiraldelli (1994), quando fala a esse respeito, diz que o governo Vargas foi hábil em conquistar os vários setores sociais através de uma política que se mostrava alternante entre as táticas da cooptação e da repressão. E no campo da educação não se mostrou diferente, pois desenvolveu-se um esforço governamental no sentido de controlar as duas grandes tendências do pensamento educacional que se esboçou ao longo dos anos 20.

As vanguardas de educadores que já se reuniam desde o final dos anos 20, em Conferências Nacionais, promovidas pela Associação Brasileira de Educação, reúnem-se naquele momento, 1931, na IV Conferência Nacional de Educação em busca das Diretrizes da Educação Popular que norteariam o então criado Ministério da Educação e Saúde Pública, cujo ministro era Francisco Campos. Este, pertencente ao grupo dos profissionais da educação, por sua vez, tinha livre trânsito entre as diversas facções que discutiam a educação. Porém, promove uma reforma a nível federal sem ao menos esperar os resultados das discussões da IV Conferência Nacional.

⁸ PEREIRA Luiz, *Ensaio de Sociologia do Desenvolvimento*. São Paulo, Pioneira, 1970. Apud. Ribeiro, 1982.

Foi uma reforma imposta a todo país, cria o Conselho Nacional de Educação, traça diretrizes para o ensino superior, organiza o ensino secundário ,etc. Esta por sua vez vai ao encontro da política nacional desenvolvimentista.

A efervescência da discussão a respeito da educação brasileira não cessa com esta reforma, pois na tentativa de influenciar as diretrizes governamentais, os liberais vieram a público, em 1932, com o “ Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”⁹, que desperta uma reação incontida por parte dos católicos. O governo de Vargas assiste a este confronto e tenta mediar a discussão com habilidade, pois tinha um outro problema nesse momento - a luta de classes. E é nesta efervescência da discussão educacional que o mesmo tenta buscar subsídios para resolver os problemas da questão social, acreditando que acalmaria as massas com escolas.

Esta reforma, de 1931, vai estabelecer claramente a relação definitiva do Estado com o ensino. Pois a educação passa a fazer parte de uma política estabelecida e dirigida pelo Estado, com fins e objetivos específicos.

O Colégio D. Pedro II continuava ainda como modelo, mas tendo o currículo estabelecido e coordenado pelo Estado. O ensino primário também passou a ser subordinado diretamente ao governo central.

E é também nesta reforma que se consolida a nova forma de tratar a Geografia, principalmente porque algumas facções da elite e do Estado vão percebendo que este novo enfoque dado aos estudos geográficos pode proporcionar um conhecimento melhor e maior do território, como também auxiliar na consolidação de projetos sócio-econômicos através do aspecto ideológico.

Ferraz (1995), diz que a Geografia foi definindo seu perfil oficial e institucional, via elevação de métodos científicos de pesquisa e ensino, como trabalhos de campo, aulas práticas, uso de recursos didáticos como mapas e globos, passando a tentar estabelecer relações entre os diversos componentes de dada paisagem estudada, não se atendo ao meramente taxonômico e nomenclatural, introduzindo novos temas e conceitos como a questão do urbano, do rural, da industrialização, etc, bem em sintonia com as mudanças por que passava o País e conforme almejavam muitos intelectuais, dentre os quais Delgado de Carvalho.

⁹ O “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” se constitui em um longo documento dedicado ao governo e à nação que se pautou em linhas gerais, pela defesa da escola pública obrigatória, laica e gratuita e pelos princípios pedagógicos renovados. Um documento que visava a defesa de uma nova educação, adaptada a uma civilização urbano-industrial.

Esta posição da Geografia se consolida em 1942, com a Reforma Gustavo Capanema, ministro do então Ministério da Educação e Saúde do governo de Getúlio Vargas. Aparecendo apenas como um aprimoramento da reforma anterior, esta deixava ainda mais clara a função da educação na formação da consciência patriótica e na consolidação da formação de uma integridade nacional, objetivos claros da política educacional coordenada pelo Estado na época. O Estado ainda permanece definindo os currículos e questões administrativas do ensino médio e superior, apenas é dada uma relativa autonomia aos municípios quanto ao ensino primário.

É especificamente sobre a Reforma educacional de 1931 e a de 1942 e as leis que regulamentaram a educação, em particular o ensino secundário, e em especial a disciplina de Geografia, que passaremos a tratar a seguir. Buscaremos fazer uma análise de como as leis educacionais que regeram a escola no período de 1931 a 1945 tiveram influência nesta disciplina escolar, uma vez que é neste período que a Geografia atinge sua feição moderna e científica, e com isto os livros didáticos, levam em consideração os novos caminhos metodológicos e didáticos que se apresentam neste momento de maior importância para o ensino da Geografia.

4 - As Reformas Educacionais estabelecidas no Governo Vargas (1930 a 1945) e a disciplina escolar de Geografia.

4.1 – A Reforma Francisco Campos em 1931.

Como vimos anteriormente as reformas educacionais, ocorridas no ensino secundário no Brasil, vieram lhe submetendo um caráter meramente de passagem para o ensino superior. Dando-lhe uma nova conotação e adequando-o aos propósitos do governo brasileiro, pós-revolução de 1930, a reforma Francisco Campos, em 1931, vem para “criticar” o que até então havia sido feito em relação ao ensino secundário, e é considerada a mais importante na história da renovação da educação brasileira.

Segundo relatório do Ministério da Educação e Saúde, 1950

O exame dos dados estatísticos referentes ao ensino no Brasil revelará, sem dúvida, que o chamado ENSINO MÉDIO apresentou, desde a reforma Campos, em 1931, um crescimento admirável.

Com efeito, aquele ensino secundário fechado às classes menos favorecidas, o ensino de comércio não sistematizado, o ensino profissional circunscrito às capitais e, muitas vezes de existência apenas legal, tudo isso sofreu um impulso renovador, abrindo as comportas estanques, a partir das reformas de 1931, ampliadas em 1942, pela administração Capanema.

No ensino secundário, por exemplo o número de unidades escolares que em 1932, era de 391, em 1947, passou para 1.344. O corpo docente subiu no mesmo período de 5.173 para 19.756. O crescimento da matrícula demonstra a democratização do ensino: de pouco mais de 56 mil, em 1932, subiu para 313 mil, em 1947. (Brasil, 1950, p.01)

Azevedo (1971), afirma que esta reforma, *“imprimiu ao ensino secundário a melhor organização que este já teve entre nós, elevando-o de um simples curso de passagem ou de instrumento de acesso aos cursos superiores a uma instituição de caráter eminentemente educativo”*. (Azevedo, 1971, p.670)

Passando por cima de todas as discussões realizadas pelos intelectuais da educação dessa época, sejam eles liberais ou conservadores, Campos instituiu esta reforma, que veio muito mais no sentido de ajudar a resolver os problemas que causavam preocupação ao governo, como a luta de classes e a difusão do nacionalismo, por exemplo.

A reforma de 1931, instituída através do Decreto Lei n.º 19.890 de 18/04/31, recuperou um pouco do discurso dos “profissionais da educação”, pelas suas soluções aparentemente atrativas e modernizantes que davam à educação, mas não desprezou o discurso conservador dos católicos.

Os programas, bem como as instruções sobre os métodos de ensino, deveriam ser expedidos, a partir de então, pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e revistos de três em três anos, por uma comissão designada pelo ministro. A esta comissão também seriam submetidas, para apreciação, as propostas elaboradas pela Congregação do Colégio Pedro II, ou seja, os estabelecimentos de ensino secundário mantidos pelos Estados perdiam o direito de elaborar programas próprios, ficando, assim, ante a inspeção federal, nas mesmas condições que os particulares, e perdendo por completo as possibilidades de elaborar os programas que atendessem a necessidades regionais.

Rompendo uma longa tradição e desprestigiando as Congregações do Colégio Pedro II e dos colégios Estaduais, os Programas do Curso fundamental e as instruções metodológicas foram elaborados, em 1931, pelo Ministério da Educação e

Saúde Pública, sem ao menos esclarecer oficialmente quem foram os autores; e vigoraram até serem substituídos pelos novos programas e instruções metodológicas decorrentes da Reforma Gustavo Capanema, em 1942, a qual analisaremos mais à diante.

Segundo ainda o Decreto n.º 19.890, artigo 2º, o ensino secundário passava a compreender dois cursos seriados: 1- o fundamental e, 2- o complementar, este último “obrigatório para os candidatos à matrícula em determinados institutos de ensino superior”. No artigo 12 deste mesmo Decreto este curso complementar deveria ser feito em dois anos de estudos intensivos, com exercícios e trabalhos práticos individuais, e poderia ser ministrado nos estabelecimentos oficiais de ensino secundário e nos estabelecimentos sob o regime de inspeção.

Hollanda (1957), quando discute a criação do curso complementar faz uma crítica à respeito do mesmo, afirmando que:

(...) apesar da finalidade pré-universitária do curso complementar, os seus programas eram da alçada do Ministério da Educação e Saúde Pública, não se assegurando na sua feitura nenhuma participação das Congregações dos institutos federais de ensino superior aos quais se destinavam os seus alunos. Nem ao menos, cogitara-se de que a comissão ministerial tomasse como base propostas de programas, emanadas daquelas congregações. Prevaleceu o mesmo critério de ausência de consulta pública prévia e de anonimato dos redatores dos programas, que tiveram lugar em 1931, ao elaborarem-se os do curso fundamental.

E, ainda, acentua que:

Mesmo assim não houve por parte das Universidades e Institutos de Ensino superior qualquer atitude de protesto, nem mesmo durante o interlúdio de normalidade institucional e livre expressão da palavra, correspondente à vigência da Constituição de 1934.. (Hollanda, 1957, p.12)

O referido autor conclui em sua discussão que o Decreto n.º 19.890, ao transferir a expedição dos programas ao Ministério da Educação e Saúde Pública acentuou a centralização uniformizadora do ensino secundário. Fato reforçado pela organização de um sistema de inspeção federal também para o ensino secundário, que era um meio de impor a estrita adoção dos programas e suas respectivas metodologias em todo território nacional.

Esta inspeção federal passa então a ser efetuada em todas as escolas de ensino secundário, principalmente nas particulares, que crescem desmedidamente, tornando-se obrigatória, o que gerava um certo receio por parte dos professores e

diretores dos estabelecimentos de ensino de se afastarem do cumprimento da legislação do ensino secundário.

4.1.1 – A organização do ensino secundário.

Nos motivos expostos pelo ministro de educação ao então Chefe do Governo provisório, no Decreto n.º 19.850, de 11 de abril de 1931, que cria o regimento interno do Conselho Nacional de Educação, ficam claras as suas posturas e críticas em relação ao ensino secundário.

Colocando o ensino secundário como a fase mais importante da escolaridade, o Ministro Francisco Campos afirma:

“De todos os ramos de nosso systema de educação é, exactamente, o ensino secundário o de maior importância, não apenas do ponto de vista quantitativo, como do qualitativo, destinando-se ao maior número e exercendo, durante a phase mais propícia do crescimento physico e mental, a sua influência na formação das qualidades fundamentaes da intelligencia, do julgamento e do character”.(Bicudo, 1942, p.17-24).

Explica, também que, as finalidades do ensino secundário são muito mais amplas do que as que lhe foram atribuídas até então, pois o mesmo perdeu a sua finalidade maior, ou seja, a educativa, em torno da qual deveriam organizar-se as disciplinas do currículo, o que atribuiria ao ensino secundário o seu papel na formação intelectual e moral da juventude. Atribui seu fim especificamente à formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional e para construir um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos que levem-no a tomar decisões mais convenientes e mais seguras, criticando a função que a escola até então vinha desenvolvendo, ou seja, passar os conteúdos como uma mera listagem.

Segundo Francisco Campos, Decreto Lei n.º 19.850 de 11/04/31, que cria o Conselho Nacional de Educação, o dever da escola se resumia em formar cidadãos ou educar para democracia e ela só o faria por meio de pregações, sermões, conferências ou lições, e organizando-se democraticamente e praticando, de modo efetivo e prático, a democracia. Coloca ainda a urgência em transformar o ensino secundário em ensino educativo para que seja útil no manejo futuro das realidades e dos fatos da vida prática.

E na finalização da exposição de motivos, que faz no mesmo decreto, Francisco Campos diz estar certo de que existirão muitas dificuldades para serem vencidas na obra de reconstrução do ensino secundário e que,

o espírito e os princípios, em nome dos quaes a revolução ascendeu ao poder, a constituem, porém, na irrecusável obrigação da obra, capital para o Brasil, de remodelar o seu systema de educação, do qual dependem, não apenas os destinos da nossa cultura moral e intelectual, senão o nosso desenvolvimento economico e o crescimento da nossa riqueza publica e privada. (Bicudo, 1942, p. 17-24).

Assim, para estar em conexão com o discurso do então ministro da Educação, o ensino secundário sofre transformações na sua estrutura curricular, pois a mesma passa a atender uma nova direção pretendida para a escola, ou melhor, para a educação. Assim, o Decreto n.º 19.890 de 18/04/1931, que dispõe sobre a organização do ensino secundário, modifica o mesmo em ensino fundamental, com 5 anos e complementar, que se constitui de dois anos que serão feitos dependendo da especificidade do aluno para o ensino superior, e aqui nos interessa mais de perto o ensino fundamental e em particular a disciplina de Geografia.

4.1.2 - A disciplina de Geografia

A disciplina de Geografia que até então não era ministrada em todas as séries do ensino secundário passa agora a ser disciplina obrigatória do ensino fundamental em todas as séries, reconquistando a posição que teve na Reforma de Benjamim Constant, em 1890, embora aparecesse nesta à partir do terceiro ano como revisão de conteúdos, estava presente do primeiro ao quinto ano.

No artigo 10º do Decreto n.º 19.890 de 18/04/1931 o Ministro da Educação e Saúde Pública expede os programas das disciplinas para o ensino secundário Fundamental, dos quais passaremos a descrever os da disciplina de Geografia:

O ensino de Geographia, unido ao das sciencias physicas e naturaes, tem por objectivo o conhecimento do meio ambiente de que dependem as sociedades humanas. Compete-lhe, assim, dar a conhecer, a princípio, a estrutura physica da terra, o relevo do solo, o litoral, o clima, a hydrographia, os recursos naturaes, a agricultura, a indústria, as vias de communicacão e o commercio. Em connexão com a astronomia e a physica, tratará da posição da terra no Universo. Utilizar-se-á sempre dos mappas

como o mais importante de seus meios de expressão. **Terá sempre em vista ministrar ao aluno o conhecimento dos recursos e das necessidades do Brasil. Os assumptos devem ser estudados de modo que se ajustem à idade média dos alumnos, exerçam influencia educativa e lhes permitam a expansão da curiosidade.** (grifo nosso)

Concorrendo com o estudo da História, **deve a Geographia ter também como objectivo a educação política, para a qual contribuirá, primeiro com o estudo das condições geographicas da formação do Estado e com a demonstração de que este, nascido como qualquer sociedade política, das necessidades de segurança colectiva, se caracteriza, geographicamente, pela soberania territorial e requer, para se manter integro, a fixação do grupo social ao solo. Mostrará depois como a vitalidade das fronteiras, órgãos periféricos do Estado, depende da segurança e da rapidez das estradas e dos meios de comunicação. Continuando o estudo da estrutura do Estado, apreciar-se-á a formação das capitães, bem como a importancia que tem economica, política e espirital. Cabe ainda á Geographia, mais do que a qualquer outra materia, evidenciar como o Estado político se prende, afinal, ás relações economicas da produção.** (grifo nosso)

No ensino da Geographia devem aproveitar-se sempre as observações e impressões colhidas pelos alumnos. Convém, nas duas primeiras séries applicar-se preponderantemente o **methodo intuitivo**¹⁰ (grifo nosso), por meio de demonstração e experiencia.

(...) Da terceira série em diante, deve fazer-se na classe a divisão do trabalho por turmas de estudantes, ás quaes o professor proporá themas que serão tratados na aula. É indispensável que os trabalhos, oraes ou escriptos, feitos na aula ou fóra della, nas primeiras como nas últimasseries, obedeçam sempre á preocupação de estimular a actividade pessoal e o senso crítico do alumno. Á ser assim, não se pode tolerar o emprego de livros, nos quaes se marquem lições que o alumno tem de decorar passivamente. **Ao invéz, torna-se mais opportuno o uso de manuaes que ministrem ao estudante gravuras, tabelas, dados estatísticos, cartas e graphicos, dos quaes possam tirar subsidios para o trabalho pessoal.** (grifo nosso) (...). (Decreto Lei 19.890 de 08/04/31, art. 10º, In: Bicudo, 1942, p.26).

O Programa de Ensino também é acompanhado do conteúdo programático a ser ministrado em cada série, que exporemos à seguir:

PRIMEIRA SÉRIE

I – Prolegomenos

Systema solar. A terra no espaço. A lua. Constelações. Coordenadas da Esphera terrestre. Eclíptica. Dia e noite. Estações. Fusos horários.

II - Geographia Physica

Estructura da terra. Distribuição das terras e dos mares.

a) Elemento sólido: sua formação, sua composição. Rochas, terrenos, jazidas mineraes. Nomenclatura do relevo. Classificação das formas: dobras,

¹⁰ Em opposição às experiencias de Lancaster e Bell, educadores ingleses que defendiam a proposta do *ensino mútuo* para educação, ou seja, onde os alunos mais adiantados como auxiliares na educação dos demais, ganha forças o movimento pedagógico fundado nas experiencias de Pestalozzi, onde o “conhecimento se dá pela própria investigação, não por falasções intermináveis sobre os resultados da arte e da ciência”, que tende o debate educacional para busca de outra alternativa, a do ensino dirigido a um grupo de alunos. Assim sendo, ganha espaço a defesa do *método intuitivo*, que no Brasil foi difundido pelas influências norte-americanas de Calkins, mais precisamente pela iniciativa de Rui Barbosa quando traduziu o *manual Lição de Coisas* deste autor.

deslocamentos, erupções. Montanhas, planaltos e planícies: suas características (exemplos brasileiros).

b) Elementos líquidos. Oceanos e Mares. Águas e movimentos do mar: vagas: marés, correntes. O relevo submarino. Os lagos. As águas correntes: os rios. A erosão fluvial. Regime dos rios (exemplos brasileiros)

c) Elemento gasoso. A atmosfera: pressão, temperatura, humidade. As chuvas. Classificação dos climas, (os climas do Brasil, como tipos de referência). Erosão atmosférica.

d) Os litorais: tipos de costas. As dunas. Relação com o relevo e com as águas adjacentes.

e) A vida animal e vegetal sobre o globo.

III – Práticas de Geographia

Demonstrações e experiências com o telúrio e o pêndulo de Foucault. Processos de orientação. Determinação da Latitude e da Longitude. Hora legal. Escalas. Cópia das cartas. Leitura das cartas. Representação gráfica do relevo. Dados estatísticos.

SEGUNDA SÉRIE

I – Geographia Geral dos Continentes

Posição. Limites. Dimensões comparadas. Aspectos do relevo e do litoral. Climas e Hydrographia. Vegetação. Animais. Populações. Divisões políticas e Cidades. Recursos económicos. Descrição sumária de cada Continente de acordo com as divisões naturais (América, Europa, Ásia, África, Oceania).

II – Geographia Física do Brasil

Situação. Aspecto. Dimensões do país. Fronteiras terrestres (história e tipos). Relevo e classificação dos sistemas massivos. O Atlântico sul. Litoral, morfologia e descrição. Climas: tipos e exemplos especiais. Hydrographia.

III – Práticas de Geographia

Experiências relativas às formas do relevo. Formação experimental das chuvas. Demonstrações da acção das águas sobre o modelado terrestre.

TERCEIRA SÉRIE

I – Geographia Política e Económica

Populações e Raças. Línguas e Religiões. As migrações e a Civilização. Colonização. Formação das cidades. As capitais. As estradas, a circulação e os transportes. Fronteiras. Culturas alimentícias (trigo, arroz, milho, café, cacão, chá, açúcar, vinho). Plantas industriais (algodão, borracha, madeira, fumo). Criação de animais: carnes, peles, couros, lã, seda. Explorações minerais (carvão, petróleo, ferro e outros metais). A utilização das forças naturais.

II – Geographia Política e Económica do Brasil

Populações: grupos étnicos, elementos europeus. Colonização. Recenseamentos: Os estados e o Distrito Federal. Recursos naturais e mananciais de energia. Condições gerais da agricultura: café, cacão, açúcar, algodão. O gado. Indústrias

Extractivas: borracha, madeiras, mate, manganez. Viação ferrea e rodoviaria. Navegação. Comercio exterior.

QUARTA SÉRIE

I – Geographia dos Principaes Paizes

Estudo especial de cada uma das seguintes potencias, nas suas feições physicas e políticas particulares, salientando em cada uma dellas os problemas de natureza social ou economica que mais lhe caracterizam a vida internacional:

- a) a Inglaterra e o Império Britanico (formação, extensão, estructura e problemas imperiaes);
- b) a Allemanha e a Europa Central;
- c) a França e suas Colonias;
- d) a Itália e o Adriatico;
- e) a Peninsula Iberica;
- f) as Republicas Russas;
- g) o Japão e sua expansão;
- h) a China e suas dependencias;
- i) os Estados Unidos (população, colonização e expansão economica);
- j) a Republica Argentina.

II – Geographia Regional do Brasil

Descripção Physica e politica de cada uma das regiões naturaes do paiz. Estudo especial, em cada região, dos principaes problemas economicos e sociaes da actualidade, assim como a sua evolução historica. Brasil septentriona;. Brasil Norte-oriental. Brasil Oriental. Brasil Meridional. Brasil Central. (Em cada região natural, serão estudadas, por Estado, exclusivamente as feições politicas, formação historica, população, cidades).

QUINTA SÉRIE

GEOGRAPHIA PHYSICA

I – Elementos de Cosmographia.

O sistema solar. Lei de Kepler, de Newton e de Bode. Planetas .Cometas. A terra. Coordenadas geographicas. Movimentos. A lua. Eclipses. Marés. Calendário. Cartas Terrestres. Escalas.

II – Meteorologia e climas.

A atmospha: composição; altura; a pressão atmosférica e os ventos.

A temperatura do ar: distribuição; medidas térmicas; oscilações e extremos.

A humanidade e as precipitações. Regimes pluviométricos. A chuva.

Os climas da terra: classificação dos principais typos. Climas do Brasil.

III – O elemento sólido.

A crosta terrestre: sua composição. O relevo do solo; feições principaes. Erosão e tectonica.

A erosão fluvial e seu cyclo. A formação dos vales. Typos de planicies e de planaltos. Influencia das rochas sobre a topographia.

Estructuras características; dobramentos; falhas e fracturas. Relevo vulcanico.

Distribuição e classificação dos vulcões. Relevo glaciário. Relevo desértico.

O litoral: typos de costas. Os recifes.

IV – O elemento líquido.

Os oceanos e os mares. Relevo submarino. Agua do mar: salinidade e temperatura. Vagas ressacas e correntes.

Os lagos: formação e evolução das massas lacustres.

As águas correntes. O escoamento Fluvial. O ciclo vital dos rios. Typos de regimes fluviaes. Estudo do Amazonas, do S. Francisco e do Paraná.

V – Elementos de Biogeographia.

As influencias do meio physico sobre a distribuição da vida no globo: as plantas, os animaes e o homem.

Distribuição dos vegetaes. Typos de vegetação: matas, campos caatingas, desertos frios e quentes. A flora das alturas.

Distribuição dos animaes. Fauna aquatica, marinha e fluvial, faunas terrestres nas differentes zonas. Migrações.

As condições da vida do Homem nos diferentes meios.

VI – Geographia comparada das Américas.

Estructura, relevo e litoraes dos continentes americanos. Vegetação e recursos naturaes. Zonas physiographicas. Ethnographia e populações: distribuição e densidade; dados estatisticos comparativos. (Decreto Lei n.º 19.890 de 18/04/1931, Programas de Ensino. In: Bicudo, 1942, p.58-62).

Nesta Reforma, os tópicos estavam colocados no programa de uma forma que os alunos no primeiro ano adquiririam conceitos gerais para depois compor a região natural. Esses conceitos seriam retomados no quinto ano, quando o aluno, já com os conhecimentos adquiridos em outras disciplinas, teria condições de melhor assimilá-los. O conteúdo programático do segundo, terceiro e quarto anos estava bem distribuídos partindo do estudo da Geografia Geral para a Geografia do Brasil.

A Reforma Francisco Campos, além de estender a disciplina de Geografia a todas as séries do ensino secundário, trouxe, como principal inovação ao programa de Geografia, a aula prática que já era adotada em escolas de outros países.

4.2 - O Plano Nacional de Educação em 1937.

Em setembro de 1932 Francisco Campos deixa o Ministério da Educação e é substituído por Washington Pires. Em julho de 1934 Gustavo Capanema assume o referido Ministério e tinha nas mãos, segundo Schwartzman (1984), uma tarefa que não era fácil e tampouco isolada, pois a questão educacional

naqueles anos era tema altamente politizado que atraía os melhores talentos e provocava os maiores conflitos. A esse respeito, ele diz:

“O que dava à educação naqueles tempos a relevância política... era a crença, por quase todos compartilhada, em seu poder de moldar a sociedade a partir da formação das mentes e da abertura de novos espaços de mobilidade social e participação, (...) A partir da década de 1930 os componentes ideológicos passam a ter uma presença cada vez mais forte na vida política, e a educação seria a arena principal em que o combate ideológico se daria”. (Schwartzman, 1984, p.50 e 51)

Neste período havia um dissenso muito grande em relação às questões educacionais. As experiências de construção nacional em processo na época, como o nazismo, o fascismo e o comunismo, tratavam a educação como instrumento por excelência de fabricação de tipos ideais de homens que assegurassem a construção e a continuidade de tipos também ideais de nação. Assim, a educação era vista como um recurso de poder, sendo, portanto bastante disputada. Havia muitos desacordos nas discussões à respeito da educação que vinham a público e davam ao debate educacional um caráter político exacerbado.

Em 1935, Francisco Campos toma posse do cargo de Secretário de Educação e Cultura do Distrito Federal, substituindo Anísio Teixeira, e na ocasião diz:

“Chegamos a um estado em que no campo da educação é que as idéias trabalham pelo poder. A política de hoje é a política da educação. Nela, no seu campo de luta, é que se decidirão os destinos humanos”. (Schwartzman, 1984, p.177).

Em janeiro de 1936, Gustavo Capanema lança uma tentativa de elaboração de um Plano Nacional de Educação, onde a preocupação era centralizar, coordenar e controlar a educação em todo território nacional. Esta posição na realidade não só permitiria ao Estado levar à frente seus projetos instituídos com as reformas pós-revolução de 1930, mas principalmente no que diz respeito ao Conselho Nacional de Educação. Este Conselho criado pela reforma Francisco Campos, ao longo dos anos foi adquirindo funções legislativas e de controle minucioso do sistema educacional. Além disso, este plano preservava e ampliava as funções deste Conselho.

Neste plano o objetivo da educação nacional era formar o homem completo, útil à vida social, pelo preparo e aperfeiçoamento de suas faculdades morais e intelectuais e atividades físicas. A transmissão do conhecimento seria sua

tarefa imediata, mas não a mais importante. Era garantida a liberdade de cátedra restrita somente aos assuntos específicos da matéria do professor, sendo vedada a propaganda política e as manifestações de qualquer natureza.

O Plano Nacional de Educação¹¹, definido como código, conjunto de princípios e normas, e que reorganizava toda a estrutura da educação nacional, foi submetido à análise de uma Comissão especial da Câmara dos Deputados que vota contra a “aprovação em globo”¹² proposta pelo Ministro Gustavo Capanema, e o projeto tramitou com uma certa morosidade. Desta forma o Congresso terminaria sendo fechado em 1937, com o advento do Estado Novo, antes que o plano fosse aprovado.

Com o Estado Novo, em 1937, o Ministério da Educação ficaria livre para realizar o que bem entendesse. E na tentativa de levar a cabo algumas idéias do Plano Nacional de Educação acontece a reforma do ensino de 1942, que coloca em prática a idéia da universidade-padrão, a implantação do ensino industrial e a reforma do ensino secundário, a qual em particular passaremos a tratar mais minuciosamente.

4.3 – A Reforma Gustavo Capanema em 1942.

Segundo Schwartzman (1984), “*de todas as áreas do grande plano educacional, a educação secundária seria aquela em que o ministério Capanema deixaria sua marca mais profunda e duradoura*” (Schwartzman, 1984, p.188).

A prioridade dada a reforma do ensino secundário foi uma reafirmação dos princípios da concepção educacional do ministério Capanema, onde o sistema educacional deveria corresponder à divisão econômico-social do trabalho e, a educação, deveria servir ao desenvolvimento de habilidades e mentalidades de acordo com os diversos papéis atribuídos às diversas classes e categorias sociais. Em suma, a educação deveria estar, antes de tudo, a serviço da nação, realidade moral, política e econômica a ser construída.

¹¹ Sobre o Plano Nacional de Educação ler SCHWARTZMAN, Simon, et ali. Tempos de Capanema, Rio de Janeiro. Paz e Terra, São Paulo, Editora da USP, 1984. Pg.182-186.

¹² Em maio de 1937, o Conselho Nacional de Educação encaminha a Capanema o texto final do plano, que é enviado pelo Presidente ao Congresso para aprovação. Era um documento extenso, com 504 artigos, mais de 100 páginas que consagravam princípios e opções educacionais que não eram consensuais e a proposta de aprovação em globo, feita por Capanema era justamente para evitar discussões.

Então, depois de 11 anos de vigência e segundo o Decreto Lei n.º 4.244 de 9/04/1942, a Reforma Francisco Campos foi substituída pela Lei Orgânica do Ensino Secundário, também conhecida como a Reforma Gustavo Capanema.

Segundo os artigos 2º, 3º e 4º do Decreto n.º 4.244 de 09/04/1942, esta Reforma manteve o princípio de dividir o ensino secundário em dois ciclos, porém reduziu a quatro anos a duração do primeiro, que passou a se chamar “curso ginásial” e aumentou de dois para três anos o segundo ciclo, que passa a denominar-se “curso colegial”, dividido em clássico e científico, que revestiu-se de caráter de consolidação dos conhecimentos ministrados no ginásial por ter nestes cursos um número preponderante de disciplinas comuns. Os estabelecimentos de ensino passaram a denominar-se de ginásios e colégios.

A inspeção federal nos estabelecimentos de ensino secundário continua sendo feita com o caráter administrativo e principalmente com o objetivo de orientação pedagógica, como na Reforma Francisco Campos. É somente com a portaria ministerial n.º 134 de 25/02/54 que se inicia a descentralização dos serviços de inspeção federal do ensino secundário, criam-se as Inspetorias Seccionais, que deverão funcionar no Distrito Federal, nas Capitais dos Estados ou em cidades que, pela sua posição geográfica, forem consideradas ponto de mais fácil e rápido acesso para os municípios que constituem a respectiva área de inspeção.

Assim, a inspeção federal, da reforma Capanema, no ensino secundário será, *“feita não somente no ponto de vista administrativo, mas ainda com o caráter de orientação pedagógica, limitando-se ao mínimo imprescindível a assegurar a ordem e a eficiência econômica”*. (Decreto Lei n.º 4.244, art.75. In: BRASIL, 1952, p.42).

No que se refere às disciplinas, o Decreto Lei n.º 4.244 no seu artigo 18 diz que; *“Os programas das disciplinas serão simples, claros e flexíveis, devendo indicar, para cada uma delas o sumário e as diretrizes essenciais.”* (Decreto lei n.º 4,244, art. 18. In: BRASIL, 1952, p.32).

E nos termos da referida Lei, artigo 18, parágrafo único, os programas *“serão sempre organizados por uma comissão geral ou por comissões especiais, designadas pelo Ministério da Educação, que os expedirá”*. E esta comissão foi designada pela Portaria Ministerial n.º 101, de 27/04/1942, e seria presidida pelo Ministro da Educação e secretariada pelo então Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, a mesma incluía ainda professores de diversas matérias, os

Diretores do Departamento Nacional de Educação e das Divisões de Ensino Secundário e Educação Física .

O programa de cada disciplina conteria duas partes: o sumário da disciplina e a indicação de suas finalidades educativas, que na medida do possível vinham marcadas pelo *sentido patriótico e pela preocupação moral*. A *Lei Orgânica trazia como preocupação fundamental a formação da personalidade integral dos adolescentes*, que se resumia como a primeira finalidade da educação secundária; e todos os programas deveriam atender a este objetivo.

Ao programa das disciplinas eram anexadas as necessárias instruções metodológicas, que indicariam os métodos e os processos pedagógicos que os professores deveriam empregar. Era de incumbência da comissão dar a forma e a amplitude da indicação do método a ser utilizado, em tudo deveria ser observada a recomendação trazida no art. 27 da Lei Orgânica que dizia que os estabelecimentos de ensino secundário deveriam adotar processos ativos, que dessem aos seus trabalhos o próprio sentido da vida.

4.3.1 - A Lei Orgânica do Ensino Secundário.

Gustavo Capanema explica o verdadeiro sentido da Lei Orgânica quando expõe seus motivos ao então Presidente da República, Getúlio Vargas. E na sua concepção de ensino secundário atribui ao mesmo, como finalidade fundamental, a formação da personalidade do adolescente. E nas suas palavras diz:

O que constitui o caráter específico do ensino secundário é a sua função de formar nos adolescentes uma sólida cultura geral marcada pelo cultivo a um tempo das humanidades antigas e das humanidades modernas, e bem assim, de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística”. (Decreto Lei n.º 4.244 de 09/04/1942. In: BRASIL, 1952, p.22-28).

E diz ainda que:

O ensino primário deve dar os elementos essenciais da educação patriótica. (...) Já o **ensino secundário tem mais precisamente por finalidade a formação da consciência patriótica.** (grifo nosso).

É que o ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades

maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo. Ele deve ser, por isto, um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais alto da palavra, isto é, um ensino capaz de dar aos adolescentes a compreensão da continuidade histórica da pátria, a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão e das ideais da nação, e bem assim dos perigos que a acompanhem, cerquem ou ameacem, um ensino capaz, além disto, de criar, no espírito das gerações novas, a consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem e o seu destino. (grifo nosso)

(...) O estudo da *língua, da história e da geografia pátrias* - O conhecimento seguro da própria língua constitui para uma nação o primeiro elemento de organização e de conservação de sua cultura. Mais do que isto, o cultivo da língua nacional interessa à própria existência da nação, como unidade espiritual e como entidade independente e autônoma. (...)

Com o mesmo objetivo de orientar o ensino secundário no sentido de uma compreensão maior dos valores e das realidades nacionais, a reforma separa a história do Brasil e a Geografia do Brasil, respectivamente, da história geral e da Geografia Geral, para constituírem disciplinas autônomas. (grifo nosso).¹³

4.3.2 – A disciplina de Geografia

A Geografia nesta Reforma adquiriu grande valor como disciplina, conforme acontecia nos colégios europeus, passando a ser ensinada nas sete séries do curso secundário.

O programa de Geografia apareceu, pela primeira vez, disposto em unidades bem estruturadas, considerando-se os níveis de dificuldades, com um nível metodológico indo do geral para o particular; de uma Geografia descritiva e pouco aprofundada no curso ginásial, para um estudo mais acurado no curso colegial, no intuito de oferecer uma formação cultural aos adolescentes, indo assim, ao encontro dos objetivos da reforma.

Nas instruções metodológicas expedidas pelo Ministério da Educação e Saúde para o ensino de Geografia, a orientação para o ensino de cada unidade era a seguinte:

Cada unidade por si mesma se completa, não por simples justaposição dos itens que aí se indique, mas pela assimilação real e compreensão conjunta, que deles tenham os alunos ao cabo de seu estudo. O mesmo se deverá dizer das relações que o programa pressupõe, entre uma e outras unidades, em seu desenvolvimento

¹³ Exposição de motivos do Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, ao então Presidente da República, Getúlio Vargas, que fazia parte da apresentação do Projeto de Reforma do Ensino Secundário escrito em 01 de abril de 1942. A Reforma foi aprovada e instituída segundo o Decreto Lei n.º 4.244 de 09 de abril de 1942.

progressivo; não significam elas simples “pontos”, mas indicam objetivos crescentes a serem atingidos. (Colessanti, 1984, p.84)¹⁴.

O programa de Geografia estava dividido em unidades didáticas que correspondiam a níveis de estudos interdependentes. Sobre o qual Holanda (1957) diz:

A Lei Orgânica consagrou o princípio da autonomia, como disciplinas da História Geral e da História do Brasil; igual critério adotou com respeito à Geografia. Não se tratava de uma medida inspirada por meras razões didáticas, senão traduzia uma das linhas mestras da Reforma Capanema e de cunho, acentuadamente, nacionalista (Holanda, 1957, p.51).

E, segundo a Portaria Ministerial, n.º 170, de 11 de julho de 1942, são expedidos os programas de Geografia Geral e Geografia do Brasil para o curso ginásial, que era o seguinte:

CURSO GINASIAL

PRIMEIRA SÉRIE

GEOGRAFIA GERAL

I – A TERRA NO ESPAÇO

Idéia do Universo

- O sistema solar
- A terra e a lua
- Círculos e zonas terrestres: coordenadas geográficas
- Orientação
- Representação

II – ESTRUTURA DA TERRA

- A crosta terrestre
- Os continentes, os oceanos e mares, os litorais
- A atmosfera e os climas
- Águas correntes e lagos

III – OS GRUPOS HUMANOS

- População; raças
- Nações
- Cidades
- Línguas e religiões; as atividades culturais
- A habitação e a alimentação

¹⁴ Programa de Geografia. Boletim Geográfico, n.º 34, Ano III, janeiro de 1946, p. 1307. Apud COLESANTI, Marlene T. M.- O ensino da geografia através do livro didático no período de 1890 a 1971. Dissertação de Mestrado. Rio Claro, 1984.

IV – A CIRCULAÇÃO

Os meios de transportes
Os meios de comunicações

V – A AGRICULTURA

Evolução da vida agrícola
A produção vegetal
A produção animal

VI – A INDÚSTRIA E O COMÉRCIO

Histórico da indústria e do comércio
A produção industrial
O comércio interno e internacional
Os principais centros industriais e comerciais do mundo

SEGUNDA SÉRIE**GEOGRAFIA DOS CONTINENTES****I – OS CONTINENTES E AS REGIÕES POLARES**

Características dos Continentes: dados comparativos
As regiões polares

II – A AMÉRICA**III – A EUROPA****IV – A ÁFRICA****V – A ÁSIA E A AUSTRÁLIA****VI – A OCEANIA**

Cada item desta série eram assim abordados:

- a) Fisiografia
- b) Regiões Naturais
- c) População, raças, línguas e religiões
- d) Divisões políticas e cidades principais
- e) Recursos econômicos

TERCEIRA SÉRIE**GEOGRAFIA FÍSICA E HUMANA DO BRASIL****I – O ESPAÇO BRASILEIRO**

O espaço e a posição
O relevo
O litoral
Os climas
A hidrografia
O revestimento vegetal

II – A POPULAÇÃO BRASILEIRA

Formação étnica; etnias
 Línguas e religiões
 Distribuição da população
 Imigração
 A habitação e a alimentação
 As fronteiras

III – ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA

A organização constitucional
 A divisão política do país
 A União. Os Estados
 O Distrito Federal
 Os territórios
 A divisão municipal

IV – CIRCULAÇÃO, OS SISTEMAS DE VIAÇÃO

Os transportes: estradas de rodagem; estradas de ferro;
 navegação marítima e fluvial; a aviação.
 As comunicações: correios, telégrafos, telefone, radio.

V – A PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Solos agrícolas; esgotamento e conservação
 Os principais produtos de origem vegetal
 Defesa da produção agrícola

VI – A PRODUÇÃO MINERAL E ANIMAL

Recursos Minerais
 Criação de animais: produtos de origem animal

VII – A INDÚSTRIA E O COMÉRCIO

Recursos Minerais
 As fontes de energia
 A evolução industrial e as principais indústrias nacionais
 O comércio interno e o comércio externo

QUARTA SÉRIE

GEOGRAFIA REGIONAL DO BRASIL

I – DIVISÃO REGIONAL DO BRASIL

Conceito de Região natural
 As regiões brasileiras

II – A REGIÃO NORTE

II – A REGIÃO NORDESTE

V – A REGIÃO LESTE

V – A REGIÃO SUL

VI – A REGIÃO CENTRO-OESTE

De cada uma dessas regiões far-se-á o seguinte estudo:

- a) Descrição física;
- b) Povoamento;
- c) Divisão em Estados;
- d) Cidades;
- e) Vida cultural;
- f) Recursos econômicos;
- g) A circulação.

(Programas de Ensino da Portaria Ministerial de 11/07/1942. In: BRASIL, 1952, p.428).

A Portaria Ministerial, n.º 564, de 21 de novembro de 1945, expede programas de Geografia Geral e do Brasil e respectivas instruções metodológicas, e determina sua execução no curso colegial de ensino secundário.

CURSO COLEGIAL

PRIMEIRA SÉRIE

GEOGRAFIA GERAL

I – O SISTEMA SOLAR

Seus elementos e sua leis
A lua e os eclipses
A terra: dimensões e movimentos

II – A ATMOSFERA

Composição, temperatura, pressão e ventos
Umidade atmosférica e as chuvas
Climas: conceitos e classificação
O clima e o homem

III – AGUAS CORRENTES

Circulação das águas
Os rios: regimes e feições características
As geleiras
As formações lacustres

IV – OCEANOS E MARES

Águas do mar, ondas, correntes marinhas.
O fenômeno das marés
Relevo submarino.

IV – O RELEVO

Estrutura e composição da crosta terrestre
 O modelado terrestre e seus fatores (erosão, tectonismo e vulcanismo)
 Tipos de relêvo
 O relêvo e o homem. As paisagens geográficas

V – A VIDA SOBRE O GLOBO

Distribuição dos vegetais, tipos de vegetação.
 Distribuição dos animais
 Ambientes geográficos; ocupação humana das grandes regiões naturais.

VI – PRÁTICAS DE GEOGRAFIA

Leitura de cartas e representação geográfica

SEGUNDA SÉRIE

I – ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA DO NORTE

II – A REPÚBLICA ARGENTINA E A REPÚBLICA PLATINA

III – ESTADOS SUL AMERICANOS DO PACÍFICO E DE NORTE

O México

IV – A GRÃ-BRETANHA E O IMPÉRIO BRITÂNICO

Canadá
 Austrália
 África do sul e
 Império das Índias

V – AS REPÚBLICAS RUSSAS

VI – A ALEMANHA E A EUROPA CENTRAL

VII – A FRANÇA E SUAS COLONIAS

VIII – A PENÍNSULA IBÉRICA

IX – A ITÁLIA E O ADRIÁTICO

X – O JAPÃO E A QUESTÃO DO PACÍFICO

XI – A CHINA E SUAS DEPENDÊNCIAS

TERCEIRA SÉRIE

GEOGRAFIA DO BRASIL

I – POSIÇÃO GEOGRÁFICA DO BRASIL. FRONTEIRAS

O Brasil no Continente Americano
As fronteiras: sua evolução

II – FISIOGRAFIA DO BRASIL

O litoral do Brasil: seus tipos morfológicos fundamentais
O solo: o relevo e as grandes bacias hidrográficas
Os climas do Brasil: características e classificação

III – DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO BRASIL

Os ciclos de Economia Nacional
A colonização e a imigração
A vida
A produção agrícola
A pecuária
A mineração

IV – INDÚSTRIA E COMÉRCIO

A nossa evolução industrial e comercial
Principais indústrias. As indústrias pesadas
O comércio interno e externo: Mercados produtores e Consumidores

V – CIRCULAÇÃO

Evolução dos meios de transportes
Rodovias e vias férreas
A navegação interior
Estudo especial da navegação costeira e dos principais portos
A navegação transatlântica
A navegação aérea

Ainda na Portaria Ministerial n.º 564 de 21 de novembro de 1945, o Ministro da Educação justifica o fato da disciplina de Geografia aparecer em todas as séries do ensino secundário, dizendo que:

Estende-se o ensino de geografia por todas as séries do curso secundário, o que tanto basta para demonstrar a importância, que se lhe dá, na formação da juventude. (...) Com efeito nenhuma outra disciplina permite, de modo tão eficiente, a integração de numerosos conhecimentos, quer os relativos ao mundo físico, quer os que se refiram às condições biológicas e sociais. No aproveitamento das oportunidades que o ensino da Geografia assim proporciona é que reside todo o seu alcance educativo, ao ciclo colegial. (grifo nosso)

(Portaria Ministerial, n 564 de 21/11/1945In: Brasil, 1952, p. 430)

Distribuídos desta forma os conteúdos de Geografia apresentados nesta Reforma, em forma de unidade, sofreram diversas alterações nos anos seguintes, porém esta estrutura perdurou por quase duas décadas nas escolas, e só

veio a sofrer modificações, como redução do número de aulas semanais, em 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases n.º 4.024.

Estas reformas, além de nortear o funcionamento do ensino secundário, nas décadas de 1930 e 1940, tiveram influência direta em toda a produção de livros didáticos, em particular os de Geografia.

CAPÍTULO II

O livro didático de Geografia e os Relatórios da Inspeção Federal: Reflexos do controle escolar das décadas de 1930 e 1940.

Neste capítulo faremos inicialmente uma sistematização e uma análise do conteúdo dos manuais didáticos de Geografia que foram utilizados no ensino secundário nas décadas de 1930 e 1940. Inicialmente faremos uma exposição de 02 manuais de Delgado de Carvalho, que embora tenham sido publicados antes da década de 1930 e não estão vinculados às reformas educacionais de 1931 e 1942 foram bastante utilizados neste período até mesmo por se tratar de livros que eram referenciais metodológicos da nova Geografia que estava se propondo.

Em seguida passaremos a analisar 14 manuais diferentes, não levando em consideração a edição, apenas os agrupamos respeitando a reforma educacional que cada um seguiu. Deste modo, 08 dos manuais analisados foram publicados seguindo o programa de ensino da Reforma Francisco Campos e 06 seguindo a Reforma do Ensino Secundário de Gustavo Capanema.

Nesta análise procuramos evidenciar os conteúdos e compará-los com os previstos nas reformas educacionais de Francisco Campos, em 1931 e a de Gustavo Capanema, e também procurando analisar as influências que o método moderno teve na produção dos mesmos.

Num segundo momento deste capítulo, analisaremos os relatórios da Inspeção Federal das décadas de 1930 e 1940, coletados no Colégio Imaculada Conceição que nos servirão de base para verificarmos como os conteúdos eram desenvolvidos dentro da escola neste período.

1 - Os livros didáticos

Os manuais didáticos foram temas de discussão durante todo o século XIX entre os parlamentares que decidiam sobre a criação e a organização do sistema educacional do Estado que se formava. Inicialmente, seguindo orientação dos intelectuais da época, buscou-se a inspiração para a elaboração do livro didático em

modelos estrangeiros, principalmente os franceses e alemães. Estes novos manuais surgiram com o objetivo de atender às reclamações feitas nos relatórios oficiais sobre a ausência dos livros didáticos. Posteriormente, final do século XIX, surgiram as críticas em relação a utilização desses manuais estrangeiros, aparecendo então projetos de construção de obras didáticas brasileiras.

Deste modo, começa a ser implantada essa proposta de nacionalização da literatura escolar que correspondia ao período de crescimento da rede escolar, decorrente, em parte, das mudanças sociais surgidas com a urbanização, imigração, do fim da escravidão e modernizações tecnológicas nos meios de comunicação.

Esta proposta representava a opinião do grupo de educadores favoráveis ao domínio do Estado na escola pública, como oposição ao poder da Igreja. Especificamente podemos nos situar aqui no momento em que o Estado brasileiro teve de se defrontar com o problema da abolição da escravidão, situação que interferiu nas concepções de escola e nos seus objetivos, onde a educação deveria, a partir de então dedicar-se não mais somente à educação da classe dirigente, mas incluir em sua clientela os trabalhadores livres.

Assim, o Estado passa então a planejar e acompanhar a educação escolar, utilizando-se de vários mecanismos para direcionar e controlar o saber a ser disseminado, dos quais o livro didático constitui-se em um instrumento privilegiado do controle estatal sobre o ensino e aprendizagem, nos diferentes níveis escolares.

O livro didático era fundamental para a formação dos professores e para garantir os diversos conhecimentos a serem transmitidos pela escola. E, sobretudo deveriam sistematizar e divulgar os conhecimentos ligados à língua nacional e as demais disciplinas escolares, garantindo a difusão do vínculo nação-território. A cerca disto, Bittencourt (1993), explica que: *“(...) o Estado incentivou uma produção local capaz de auxiliar a formação do sentimento nacionalista sem deixar, entretanto, que as futuras gerações de letrados perdessem o sentimento de pertencer ao mundo civilizado ocidental”* (Bittencourt, 1993, p.31).

Começa assim, no final do século XIX, a produção de livros didáticos no Brasil, e a capital nacional, Rio de Janeiro, sede das principais editoras do país, se torna também sede de algumas pequenas editoras que se dedicaram exclusivamente à produção de livros didáticos, abrindo a possibilidade da valorização do capital produtivo. Mas, no final do século predominaram as grandes editoras, algumas de origem estrangeira, instaladas na capital do país.

Apesar da existência da editora Garnier no Brasil, no final do século XIX, Bittencourt(1993) diz que “a primeira grande editora de livro didático no Brasil foi a Francisco Alves, seguida de uma outra editora especializada em livros escolares, que despontou no início do século XX , a F.T.D.¹⁵, de origem francesa”, propriedade dos irmãos maristas. (Ibid, p.83).

Portanto, a produção didática, segundo Bittencourt (1993),

ao terminar a primeira década do século XX, concentrava-se em três grandes empresas editoriais. A. H. Garnier, em fase de estagnação, a Francisco Alves que, praticamente monopolizava a produção da literatura escolar e, paralelamente a F.T.D. que começava seu percurso empresarial, alcançando atualmente o segundo lugar dentre as maiores de livros didáticos do país. (ibid, p.84).

A produção regional de livros didáticos teve uma sobrevivência precária através das pequenas editoras ou tipografias instaladas nas províncias ou estados.

Havia, por parte das editoras, uma predileção em se instalar no Rio de Janeiro, isto ocasionado pela situação privilegiada que desfrutava a cidade, como local das decisões políticas e centro cultural do país, onde, paulatinamente, algumas editoras foram tendo o domínio na produção didática e se constituíram em grandes empresas, transformando o livro didático em uma das mercadorias mais rentáveis do setor, à medida que a escola se expandia. Mas, a existência e sobrevivência do livro didático só foi possível graças à submissão destas editoras, seja da província ou da capital, ao poder do governo.

Assim, o livro didático veio ao longo do século XIX e nas décadas iniciais do século XX sendo produzido sob uma concepção nacionalista. E, não poderia ser diferente na década de 1930, após a Revolução, onde o nacionalismo patriótico esteve à frente de todas as questões, principalmente às referentes à educação, e quando os manuais didáticos, passaram a ser produzidos e divulgados entre as escolas com maior rigor e controle por parte do Estado.

Os Compêndios e os livros, que auxiliavam o ensino nas décadas de 1930 e 1940, eram rigorosamente analisados antes de chegar até a sala de aula, e a sua produção tinha como base os programas de ensino instituídos nas reformas educacionais.

¹⁵ Em 1902, a editora F.T.D. (Frère Théophane Durand) é aberta no Rio de Janeiro. A editora veio suprir a demanda de livros europeus pelos novos colégios católicos criados no Brasil. Os próprios maristas, donos da editora, fundam suas escolas. (Cf. Valente, 1997, p.181).

O Decreto lei n.º 19.850, de 11/04/31, que cria o Conselho Nacional de Educação, expõe no artigo 2º a função que tal conselho viria a desempenhar junto ao Ministério da Educação: “*O conselho Nacional de Educação destina-se a colaborar com o ministro nos altos propósitos de elevar o nível da cultura brasileira e de fundamentar, no valor intellectual do indivíduo e na educação profissional apurada, a grandeza da Nação*”. (Decreto Lei n.º 19.850 de 11/04/1931. In: Bicudo, 1942, p.11).

Segundo o regime interno deste Conselho, aprovado em 23/11/31, o mesmo tinha a incumbência de opinar sobre as questões didáticas, inclusive sobre os manuais usados em sala de aula, que eram submetidos a uma apreciação e depois encaminhados ao ministro que os recomendava para o uso no ensino.

Assim, os livros e manuais didáticos usados na década de 1930 nas escolas secundárias eram recomendados pelo Ministro de Educação e Saúde. Entretanto, o professor da disciplina juntamente com o diretor da escola escolhiam, entre os livros recomendados, qual iriam adotar para cada série. Uma vez adotados, os manuais teriam que ser seguidos até o final do ano letivo, não podendo haver uma troca de livro no decorrer desse. O que poderia acontecer era a troca de livro numa mesma série de um ano para outro, ou o uso de um mesmo livro por anos consecutivos.

Nos primeiros anos da reforma Gustavo Capanema, em 1942, o livro didático continua tendo o mesmo tratamento. É só com o Decreto Lei n.º 8.460, de 26/12/45, que se cria, em caráter permanente, a Comissão Nacional do Livro Didático, que era constituída de quinze membros, nomeados pelo Presidente da República, “*escolhidos dentre pessoas de notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral*” (art. 11). E, ainda, conforme o art. 12, esta comissão terá como competência, “*examinar os livros didáticos que lhe forem apresentados e proferir julgamento favorável ou contrário quanto ao seu uso*”. (Brasil, 1952, p.377).

2 - Os livros didáticos de Geografia

Passaremos a apresentar alguns dos livros didáticos de Geografia, que devidamente inspecionados, eram utilizados no ensino secundário nas décadas de 1930 e 1940.

Como já vimos no capítulo anterior, não podemos desconsiderar a importância que tiveram as publicações de Delgado de Carvalho, na década de 1910 e 1920, para os rumos da Geografia Moderna. Suas publicações, *Geografia Elementar* e *Geografia do Brasil* fundamentaram e nortearam as discussões na ciência geográfica e também na disciplina de Geografia. Estes livros eram bem aceitos pelos professores de Geografia, tidos como uma renovação em termos de método e foram usados no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, que era tido como escola modelo à época e a mais conceituada do Brasil.

O livro *Geografia do Brasil* publicado em 1913, era utilizado pelo Colégio D. Pedro II e também por algumas escolas, que sob a inspeção federal adotavam-no para desenvolver os conteúdos referentes a Geografia do Brasil, principalmente por este abordar minuciosamente todos os aspectos sobre o território brasileiro. Para a época era uma obra inovadora em relação às anteriores.

Dentro da proposta moderna de Geografia, o autor parte do princípio que as divisões da Geografia só devem ser procuradas na própria geografia e por isto condena a divisão administrativa por Estados e baseia seus estudos nas regiões naturais do Brasil. Podemos constatar isto quando afirma:

(...) O Brasil é historicamente um todo, mas não deixa de ser-o geographicamente tambem. Suas regiões naturaes, si não correspondem exactamente às creações políticas, harmonizam-se tanto que as cabeceiras do systema fluvial amazonico vão quasi entestar no interior recondito com as do systema fluvial platino, tendendo a fazer do Brasil uma enorme ilha continente, que ainda foi pequena para a expansão da raça que a povoou e transbordou além d'essas balizas-rios. São pela maior parte naturaes nossas fronteiras, afinal quasi todas reguladas, e nossas principaes planicies ligam-se entre si sem barreiras insuperaveis que as separem, como que a constituirem antes um todo, offerecendo-se a terra aos feitos da gente. (...) (Carvalho, 1929, prefácio)

Fugindo da descrição e buscando as explicações mais particularizadas sobre os assuntos em questão, o livro apresenta inúmeras ilustrações, gráficos lineares e de barra, mapas das regiões naturais do Brasil e três anexos no final, sendo que o primeiro é sobre composição geográfica, o segundo sobre documentação estatística, e o terceiro é um álbum fotográfico contendo 64 fotografias, com legendas explicativas, das regiões do Brasil que buscam mostrar as diversas características de cada uma em particular.

Mesmo com as reformas das décadas de 1930 e 1940 o livro de Delgado de Carvalho, que não se enquadrava no esquema de distribuição de

conteúdos ditados por nenhuma reforma, sempre foi bem aceito no ensino secundário, e era recomendado como livro de leituras complementares, pois o que interessava neste momento com estas leituras era absorver o “método moderno” de explicar os conteúdos.

O livro Geografia Elementar era adotado nas escolas primárias públicas do Distrito Federal na década de 1920.

No prefácio deste livro Delgado de Carvalho tenta explicar a importância em que consiste o método de ensino que tanto defendia em suas publicações e discussões, o ensino sob a Geografia Moderna:

Já se vão mais de dez annos que foi publicada a primeira edição da minha “Geographia do Brasil”. Os motivos que me tinham dictado aquella obra são os mesmos que hoje me levam a entregar ao público o presente trabalho. Quando os editores, que ora publicam a “Geographia Elementar”, me incumbiram de escrevela, não me conheciam senão pela “Geographia do Brasil”; o que nella apreciaram, provavelmente foi o **methodo** (grifo nosso); methodo que devo confessar, fez com que a obra fosse mais bem recebida pelos estudiosos da geographia do que pelos próprios estudantes. De facto, o livro era tão demasiadamente differente do programma. Hoje, entretanto, as profundas modificações deste deram ao methodo uma maior acceitação.

A presente obra não visa tão grande inovação; acompanha os programmas, mas conserva o methodo. (grifo nosso). (Carvalho, 1926, Prefácio))

Este método moderno tinha como preocupação principal estabelecer a construção de um conhecimento científico voltado para a melhor compreensão dos problemas e características, que Delgado de Carvalho identificava no Brasil, objetivando soluções e respostas viáveis da seguinte forma:

Vem, pois, ao caso dizer em poucas palavras em que consiste este methodo. Em primeiro lugar, uma rápida leitura de qualquer capítulo da “Geographia Elementar” deixará immediatamente transparecer o desejo do autor de ligar toda e qualquer noção de Geographia à “physiographia”, isto é, à geographia física pura. O desenvolvimento dado à primeira parte do livro evidencia esta necessidade de dotar o alumno de uma boa base de physiographia. Os assumptos são evidentemente muito resumidos, pois o espaço é limitado, mas é o estrictamente necessário para a comprehensão do que seja montanha, valle, rio, clima e da **theoria moderna** (grifo nosso) do “cyclo vital” que se applica a cada um destes elementos. Assim, nas partes seguintes, o professor poderá individualizar as serras e os rios de taes e taes regiões sem receio de que o alumno deixe de entender. Não hesitará, por exemplo, em explicar porque os rios do Mediterrâneo formam deltas e os do Oceano Atlântico europeu formam estuários, baseando-se no que sabe o alumno sobre marés, sobre correntes, etc. (Carvalho, 1926, Prefácio)

Nesta exposição deixa claro a influência do determinismo alemão, fundamentado por Ratzel, em suas discussões sobre o método moderno.

Mas também explicita suas bases possibilistas quando coloca:

Em segundo lugar, notará o leitor a **importância especial atribuída na *Geographia* ao elemento antro-po-geographico e a inclusão da chamada “*Geographia Economica*” na *Antro-po-geographia*. É uma das feições da *Geographia moderna* (grifo nosso) esta orientação, que aliás não é nova mas foi muito desprezada nos compendios do século XIX. Sendo o homem o objeto de principal interesse sobre o globo, devem ser sempre estudadas as feições e condições deste globo sob o ponto de vista humano, de seus efeitos e reacções. Cada vez que, no estudo de um continente, voltarem a ser tratadas as questões da população, raças, religiões, etc., o professor deverá verificar que nada do que foi estudado no capítulo da *antro-po-geographia* se apagou na memória do aluno. Não foi possível em cada caso traçar a *antro-po-geographia* de regiões isoladamente, mas, auxiliado de algumas noções históricas, o professor poderá sempre fazer um apanhado ligeiro que ligue a terra ao homem, lembrando as influências do meio (cap. I, III § 4). Em terceiro lugar, não poderá escapar a ninguém o número restricto de nomes próprios geographicos dados neste compendio. Propositalmente limitei ao indispensável as listas que devem ser confiadas à memória. Se julgar insufficiente a escolha feita, o professor achará em qualquer Atlas o supplemento que dosará á vontade. (Carvalho, 1926, Prefácio)**

Assim, Delgado de Carvalho explicita o uso das bases possibilistas e deterministas, na discussão do método moderno, que eram resgatadas de forma alternada, como bem podemos verificar na citação anterior, sem que uma elimine a outra. Mas, a sua preocupação com o entendimento científico dos fenômenos estudados superava a disputa entre possibilismo e determinismo, que não classificava como a discussão central da Geografia, para ele o método era a questão central.

Define qual deve ser o papel que um compêndio ou livro didático deve exercer no ensino da disciplina de Geografia, dizendo:

De um modo geral, um compendio não deve, a meu ver, repetir o Atlas. **O mappa é de interesse evidente e nunca deve sahir das vistas de quem está estudando geographia** (grifo nosso). **O compendio deve auxiliar a consulta do mappa, apresentar em ordem os recursos que o Atlas offerece, dizer o que este não pode dizer, explical-o, mostrando as relações que nelle pôde encontrar só um observador mais exercitado** (grifo nosso). A repetição pura e simples do que já está no Atlas é a causa principal dos manuaes desproporcionadamente extensos, das listas mnemotechnicas, da aridez de alguns compendios, do horror que muitos alumnos têm á *Geographia*. O ensino da *Geographia* não tem por fim dispensar o alumno de jamais consultar um Atlas, confiando tudo á memória. Tem, antes, em vista tornal-o avisado e pratico no manuseio de Atlas de qualquer espécie. (Carvalho, 1923, Prefácio)

E via, como necessário para o desenvolvimento deste método, os exercícios práticos ligados aos fatos e fenômenos estudados, pois só assim acreditava que haveria a verdadeira compreensão, por parte do aluno, do estudo proposto pela Geografia. E em sua obra, *Geografia Elementar*, define esta necessidade da seguinte forma:

É necessário, por fim, chamar a atenção dos professores para a **utilidade dos exercícios práticos em geographia moderna** (grifo nosso). Por isso, com a boa vontade esclarecida dos editores, multipliquei os graphics, os mappas eschematicos, e as photographias. Estas últimas sempre vêm acompanhadas de explicações mais ou menos longas, sobre as quaes o professor deverá insistir se desejar que deixem de ser simples gravuras que se apaguem da imaginação sem trazer um ensinamento ao jovem estudante.

Os diagramas, os graphics e as estatísticas indicam também de que modo devem ser aproveitados os materiais da geographia. Nenhum dos que se acham no texto deve ser passado sem commentários, pois o professor deverá averiguar se o significado foi convenientemente compreendido pelo alumno. Este, com outros dados, poderá exercitar-se na organização de outros diagrammas e graphics.

Não serão tampouco inúteis e curtas dissertações geographicas, nas quaes os elementos serão hauridos no compendio e no Atlas auxiliar. Os assumptos propostos serão os do programma, escolhidos, porém, em ordem diferente para levar o alumno a manusear os livros com certa facilidade. (Carvalho, 1923, Prefácio).

Segundo Ferraz (1995), a obra de Delgado de Carvalho se revestia de uma neutralidade teórica e partia para uma prática engajada do conhecimento geográfico. Esta neutralidade atendia às bases metodológicas, mas, no entanto pode-se perceber um grande conflito na obra delgadiana quando a postura do método se relaciona com o objetivo prático deste conhecimento geográfico. E afirma que Delgado de Carvalho caminha entre a busca da cientificidade clássica dos fatos estudados, onde o rigor, objetividade e neutralidade estruturam a veracidade da análise, e o vínculo deste conhecimento às práticas e projetos coordenados pelo Estado.

Estas colocações fundamentam o fato de ter sido Delgado de Carvalho o primeiro geógrafo a criticar a Geografia produzida e ensinada no início deste século no Brasil. Com as suas obras tornou pública a discussão sobre a questão do método na Geografia; discussão que passou a influenciar os trabalhos dos geógrafos brasileiros que foram se formando no Brasil após 1934, e principalmente nas publicações de geógrafos e professores de Geografia, destinadas ao ensino nas escolas primárias e secundárias. É, portanto, marcante a influência da Geografia Moderna nos livros didáticos publicados nas décadas de 1930 e 1940. Influência que se fez presente também nas reformas educacionais que aconteceram nestas décadas.

Os manuais e compêndios editados atendendo o programa oficial, instituído pela reforma de Francisco Campos, em 1931, apresentam uma influência muito grande desta discussão que Delgado de Carvalho propunha para o ensino da Geografia; e dá um novo rumo à produção de livros didáticos de Geografia.

Passaremos, a seguir, à análise dos mesmos, alguns que conseguimos, que foram produzidos e publicados vinculados à Reforma de Francisco Campos, em

1931. Faremos uma sistematização deste material e uma breve análise com o objetivo de expormos como se apresentavam os livros didáticos e como alguns intelectuais e/ou autores concebiam a importância do ensino de Geografia na época.

Quadro 1 - Livros didáticos de Geografia que foram elaborados sob a Reforma Educacional Francisco Campos em 1931.

N.º	Ano	Edição	Série	Título	Autor
1	1932	2ª	1ª	Geografia Física	Pimentel Júnior
2	1935	15 milheiro	1ª	Geografia Secundária	A. G. Lima
3	1939	14ª	1ª	Primeiro Ano de Geografia	Mário da Veiga Cabral
4	1936	1ª	2ª	Geografia para a Segunda série secundária	Aroldo de Azevedo
5	1934	4ª	3ª	Terceiro Ano de Geografia	Mário da Veiga Cabral
6	1934	1ª	3ª	Geografia	Alfredo Ellis Júnior
7	1941	6ª	5ª	Geografia para Quinta série	Aroldo de Azevedo
8	1940	1ª	5ª	Geografia	Luiz Gonzaga Lenz

Os livros destinados ao ensino da primeira série (n.º 1, 2 e 3) apresentam seus conteúdos dispostos de maneira idêntica aos da reforma educacional, pois isto era uma imposição para que os livros didáticos pudessem ser adotados nas escolas; fato que se comprova na própria capa dos livros que trazem exposto a seguinte ressalva: *“De acordo com o atual programa do ensino secundário”*. Estes livros abordam os conceitos de Geografia Geral e apresentam reflexos da discussão que estava se propondo para a Geografia naquele momento, pois as bases físicas da Geografia são exaustivamente exploradas nos livros da primeira série, acompanhados do que era proposto na reforma e na Geografia Moderna, as práticas de Geografia ou os exercícios práticos de Geografia.

O autor do livro n.º 1, no capítulo XXVII intitulado “*Utilidade da Geografia*”, dá a seguinte definição do que pensa sobre o ensino da Geografia.

O estudo da Geografia é de grande utilidade para o homem que procura desenvolver a sua atividade nas indústrias e no comércio. **É a educadora do espírito, por excelência. Instrui e ilustra o nosso espírito** (grifo nosso), alarga os conhecimentos humanos pela complexidade dos assuntos que expõe, e revela-nos as suas causas apontando-nos os seus efeitos. (Pimentel Jr. 1932, p.56)

Deixa explícito nestas linhas acima a função que a Geografia deve ter de preparar o aluno para ser um cidadão trabalhador e com o espírito educado e instruído, indo bem ao encontro do que propunha o Estado com a reforma educacional. E ressalva a importância dos exercícios de Geografia, propostos na reforma e pela Geografia Moderna dizendo:

(...) **O seu estudo não é, na época presente, um exercício de memória, como antigamente, mas um processo sistemático, onde o raciocínio e a observação desempenham papel preponderante. Estabelecendo comparações, e procurando tirar delas conclusões seguras, é que se consegue tirar o verdadeiro fim utilitário da Geografia** (grifo nosso), e possuir uma sólida e variada cultura científica”. (Pimentel Jr. 1932, p. 56).

O livro é dedicado ao Dr. Lourenço Filho, Diretor do Instituto de Educação, e o mesmo escreve o Prefácio deste livro, deitando elogios rasgados sobre o autor e a obra, como por exemplo: “*pelas páginas de que me deu as primícias de leitura, com tanta gentileza, posso avaliar da utilidade do livro que compoz, e que virá, certamente, a ocupar um lugar de destaque, entre as obras congeneres.* (Pimentel Jr., 1932, prefácio).

Tal fato nos remete à época do Império e República, quando se utilizavam dedicatórias às pessoas ilustres para garantir aprovação e venda dos livros didáticos¹⁶.

Mário Vasconcelos da Veiga Cabral, professor do Instituto de Educação, antiga Escola Normal, desde 1914, publicou uma coleção de livros didáticos para as cinco séries do ensino secundário e pelo número de livros editados pode-se dizer que teve um destaque bastante grande entre os demais. Era um autor cujos livros tinham uma excelente aceitação e eram adotados nos mais variados pontos do Brasil. No livro para a primeira série secundária, o n.º 3, (anexo 1), que

¹⁶ Sobre a história e produção do livro didático ler: Bittencourt, 1993.

foi publicado em 1931 e em 1939 já estava na sua 14ª edição, apresenta nas páginas finais um apanhado de notas de jornais, revistas nacionais e internacionais, que emitem opiniões sobre o mesmo que se resumem em elogios os mais variados, como por exemplo:

LIVROS NOVOS

Mário da Veiga Cabral – *Primeiro Ano de Geografia* – Rio – Livraria Jacintho – 1931.

Prosseguindo na sua série de obras didáticas, - uma quinzena de trabalhos de muita utilidade – o Professor Veiga Cabral, da Escola Normal, acaba de publicar um volume de Geografia, consagrado ao primeiro ano dessa disciplina e de acordo com o atual programa do ensino secundário, dando “ nova orientação ao estudo da Geografia, que passou a ser feito nas cinco séries do curso”.

Autor de vários e apreciados trabalhos de geografia, foi fácil ao Sr. Dr. Veiga Cabral, acompanhando o novo programa, organizar um trabalho em que está excelentemente ensinada a matéria incluída no primeiro ano daquela ciência.

Reuniu o autor, em pouco mais de 400 páginas, com 213 gravuras, ensinamentos preciosos de cosmografia, de geografia física e de prática de geografia, dando sempre especial relevo ao que deva interessar ao estudante brasileiro. É esse um dos aspectos mais agradáveis do livro: **destacar sempre tudo quanto seja relativo ao Brasil** (grifo nosso).

Completa o trabalho, escrito com muita clareza, uma parte dedicada a práticas de geografia, com demonstrações e experiências com o telúrio e o pêndulo de Foucault, representação gráfica do relevo, cópia e leitura de cartas, escalas, processos de orientação, etc.

(Jornal do Comércio – 6-12-931).

Este texto nos deixa claro como estava estruturado este livro, e nos revela também a semelhança deste com os livros de Delgado de Carvalho, *Geografia do Brasil e Geografia Elementar*, que se reproduzem em vários livros didáticos que foram produzidos na década de 1930.

Um outro autor que despontou, nas décadas de 1930 e 1940, na produção de manuais didáticos para o ensino de geografia das escolas secundárias, foi Aroldo de Azevedo, a partir de sua primeira publicação em 1935. Formado em Ciência Política e mais tarde em Geografia e História, Aroldo de Azevedo¹⁷ desde o início dos anos de 1930 era professor de Geografia. Seguiu a linha de Delgado de Carvalho e por muitos anos dominou a produção de livros didáticos em especial para ensino secundário.

¹⁷ Sobre Aroldo de Azevedo ler: Santos, 1984.

No seu livro intitulado “*Geografia*” - para a Segunda série secundária, o n.º 4 , tece algumas explicações sobre tal publicação:

O presente volume não se afasta da norma que traçamos ao pretendermos organizar compêndios de Geografia para o curso secundário. Aparece com a mesma orientação, o mais possível moderna e racional. (...) Atende, em tudo, às exigências do programa oficial. (Azevedo, 1936, exposição).

Como no programa oficial, o livro apresenta em seus primeiros capítulos estudos de Geografia Geral sobre os continentes, descreve cada continente com as suas divisões naturais e enfoca o aspecto fronteiriço.

A partir do capítulo XII trabalha os aspectos físicos do Brasil, destinando alguns destes capítulos para o estudo das fronteiras do Brasil, onde além de descrever as mesmas relata como se deram as divisões fronteiriças. A ênfase ao conhecimento de seus aspectos naturais e também o conhecimento de seus limites, deixa claro que na segunda série pretendia-se para o aluno um conhecimento dos aspectos físicos do Brasil relevando a questão de suas fronteiras, que são detalhadamente estudadas.

Esta ênfase na questão fronteiriça, vai bem ao encontro do discurso do Estado na época, é só nos reportarmos ao artigo 10º do Decreto n.º 19.890 de 18/04/1931, no capítulo anterior, que poderemos observar que para o ensino de Geografia se pretende o conhecimento do território brasileiro e da vitalidade de suas fronteiras, que dependem de segurança e de comunicação para serem constantemente vigiadas, por isto a necessidade de serem conhecidas.

Os livros de n.º 5 e 6 são destinados ao ensino da terceira série e apresentam-se divididos em duas partes: primeira - aborda a Geografia política e econômica em seus aspectos gerais; segunda - especifica a geografia política e econômica do Brasil onde complementa e se utiliza dos estudos sobre os aspectos físicos desenvolvidos na segunda série sobre o território brasileiro.

Veiga Cabral, do qual já falamos anteriormente, publicou a primeira edição do seu livro destinado à terceira série em 1933 e em 1934 já estava na sua 4ª edição e assim como no livro destinado ao ensino de Geografia na primeira série, este também apresenta em suas páginas finais um apanhado de notas tecendo elogios sobre o mesmo.

BIBLIOGRAPHIA

Mário da Veiga Cabral
 Terceiro Anno de Geographia
 2ª edição
 Editora, Livraria Jacintho
 Rio, 1933.

O sr. Dr. Frota Pessoa, ex-secretário geral da Directoria de Instrução Pública do Districto Federal, na secção Educação e Ensino, que mantém no *Jornal do Brasil*, assim se referiu ao *Terceiro Anno de Geographia*, depois de longa consideração sobre o estudo desta disciplina:

“O livro do professor Veiga Cabral é bem provido de informações e organizado com methodo e clareza.

Trata da geographia política e economica em geral, e especialmente do Brasil.

É de justiça consignar que pela natureza dos assumptos e pela forma de tratá-los, este compendio é superior aos antigos livros desse genero. O autor, conhece as modernas exigencias do ensino de geographia, e fez o que pôde, ao confeccionar um livro que tem de attender ao programa vigente do curso secundário”.

(Jornal do Brasil – 7-11-933).

Observamos que ambos livros de Veiga Cabral, n.º 3 e 5, estão norteados metodologicamente pela discussão que efervesceu na década 1930, na ciência geográfica, pois apresentam inúmeras ilustrações, que o autor utiliza como recurso didático no texto, seguindo o modelo proposto por Delgado de Carvalho.

Ainda sobre a terceira série o livro n.º 6 foi escrito por Alfredo Ellis, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, catedrático da Faculdade Paulista de Letras e Filosofia, professor do curso pré-jurídico da Faculdade de Direito de São Paulo. Este foi escrito de acordo com o programa do Colégio D. Pedro II e editado em 1934. No prefácio desta obra o autor apresenta uma crítica sobre como a Geografia vinha sendo estudada, indo ao encontro do que Delgado de Carvalho criticava sobre a Geografia que era produzida pelo IHGB:

(...) Essa falta no nosso aparelhamento cultural, residia numa imperfeição manifesta no estudo da Geografia em geral e mais especialmente no que concerne aos capítulos de Geografia do Brasil.

Estudava-se a Geografia do Brasil, como se fosse um panegírico a decorar (grifo nosso).

Desde a famosa Carta de Pero Vaz de Caminha, continuada pelas declamações de Rocha Pitta e pelo “Porque me ufano do meu Paíz”, que se vinha timbrando em formar do Brasil uma idéia profundamente erronea.

Estudava-se Geografia do Brasil, mais como se fosse a entonação de um hino patriótico. Não se estribava este estudo em espírito científico. O utilitarismo ficava relegado aos paulistas. O estudo da Geografia do Brasil, era feito em rimas que se declamavam com ênfase, e com cabelos eriçados de orgulho e de vaidade.(...) (grifo nosso).

Foi com o objetivo, pois, de fazer alguma coisa nesse sentido que resolvi escrever um livro em que a verdade é escalpelada friamente, desnudada das falsas vestes de um patriotismo mentiroso e hipócrita.

Escrevi este livro para a mocidade da minha terra, no empenho de contribuir para que uma nova mentalidade irradie. (Ellis, 1934, prefácio)

O livro, apesar de seguir religiosamente o programa oficial, apresenta-se de forma diferente dos demais, trabalha bastante com cartogramas e comprova suas teorias com dados estatísticos, usa poucas ilustrações e/ou figuras, parece-nos que o autor deseja comprovar os conteúdos sobre os quais escreve através de dados estatísticos.

Um outro livro didático de Aroldo de Azevedo que analisaremos será Geografia para a quinta série secundária, o n.º 7, (anexo 4), só se difere do programa oficial da reforma porque acrescenta um capítulo que trata da evolução histórica da Geografia dando uma visão superficial sobre a evolução histórica do pensamento geográfico até a chamada Geografia Moderna¹⁸, sob a qual este autor desenvolvia suas obras.

Este livro apresenta no final de cada capítulo textos de geografia de autores escolhidos e de renome na época, como Emanuel De Martone, Raja Gabaglia e outros. São textos que complementam o conteúdo discutido.

Nesta série são desenvolvidos assuntos genéricos, que contam com os conhecimentos adquiridos de anos anteriores e em outras disciplinas para serem assimilados. É uma revisão do primeiro ano, onde o aluno teria condições diferenciadas de formular conceitos. Mas apesar de estar estudando conceitos mais genéricos da disciplina de geografia as interpretações de fenômenos físicos buscam como termo de comparação e exemplo os fenômenos do território brasileiro. Assim se estrutura este livro destinado ao ensino da quinta série secundária.

Abriremos aqui um parêntese para conhecermos um pouco mais do pensamento de Aroldo de Azevedo, autor e geógrafo de renome e destaque na produção da ciência geográfica e de livros didáticos nas décadas de 1930 e 1940.

Sobre Aroldo de Azevedo, Santos (1984), escreve:

O seu pensamento político, na aparência expressa uma postura positivista, vale dizer liberal e pragmática, mas na essência permanece preso a um pensar

¹⁸ Segundo Emanuel De Martone, geógrafo francês e de grande vulto na ciência geográfica, a Geografia Moderna se difere da Geografia dos antigos porque não se contenta em descrever os lugares (...) ela quer explicar as particularidades. E é esta preocupação em explicar que dá à Geografia Moderna seu caráter científico; a dupla preocupação da extensão e da correlação dos fenômenos assegura sua individualidade.

elitista/autoritário ao defender as práticas do liberalismo econômico, do imperialismo capitalista e mesmo de uma geopolítica de cunho fascista para o desenvolvimento brasileiro. (...) É bastante severa e acrítica a sua visão do ensino e do educando brasileiro, revelando também, o ponto de vista da elite esclarecida e privilegiada da nação. Tal postura deve ser incluída numa dada ideologia da cultura brasileira a que se conformaram as classes intelectuais da época. (...) A produção especificamente geográfica de Aroldo de Azevedo mostra o uso de todo um receituário metodológico de inspiração lablachiana apto às tarefas de reconhecimento geográfico do território nacional. (Santos, 1984, p.77).

Tal postura é constante na grande maioria dos autores dos livros didáticos de Geografia, que foram produzidos no período das décadas de 1930 e 1940.

Um outro livro didático de Geografia, destinado à alunos da 5ª série, o n.º 8, é editado pela Livraria Acadêmica, em 1940. O autor, Luiz Gonzaga Lenz, era professor de Geografia do Colégio São Luiz de São Paulo e pelas informações que pudemos obter durante a pesquisa também publicou livros para todas as séries do ensino secundário, mas para análise só dispomos do livro da 5ª série.

O livro apresenta inúmeras ilustrações dos referidos assuntos e um mapa físico do Brasil em anexo. O último capítulo deste livro, XXIX, intitulado *Geografia Comparada das Américas* faz um apanhado dos aspectos físicos do continente americano tendo o território brasileiro como parâmetros de comparação. Como já dissemos os conteúdos de quinta série são conceitos gerais que aqui procura-se, em parte, analisá-los exemplificando com o território brasileiro.

Algumas dificuldades se apresentaram para o desenvolvimento deste trabalho, aqui nos deparamos com uma lacuna na análise pela falta de livros, vinculados a reforma de 1931, destinados ao ensino da quarta série.

Como vimos no capítulo anterior, no ano de 1942, Gustavo Capanema realiza outra reforma no ensino brasileiro, que fica em vigor até 1961. E mais do que na reforma de Campos a Geografia aqui alcança sua melhor posição entre as demais disciplinas, pois passa a ser ministrada nas sete séries destinadas ao ensino secundário.

Com as modificações instituídas pela reforma de 1942 novos livros para o ensino secundário surgiram, e apresentaremos aqueles que dispomos para esta pesquisa, e por termos conseguido parte das duas coleções de livros didáticos que mais se destacaram no ensino após 1942, passaremos a apresentá-los por autor e não por série como fizemos com os livros anteriores.

Quadro 2 – Livros didáticos de Geografia que foram elaborados sob a Reforma Educacional Gustavo Capanema em 1942.

N.º	Ano	Edição	Série	Título	Autor
1	1946	22 ^a	1 ^a	Geografia Geral	Aroldo de Azevedo
2	1949	3 ^a	2 ^a	Geografia Regional	Aroldo de Azevedo
3	1952	27 ^a	4 ^a	Geografia do Brasil	Aroldo de Azevedo
4	1953	2 ^a	1 ^a	Geografia Geral	Moisés Gicovate
5	1945	2 ^a	2 ^a	Geografia Geral	Moisés Gicovate
6	1946	4 ^a	4 ^a	Geografia do Brasil	Moisés Gicovate

Aroldo de Azevedo, autor que já se destacava entre os mais conhecidos, escreve uma coleção de livros destinada para o ensino secundário baseada na nova reforma, dentre os quais estão os três utilizados nesta pesquisa.

O livro intitulado Geografia Geral, n.º 1, quadro 2, é destinado para a primeira série ginásial, a sua primeira edição data de 1942, na qual o autor dá a seguinte explicação:

Um sopro de renovação passa pelos domínios da Geografia, entre nós. Este movimento, preparado de longa data por alguns espíritos de escola (entre os quais figura, na primeira plana, o nome do prof. Delgado de Carvalho), iniciou-se há uns dez anos atrás, como consequência imediata da reforma Francisco Campos. (Azevedo, 1946, explicação)

Por estas palavras, de Aroldo de Azevedo, podemos perceber que as discussões suscitadas por Delgado de Carvalho sobre o método moderno da geografia tiveram influências diretas não só sobre os intelectuais da época, principalmente os que produziam os livros didáticos de Geografia, mas também sobre a reforma educacional de 1931, como afirmamos anteriormente.

E continua, na explicação, mostrando os incentivos que a reforma educacional deu à Geografia, e reforça o quanto a orientação moderna se fez presente dentro da Universidade, do IBGE, marcos históricos na consolidação da Ciência Geográfica no Brasil, e nas publicações de cunho geográfico, fatos que também foram impulsionados pelas reformas do Estado após a revolução de 1930, principalmente a educacional.

(...)Teve a incentivá-lo a criação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, onde a matéria passou a ser ensinada em nível superior, e recebeu decisivo impulso com a organização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão centralizador das atividades governamentais, nesse setor. Além disso, associações de caráter científico, publicações, artigos em jornais e revistas, conferências, etc., procuraram mostrar a todos os brasileiros as vantagens da orientação moderna no ensino da Geografia e o absurdo do sistema antigo, da simples nomenclatura e das enumerações enfadonhas. Abriu-se, assim, um novo capítulo na história da Geografia, no Brasil: e já era tempo que tal acontecesse.(Azevedo, 1946, explicação)

Segue nas explicações iniciais do seu livro, dando ênfase às orientações modernas da Geografia, que se fazem presentes também na reforma Capanema, o que nos mostra que as raízes plantadas por Delgado de Carvalho desde a primeira década do século XX perduraram por muito tempo norteando o ensino e a produção geográfica no Brasil. E como coloca Aroldo de Azevedo, esta nova reforma traz novas orientações sobre a disciplina de Geografia, dando à mesma uma importância ainda mais relevante do que na reforma anterior:

O presente volume, que inicia uma série de manuais para o curso secundário, aparece exatamente no momento em que os estudiosos da ciência geográfica têm diante de si tão animadoras perspectivas. Surge como consequência natural da recente reforma do ensino, de autoria do Ministro Gustavo Capanema.

Novos métodos, novos programas, novos compêndios. Ao lado disso tudo, a esperança de que a Geografia passe definitivamente a ocupar o lugar que, de direito, lhe pertence entre as outras matérias.

Foi com esta esperança (que logo há de se transformar em certeza) que elaboramos a presente obra. Nela, a Geografia aparece nas suas linhas gerais e dentro dessa moderna concepção, que tanto interesse sabe despertar.

Escrever um livro escolar não é coisa fácil. Mais difícil, porém, é escrever um compêndio destinado às inteligências juvenis que freqüentam a 1ª série de nossos ginásios. Daí a preocupação, que sempre tivemos, em usar uma linguagem simples, ser o mais possível claro na exposição, dosar convenientemente a matéria. (Azevedo, 1946, explicação).

Assim como os livros publicados por este autor na década de trinta, este também segue o programa oficial da 1ª série ginásial, é um livro publicado, como vimos, em 1942 e em 1946 já está na sua 22ª edição e segundo Colesanti (1984) “*em 1958 esta obra chega a sua centésima trigésima segunda edição*” (Colesanti, 1984, p.111).

Ao final de cada capítulo o livro traz leituras complementares, que aparece como um enriquecimento do conteúdo estudado e apresenta também a bibliografia para ser consultada, no final de cada capítulo, como bem explica Aroldo de Azevedo nesta sua obra:

Em cada um dos capítulos, o texto principal foi reduzido ao que julgamos estritamente o essencial para o ensino da matéria referente ao ano inicial do curso. Reduzi-lo ainda mais parece-nos impossível, sob pena de sacrificar lamentavelmente o ensino. Todavia, se o nível de cada classe permitir, dispõe o professor de abundante material, passível de ser utilizado de acordo com as conveniências ou as possibilidades de tempo: é o que aparece, ao fim de cada capítulo, sob a forma de notas complementares. São tópicos ligeiros, noções subsidiárias, exemplificações sugestivas, pormenores esclarecedores, que complementam as noções contidas no corpo principal do capítulo. (Azevedo, 1946, p.09).

Estas leituras se baseiam nas obras de geógrafos brasileiros e franceses conceituados. E além das notas complementares, o autor coloca, no final do livro, um pequeno vocabulário geográfico.

Para a segunda série do curso colegial, o programa proposto pela reforma Capanema visava dar ao aluno uma visão do mundo contemporâneo, realizando um estudo da vida social, econômica e política das principais potências e de suas repercussões sobre os demais países.

No seu livro *Geografia Regional*, n.º 2, quadro 2, Azevedo continua a colocar as leituras complementares que aparecem sempre em letras menores, e a bibliografia, como obras a consultar, no final de cada capítulo. Na explicação introdutória o autor fala que esta bibliografia citada no final de cada capítulo constituía-se de obras que professores e alunos não podiam desconhecer.

Coloca também, que este livro está de acordo com as instruções metodológica exigida pelo Ministério da Educação e Saúde para a execução do programa de Geografia destinado à 2ª série de ensino secundário. E diz ainda:

Ao elaborar o presente volume, procuramos nos colocar dentro de tais pontos de vista, embora sem nos escravizarmos à letra do programa oficial. Como fizemos nos volumes anteriores, tentamos interpretar à nossa maneira o pensamento dos ilustrados orientadores do ensino, sem prejudicar, de nenhum modo, a matéria exigida. O programa da 2ª série contém, em última análise, uma verdadeira *Geografia Regional*; daí o título que demos ao presente compêndio. (Azevedo, 1949, nota explicativa).

O livro de Aroldo de Azevedo, *Geografia do Brasil*, n.º 3, quadro 2, destinado à quarta série ginasial, apresenta-se dividido por regiões, é um livro destinado basicamente ao estudo do território brasileiro, conforme se pede no

programa oficial, sobre cada região o autor escreve: descrição física; povoamento; divisão em Estados; cidades; vida cultural; recursos econômicos e circulação.

O livro apresenta vários mapas que ilustram bem a divisão em regiões e sobre cada região traz várias fotos caracterizando visualmente seus aspectos físicos, humanos e culturais. Aborda conteúdos exclusivamente do território brasileiro, é a série onde procura-se divulgar a imagem do Brasil sem defeitos, ou seja, sem catástrofes naturais, sem climas inóspitos, etc., bem ao gosto do nacionalismo da era Vargas. Podemos observar a capa deste livro da quarta série (figura 1) que apresenta parte de um globo que ilustra a capa e coloca o Rio de Janeiro, capital do Brasil, como se fosse o centro do mundo.

Um outro autor que se destacou na produção de livros didáticos para o ensino secundário, à partir da reforma de 1942, foi Moisés Gicovate. Este autor escreve uma série de livros para o curso ginásial e colegial.

No seu livro destinado à primeira série, n.º 4, quadro 2, Geografia Geral (geografia física e humana) a editora, Edições Melhoramentos, faz alguns esclarecimentos sobre a coleção de livros publicada por este autor:

Nenhuma disciplina apresenta no curso secundário maior influência educativa do que a Geografia (grifo nosso). Primeiramente, ela serve à integração natural dos conhecimentos, pois para o seu estudo confluem todos os demais conhecimentos e técnicas: a linguagem, a matemática, as ciências naturais, as observações de cunho social, o desenho, a história, os trabalhos manuais, as indagações sobre a origem e o destino do homem. **Depois, porque é, na verdade, pela Geografia que se pode desenvolver e firmar nos jovens um esclarecido sentimento de patriotismo e de solidariedade social** (grifo nosso). Os problemas vitais da Nação, sobretudo em países novos, como o nosso, começam, sempre, por ser problemas geográficos. Nem por outra razão, determina a atual lei orgânica de ensino secundário que, para a formação da consciência patriótica, devem ser utilizados com frequência os estudos geográficos, os quais se apresentam em tôdas as séries do curso ginásial e do curso colegial, com três delas inteiramente reservadas ao ensino da Geografia do Brasil. (Gicovate, 1953, prefácio)

Esta relação da Geografia com as outras ciências era fruto das raízes modernas da geografia, onde a mesma era vista como uma ciência de síntese. O método moderno definia a Geografia não como uma ciência em si, mas como um ramo científico que trabalha conceitos a partir de outras ciências já consolidadas, ou

Figura 1

Capa do livro didático de Geografia para a 4ª série editado no ano de 1952, 27ª edição, de Aroldo de Azevedo. Livro produzido sob a Reforma Educacional de 1942.

seja, trabalha com informações oriundas de ciências estruturadas o que gera a complexidade do conhecimento geográfico. Assim, a complexidade da geografia moderna é consequência dela ser o ponto de inter-relação de diferentes ciências, e este papel desempenhado então pela Geografia era visto com bons olhos não só pelos intelectuais da época, como também pelo Estado que tinha no ensino da Geografia um dos meios de divulgar suas ideologias.

Além desta disciplina estar ligada à divulgação de um Brasil maravilhoso digno de ser amado e admirado, também continua, nesta reforma, a desempenhar o papel que mais tarde será desenvolvido pela disciplina de Educação Moral e Cívica, o de formador da consciência patriótica do cidadão.

Este livro apresenta-se dividido em unidades e cada unidade em lições, e no final de cada lição existe um questionário e sugestões de exercícios práticos e a cada três lições indica bibliografia a ser consultada. O conteúdo, segundo a reforma educacional, é exposto principalmente por meio de ilustrações com legendas explicativas. A exposição dos conteúdos, principalmente aqueles sobre os aspectos físicos, vai sempre buscando comparações com aspectos físicos do território brasileiro. Por exemplo na parte II, 9ª lição, onde fala dos oceanos, mares e litorais, traz como exercício: - *Desenhe o litoral do Brasil*. E no questionário apresenta questões genéricas. Uma outra prática apresentada por este autor são as notas de rodapé.

Outro livro deste autor, Geografia Geral, para a segunda série do curso do curso ginásial, o n.º 5, quadro 2, (anexo 2), apresenta-se dividido em unidades e essas em lições que trazem no final um questionário e sugestões de práticas de Geografia.

O livro apresenta várias ilustrações, fotos e cartogramas, e também mapeia todos os continentes nos seus aspectos físicos e humanos.

Na unidade II, 7ª lição que trata das *Línguas, Religiões, Cidades Principais*, podemos observar como é dada ênfase ao território brasileiro, pois quando se fala das principais cidades do continente americano, de todos os países da América Latina são citadas somente suas capitais como sendo as cidades mais importantes; sobre o Brasil é feito um apanhado geral das principais cidades:

No *México*: *México* a capital do país, situada a mais de 200 metros de altura, comunica-se com o resto do país por um bom sistema de vias férreas ou automóveis. É uma cidade industrial.

Na *Argentina: Buenos-Aires*, capital do país, é a cidade sul-americana de maior população, está sobre o estuário do Rio da Prata e é, ao mesmo tempo, pôrto exportador e de imigração. *Rosário*: grande pôrto cerealífero, situado na margem direita do rio Paraná.

No *Uruguai: Montevideo*, à margem esquerda do rio da Prata, pôrto de grande movimento; possui importantes matadouros e fábricas de conserva.

No *Paraguai: Asunción*, capital do país, sobre o rio Paraguai.

No *Chile: Santiago*, capital do país, fundada nos meados do século XVI. Centro comercial e industrial

Na *Bolívia: La paz*, capital do país a 3650 metros de altitude.

No *Perú: Lima*, capital do país, fundada nos meados do século XVI, centro industrial.

No *Equador: Quito*, capital do país, situada sobre o planalto, é uma das mais antigas cidades sul-americanas.

Na *Colômbia: Santa Fé de Bogotá*, capital do país situada sobre o planalto, centro comercial bastante ativo.

Na *Venezuela: Caracas*, capital do país situada em um vale rodeada de montanhas, a 900 metros acima do nível do mar.

E sobre o território brasileiro diz o seguinte:

No *Brasil: Rio de Janeiro*, a capital do país, está **magnificamente** (grifo nosso) situada na margem ocidental da baía de Guanabara. É a segunda cidade sul-americana. Apreciada pelo turismo, é denominada de *Cidade Maravilhosa*. Apresenta inúmeros arranha-céus e bairros-jardim. Pôrto de grande atividade. Situada em um dos lugares mais pitorescos do mundo, apresenta-se envolvida de montanhas; possui excelentes praias como *Copacabana, Ipanema e Leblon*.

São Paulo : a 760 metros acima do nível do mar, cidade de intensa vida comercial, o mais importante centro industrial da América Latina.

Santos, centro comercial, é o mais importante pôrto mundial exportador de café. *Recife*, pôrto bastante ativo, e escala obrigatória para os navios que se dirigem para a parte meridional do continente sul-americano. *Salvador*, berço da civilização brasileira, na baía de Todos os Santos. *Manaus*, situada no coração da Amazônia pôrto que permite o escoamento dos produtos da região. *Belém*, pôrto comercial da borracha. *Belo Horizonte*, cidade especialmente construída para capital de Minas Gerais. *Porto Alegre*, à margem do Rio Guaíba, centro comercial e industrial. *Fortaleza*, capital do Ceará.

(Gicovate, 1945, p. 59-60).

E no questionário final deste capítulo apresentam-se dentre várias, as seguintes questões:

Cite algumas cidades sul-americanas e diga sua importância. – Trace um mapa político das Américas e assinale as capitais e as cidades principais.

(Gicovate, 1945, p.61).

Figura 2

Capa do livro didático de Geografia para a 1ª série, editado no ano de 1945, 6ª edição, de Moisés Gicovate. Livro produzido sob a Reforma Educacional de 1942.

Esta seria uma questão, onde obviamente, as respostas sobre o território brasileiro seriam as mais completas, pois os conteúdos se apresentam da forma como vimos anteriormente, não só no capítulo ao qual nos referimos, mas no livro todo os assuntos relacionados com o território brasileiro aparece mais completo do que os demais territórios do continente americano.

Observamos ainda que na própria capa dos dois livros de Geografia Geral (figura 2) deste autor as ilustrações indicam desenvolvimento, ou seja, os desenhos mostram edificações, transporte de minérios, agricultura manual e mecanizada indicando as riquezas e progressos do Brasil.

Ainda deste autor, o livro Geografia do Brasil destinado para o ensino de 4ª série, n.º 6, quadro 2, (anexo 3), traz como conteúdo desenvolvido um estudo sobre Geografia Regional do Brasil, de acordo com o programa oficial.

A Editora prefacia o mesmo, fazendo considerações sobre a importância da disciplina de Geografia e desta obra para o desenvolvimento e conhecimento do território brasileiro:

Disciplina essencial à formação da juventude, a Geografia do Brasil passou a ser ensinada, no curso ginásial, em duas séries sucessivas. Na terceira série, o programa compreende a descrição do espaço brasileiro, da população, da organização político-administrativa, dos recursos econômicos em geral. Na quarta série requer-se estudo similar para cada “região natural”, o que desde logo evidencia que o ensino deve ter novo espírito.

É o que se verifica, realmente, neste livro com que o professor M. Gicovate conclui a coleção de livros da disciplina, para o ginásio. No exame das regiões naturais, apresenta-se a geografia de maneira completa.

(...) Neste sentido, o estudo das regiões naturais, no Brasil, resulta numa confortadora demonstração do valor do homem brasileiro e das grandes forças naturais, que trabalham para a unidade geral da Nação. Tal estudo patenteia as relações do conjunto, que levaram a terra brasileira a ser o assento de uma formação social e política de forte estrutura. Para isso, será preciso, porém, que a orientação que se lhe imprima, seja clara, documentada, baseada em fatos e em relações acessíveis à compreensão dos alunos. (grifo nosso).

(Gicovate, 1946, prefácio).

Neste relato da editora podemos perceber resquícios do determinismo da Geografia, fruto da dualidade determinismo X possibilismo, que imperavam no pensamento dos intelectuais geógrafos no Brasil. Aqui a geografia se resume praticamente na descrição dos aspectos físicos, através dos quais procurava-se demonstrar as riquezas naturais do território brasileiro, discurso que estava bem ao gosto do nacionalismo patriótico, tão divulgado pelo Estado.

A editora continua, através da descrição dos livros de Gicovate, reforçando a dualidade que pairou no ensino da Geografia neste período.

A interpretação dada aos programas, para a composição deste livro, foi precisamente essa. De uma parte, o autor apresenta como referência a cada região, como unidade distinta, a descrição fisiográfica; de outra, oferece os indispensáveis elementos para a compreensão da Geografia humana. Em relação a cada parte do país, dá-nos, assim, os limites, a divisão política administrativa, o aspecto geral e clima, a superfície, a população, as cidades, os recursos econômicos, os meios de transportes e comunicação. Mas não esquece, também, com o necessário desenvolvimento, as informações sobre o povoamento de cada região, sua vida cultural, e as descrições dos tipos que lhe sejam característicos.

Tanto quanto no volume anterior, desperta-se aqui a atenção para as riquezas e possibilidades da terra, a variedade e beleza dos cenários, as realizações e as perspectivas de progresso. (grifo nosso)

(...) Como os demais volumes desta coleção, estamos certos de que o presente livro será grandemente apreciado por professores e alunos, que aqui encontrarão rico material de estudo, de par com utilíssimas sugestões de valor educativo, que farão crescer o interesse para o conhecimento mais aprofundado da natureza e da vida social brasileira.

Abril de 1944.

EDIÇÕES MELHORAMENTOS
(GICOVATE, 1946, prefácio).

O discurso nacionalista era uma realidade na vida econômica, social, cultural e política do Brasil e através do ensino da Geografia se garantia a difusão deste discurso via escola, o que garantia, por conta do controle que o Estado exercia sobre o ensino, uma divulgação nacional de um Brasil cheio de riquezas, com paisagens maravilhosas e sem catástrofes, buscando fazer com que a “pátria amada” fosse através do estudo dos aspectos geográficos também “idolatrada”.

Este prefácio, explicita os objetivos buscados pela coleção de livros escritos por Gicovate, mostrando-nos o quanto os intelectuais da época estavam de acordo com o discurso nacionalista que o Estado centralizador pregava, pois a sua obra didática objetivava passar a idéia de um Brasil rico e de belezas naturais incomparáveis, de um país que está em crescimento com as mais variadas perspectivas de riqueza e progresso.

Ao final de cada capítulo, o autor apresenta uma extensa bibliografia sobre a região estudada. O livro é ilustrado com muitas fotos, figuras, desenhos, que tentam dar uma visão para o aluno de todos os aspectos estudados sobre cada região,

mostrando as belezas e riquezas do Brasil. Os mapas ilustram também todo o livro juntamente com dados estatísticos, comprovando algumas afirmações do autor.

Estas ilustrações através de fotos, figuras, desenhos e mapas é que davam ao discurso geográfico o seu cunho de moderno.

São, portanto, estes os livros que dispusemos para esta pesquisa, que nos deram uma visão de como os conteúdos da disciplina de Geografia, ditados pelas reformas educacionais, eram reproduzidos na íntegra pelos livros didáticos para o ensino secundário e como os autores destes abraçaram e se beneficiaram das discussões que ocorreram na ciência geográfica, lançada pelos trabalhos de Delgado de Carvalho na década de 1910, para elaborar compêndios de acordo com as diretrizes do Ministério da Educação e Saúde nas décadas de 1930 e 1940.

Passaremos a observar como este discurso (conteúdo), transmitido pelos livros didáticos, era veiculado em sala de aula, através da análise de registros dos relatórios de inspeção federal das décadas de 1930 e 1940, da Escola Imaculada Conceição, que funciona desde 1904 no município de Corumbá – MS e submeteu-se às modificações exigidas pelas reformas educacionais ocorridas na década de 1930 e 1940.

3 – Os registros de sala de aula da disciplina de Geografia.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa procuramos uma escola que nos servisse de referência para constatar como os conteúdos da disciplina de Geografia eram ministrados no período em questão. Optamos inicialmente por escolas públicas, existentes na época, no município de Corumbá, que eram três, mas infelizmente por falta de uma conscientização da importância histórica que certos documentos representam para as instituições, estas trazem como hábito, até os dias de hoje, a incineração, de dez em dez anos, de todo material correspondente a parte pedagógica da escola. Fato este que restringiu nosso universo a ser pesquisado.

Tal imposição nos levou a procurar as escolas da Missão Salesiana de D. Bosco instaladas em Corumbá – MS, desde o início do século XX, que contém até hoje em seu acervo histórico muitos documentos da década de 30 e 40, com os quais poderíamos trabalhar esta pesquisa.

A princípio pensamos não ser possível desenvolver nossa pesquisa através de documentos de uma escola de cunho religioso e particular, mas voltamos neste momento nossa atenção à legislação que regia o ensino secundário, editada com a Reforma de Francisco Campos, em 1931, e percebemos que as escolas tinham um regimento único, à partir desta reforma, sejam elas estaduais, municipais e/ou particulares, pois o Título II, Capítulo I do Decreto 19.890 de 18/04/1931, diz que:

Art. 44 - Serão oficialmente equiparados para efeito de expedir certificados de habilitação, válidos para os fins legais, aos alunos neles regularmente matriculados, os estabelecimentos de ensino secundário mantidos por govêrno estadual, municipalidade, associação ou particular, observadas as condições abaixo prescritas.

Art. 45 – A concessão, de que trata o artigo anterior, será requerida ao ministro da Educação e Saúde Pública, que fará verificar pelo Departamento Nacional de Ensino si o estabelecimento satisfaz as condições essenciais de:

- I. dispor de instalações, de edifício e material didático, que preencham os requisitos mínimos prescritos pelo Departamento Nacional de Ensino;
- II. ter corpo docente inscrito no registro de Professores;
- III. ter regulamento que haja sido aprovado previamente, pelo departamento nacional de Ensino;
- IV. oferecer garantias bastantes de funcionamento normal pelo período mínimo de dois anos

Art. 46 – Satisfeitas as condições do artigo anterior e paga a quota anual mínima de inspeção, ficará o estabelecimento em regime de inspeção preliminar por prazo não inferior a dois anos. (Decreto n.º 19.890 de 18/04/1931. In: Bicudo, 1942).

Sendo assim, percebemos que as escolas de ensino secundário no Brasil, com a Reforma de Francisco Campos, passaram a ter um regimento que era único para todas, independente do seu caráter institucional. Por isso, optamos por trabalhar o material da Escola Imaculada Conceição que vivenciou todo processo das reformas educacionais, do ensino secundário, nos anos de 1931 e 1942.

O Colégio Imaculada Conceição, fundado em 1904, no Município de Corumbá – MS é mantido pelas Irmãs “Salesianas de D. Bosco”¹⁹, funcionou como uma escola independente até o ano de 1937, quando se consegue a inspeção preliminar do governo Federal, solicitada em 1935.

¹⁹ A Missão Salesiana chegou à Corumbá em abril de 1899, quando fundam o primeiro colégio neste município. Para obter maiores detalhes sobre a chegada desta missão em Corumbá e seu papel na educação, ler: MANFROI, J. *A Missão Salesiana e a educação em Corumbá: 1899-1996*. Dissertação de Mestrado/UFMS. Campo Grande/MS, 1997.

A inspeção federal, concedida pelo Despacho Ministerial de 05/10/37, que passou a denominá-lo Ginásio “Imaculada Conceição”, permitiu que neste estabelecimento funcionasse o curso ginasial²⁰ à partir do ano de 1938.

E são os relatórios, feitos à partir de 1938 neste colégio, os documentos que conseguimos para realizar esta pesquisa. Os diários de classe, das décadas de 30 e 40, que tentamos achar no arquivo histórico deste colégio não se sabe por quais motivos não existem mais, portanto o nosso material da sala de aula são os relatórios, que segundo a própria legislação diz, é um documento que traz toda a descrição do funcionamento do estabelecimento de ensino, tanto nos seus aspectos físicos e estruturais como nos aspectos pedagógicos, pois no Título II, capítulo II do Decreto 19.890 de 18/04/31 encontramos os seguintes artigos:

Art. 55 – O inspetor remeterá mensalmente ao Departamento nacional do Ensino (grifo nosso), em duas vias datilografadas, **um relatório minucioso e de caráter confidencial, a respeito dos trabalhos de cada série e cada disciplina** (grifo nosso) de sua seção, nos estabelecimentos do distrito.

§ 1º - Duas vezes por ano deverá constar do relatório uma apreciação sucinta sobre a qualidade do ensino ministrado, por disciplina em cada série, métodos adotados, assiduidade de professores e alunos, bem como sugestões sobre providências que devem ser tomadas, caso torne necessária a intervenção do Departamento Nacional de Ensino.

Art. 56 – Incumbe ao inspetor inteirar-se, por meio de visitas freqüentes, da marcha dos trabalhos de sua seção, devendo para isso, por série e disciplina:

- a) assistir a lições de exposição e demonstração uma vez por mês;
- b) assistir, igualmente pelo menos uma vez por mês, as aulas de exercícios escolares ou de trabalhos práticos dos alunos, cabendo-lhe designar quais destes devam ser arguidos e apreciar o critério de atribuição de notas.
- c) Acompanhar a realização das provas parciais, que só poderão ser efetuadas sob sua imediata fiscalização, cabendo-lhe ainda aprovar ou modificar as questões a serem propostas;
- d) Insistir às provas finais, sendo-lhe facultado arguir e atribuir nota ao examinado. (Decreto n.º 19.890 de 18/04/1931)

A citação anterior nos explicita o papel desempenhado pelo Departamento Nacional de Ensino, de controlar e centralizar as informações sobre o funcionamento de todas as escolas do Brasil; através do papel do inspetor federal e dos resultados de sua “fiscalização” nas escolas, os relatórios, que eram

²⁰ A Reforma Francisco Campos divide o curso secundário em cinco séries, sendo a primeira, segunda e terceira denominadas de curso fundamental e/ou ginasial e a quarta e quinta séries, ensino complementar. E de acordo com o parágrafo único do Art. 48 do Decreto 19.890 de 18/04/31, “A equiparação poderá ser requerida e concedida só para o ensino fundamental ou para ambos os curso fundamental e complementar”.

minuciosamente elaborados e rigorosamente cobrados, o Estado tinha os instrumentos com os quais contava para exercer este controle (anexo 5)..

Assim, acreditamos estar de posse de documentos que nos mostrarão o funcionamento de uma escola da época, em particular do Ginásio “Imaculada Conceição”, em todos os seus aspectos. E com os relatórios da inspeção federal em mãos, selecionamos algumas partes para trabalhar nesta pesquisa. O que nos interessa mais de perto neste momento é o registro dos conteúdos que eram dados em sala de aula no período em questão.

Os relatórios trazem registrada a matéria dada em sala de aula, por disciplina, mês a mês. Pegamos como exemplo os anos de 1938 e 1939, por serem os primeiros anos de inspeção realizadas no colégio. No ano de 1938 se adota no ensino de Geografia, neste estabelecimento, os livros de Veiga Cabral, dos quais analisamos dois, o da 1ª série e o da 3ª série (ver quadro 1), ficando assim mais fácil verificarmos os conteúdos dados em sala de aula em relação aos livros didáticos.

Durante o ano de 1938 a matéria lecionada, na disciplina de Geografia, segundo os relatórios foram:

Março e abril

1ª série: Sistema solar; A terra no espaço; Círculos e zonas da esfera terrestre; Elemento líquido: oceanos e mares; Movimento do mar: ondas e vagas; Atmosfera; Pressão atmosférica; Barômetro; Temperatura; Constelações; Latitude e Longitude; Lua: movimentos, fases; Descrição do litoral; Baías e portos.

2ª série: América: situação, limites, pontos extremos. Litoral – ilhas, penínsulas e cabos; relevo; hidrografia.

Brasil: situação e dimensões; fronteiras; morfologia e descrição física do litoral.

3ª série: Geografia política econômica; População absoluta e relativa; Raças; Religiões; Formas de governo; Civilização primitiva (3ª fase da civilização). Brasil: grupos étnicos; elemento indígena; elemento africano; elemento europeu. Colonização brasileira; culturas alimentícias

Mai

1ª série: Classificação das Costas. Costas altas e baixas. Dunas: formação e divisão. Pressão atmosférica. Constelações: Orion, Centauro e Cruzeiro do Sul.

2ª série: Litoral brasileiro. Relevo do Brasil. Sistema Parima. Serra do Mar. Sistema brasileiro centro-ocidental. Planaltos do Brasil. Ilhas da América. Morfologia do Litoral Brasileiro: recifes e mangues

3ª série: Culturas alimentícias: café e cacau. Migração; interna e externa; suas causas. Emigração e Imigração. Civilizações e Grupos étnicos.

Junho

1ª série: Formação do dia e da noite. Estações – causa e formações. Fusos horários. Rochas: divisão e classificação – Rochas sedimentares – metamórficas e cristalofílicas.

2ª série: Hidrografia do Brasil: Bacia amazônica, Bacia Platina, Bacia do São Francisco. Climas do Brasil. Principais cidades da América: Chicago, Filadélfia, Nova York, Buenos Aires. Recursos econômicos da América.

3ª série: Colonização interna e externa. Formação das cidades. As capitais. Estradas. Marinhas Mercantes. Aviões e dirigíveis.

Julho

1ª série: Processos de orientação. Eras geológicas. Jazidas minerais: ferro, cobre, zinco, chumbo, manganês, alumínio, níquel, diamante, ouro, prata. Formas de relevo: montanhas, planaltos, planícies, depressão.

2ª série: Rios da Europa; bacia Ártica, Atlântica, Mediterrânea. Montanhas da Europa. Cidades da Europa: Londres, Madrid, Paris, Roma, Milão, Praga, Varsóvia, Moscou, etc. Descrição do Litoral europeu.

3ª série: Origem e produção do chá. Fronteiras terrestres e marítima. Cana de açúcar. Vinho. Plantas industriais: algodão, borracha. Exploração mineral: carvão. Principais jazidas de petróleo. Ferro.

Agosto

1ª série: Montanhas: origem, idade e altitude. Planaltos. Planícies. Picos e nuvens. Chuvas. Auroras polares. Luz zodiacal. Tempestades. Estrelas cadentes. Bólidos. Aerólitos. Ventos. Climas e Vulcões.

2ª série: Ásia: limites, dimensões, pontos extremos, rios, relevo, principais cidades, recursos econômicos e litoral asiático.

África: posição, limites, pontos extremos, montanhas. Rios da Bacia Mediterrânea e pacífica. Lagos.

3ª série: Recenseamento. Recursos naturais do Brasil: reino mineral, reino vegetal, energia hidráulica, estradas de ferro. Navegação fluvial. Estradas de rodagem. Criação animal. Condições de Agricultura: café, cana de açúcar e algodão.

Setembro

1ª série: Erupções vulcânicas; Principais tipos de rochas; Eras primitivas e secundária; vida animal; Fauna marítima; Fauna terrestre; regiões Árticas; neártica, paleártica, etiópica, neotropical, australiana, indiana e antártica.

2ª série: África: litoral, principais cidades e recursos econômicos. Brasil: relevo, litoral e planaltos. América: ilhas do Pacífico. Cabos. Montanhas da Europa. Rios que correm para o Atlântico.

3ª série: Condições de Agricultura: fumo, feijão, milho, mandioca, frutas brasileiras. Gado bovino. Recenseamentos efetuados no Brasil. Colonização brasileira.

Outubro

1ª série: Águas dormentes. Águas e movimentos do mar. Correntes marítimas e oceânicas. Círculos e coordenadas da esfera terrestre. Formação do dia e da noite. As estações. Classificação das rochas. As eras Geológicas. Vulcões. Oceanos e mares.

2ª série: OCEANIA: litoral, montanhas, rios, lagos, clima animais.

EUROPA: litoral, montanhas, rios, lagos.

BRASIL: litoral.

ÁFRICA: litoral.

3ª série: Brasil: navegação fluvial e costeira. Comércio exterior. Colonização. Culturas alimentícias. Estradas de rodagem. Estado do Paraná: superfície, população e cidades principais.

Novembro

1ª série: Vida animal. Fauna marítima. Eras geológicas. Coordenadas da esfera terrestre: latitude e longitude. Dia e noite. Estações.

2ª série: o litoral Europeu. Rios da Europa. Cabos e Ilhas da América. Montanhas da África e cidades principais da Ásia.

3ª série: Estados: Rio de Janeiro e São Paulo. Comércio exterior do Brasil. Raça branca e sua divisão. Estradas de ferro e de rodagem. Principais frutas brasileiras. (RELATÓRIOS de Inspeção Federal do Colégio Imaculada Conceição)

Os livros didáticos indicados pelos professores para o ano letivo de 1938 foram:

1ª série – 1º Ano de Geografia de Veiga Cabral (indicado no quadro 1)

2ª série - 2º Ano de Geografia de Veiga Cabral

3ª série - 3º Ano de Geografia de Veiga Cabral (indicado no quadro 1)

(Relatórios de Inspeção do Colégio Imaculada Conceição)

Assim, se compararmos os conteúdos dados em sala de aula com os índices dos livros didáticos, vamos perceber que a reprodução do livro se dá na íntegra.

No ano de 1938, buscamos comparar os conteúdos dados em sala de aula, na 1ª série, com o índice do livro didático adotado, percebemos que os conteúdos desenvolvidos no primeiro semestre correspondem à primeira parte do índice do livro, e no segundo semestre foram desenvolvidos os conteúdos da segunda parte do livro, ficando claro que havia um controle bastante rígido no desenvolvimento das disciplinas escolares dentro da escola. A inspeção federal garantia a reprodução do livro didático no seu todo; e o controle que era feito sobre a produção do livro garantia de uma certa forma que os conteúdos que seriam ministrados seriam os pretendidos pelo Estado, já que estes reproduziam os conteúdos das reformas educacionais.

Os conteúdos desenvolvidos ao longo das três séries apresentam a dualidade teórica, determinismo X possibilismo, que é uma peculiaridade do método moderno da Geografia, desenvolvendo com o aluno primeiramente as bases físicas e, posteriormente, correlacionando estas aos aspectos humanos.

Nos conteúdos da primeira série são desenvolvidos os aspectos geográficos de bases físicas, ou seja, como dizia Delgado de Carvalho no prefácio do livro Geografia Elementar, *a fisiografia*, cujas bases estão ligadas às raízes deterministas da Geografia. E ainda dentro do discurso da época onde se correlacionava a geografia com várias ciências afins, podemos perceber nestes conteúdos sua ligação com os conhecimentos de biologia.

Mostrar a “fisiografia” do Brasil era uma constante no ensino da Geografia, pois no discurso nacionalista prevalecia o ensino através da descrição das paisagens mostrando a riqueza do território, forma que o Estado encontrava de divulgar uma imagem de Brasil que deveria ser idolatrado.

Na segunda série ainda se desenvolve esta predominância dos aspectos físicos, mas já direcionados aos aspectos geográficos propriamente ditos, é uma tentativa de caracterizar a fisiografia dos diversos países que compõem os continentes, dentre eles em particular o Brasil, como parâmetro de comparação.

As influências da corrente possibilista, mais ligada ao desenvolvimento dos aspectos humanos, aparece explicitamente nos conteúdos de terceira série, onde nos deparamos com conteúdos que descrevem os aspectos ligados à caracterização política, econômica, social e cultural do Brasil.

No ano de 1939, segundo o relatório de inspeção foram dados os seguintes conteúdos:

Março e Abril

1ª série: Origem do sistema solar; Formação e idade do sistema planetário. Hipótese de Laplace; partes do sistema solar; A terra no espaço; Forma da terra; Movimentos da Terra; Nomenclatura do relevo do elemento sólido. Elemento líquido; Nomenclatura; Oceanos e Mares: localização dos oceanos; Coordenadas da esfera terrestre; Equador, paralelos e meridianos; Constelações do zodíaco; Formação do sistema planetário; Distribuição das terras e dos mares; Cor e salinidade das águas do mar. Classificação dos mares. Temperaturas das águas do mar.

2ª série: Os continentes: América do Sul – descrição, forma e pontos extremos. Aspectos do relevo. Sistema Andino. Sistema Antilhano. Guiana. Planaltos e Planícies. Litoral e clima sulamericano. Rios e lagos. Europa – nota histórica e dimensões; montanhas da Europa; continuação do relevo europeu; litoral europeu; clima; cartografias relativas; Rios da Europa. BRASIL situação, dimensões e aspectos. Fuso horário. Fronteiras com as Guianas: Inglesa, holandesa e francesa, Venezuela e Colômbia. Fronteiras com o Peru, Paraguai, Uruguai e Argentina.

3ª série: Raças; origem do homem; Formação da população brasileira. Os indígenas. Elementos: branco e preto das raças. Religiões. Distribuição das religiões. Principais causas da migração. Várias fases de civilização. Formação das cidades e capitais. Colonização.

Maio

1ª série: Forma e movimento da terra. Montanhas e Planaltos. Planícies e vagas. Vulcões. Erupção vulcânica. Os lagos e suas origens. Os rios. Nascentes e cursos dos mesmos. Cartografia relativa.

2ª série: Rios e lagos da África; divisão política; montanhas; pontos extremos; planaltos e planícies e litoral da América do Norte; O Atlântico sul; Europa bacia do mediterrâneo e litoral. Cartografias relativas.

3ª série: Colonização brasileira; Plantas alimentícias: trigo, milho e arroz. Paizes produtores e consumidores; Fronteiras terrestres e marítimas; Cartografias relativas, especialmente ao que diz respeito a localidades brasileiras onde sobrem as culturas mencionadas.

Junho e Julho

1ª série: Movimentos e fases da lua; Eclipses da lua; Eclítica; Dia e noite; Correntes marítimas; Atmosfera; Umidade; Nuvens e suas espécies. Cartografias relativas; Jazidas minerais. Materiais de construção e combustíveis. Metais. Pedras preciosas. Fontes medicinais: termas. Geysers.

2ª série: Estreitos, litoral, penínsulas da América do norte. Planalto Guiano e brasileiro: grupo oriental. Sistema matogrossense e grupo nortista. África: descrição sumária; montanhas, litoral e clima. Litoral e ilhas da Ásia.

3ª série: Estados do Pará e Maranhão; recursos naturais; movimentos migratórios. Paizes de emigração e imigração; línguas e sua divisão. Estados de Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. Batata, cevada e centeio. Produção e consumo do café. Estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Cartografias relativas.

Agosto

1ª série: Barisfera e Litosfera. Hidrosfera e atmosfera. As estações do ano. Chuvas. Classificação dos climas. Fusos horários. Zonas de Vegetação. Divisão das regiões zoológicas. Cartografias relativas.

2ª série: Rios, flora e fauna da Ásia. Descrição sumária das montanhas da Ásia. Descrição do litoral brasileiro. Climas. Rios: bacia oriental e bacia platina. Lagos.

3ª série: Condições gerais da agricultura: cacau e chá. Açúcar: produção e consumo. Produção e consumo do vinho e do algodão. Estado da Baía e do Espírito Santo. Madeira. Criação.

Setembro

1ª série: Região paleártica e neo-tropical.

Região etiópica, antártica e nearctica. Região polar
Temperatura e águas correntes.

2ª série: Climas da Ásia. Montanhas e rios da América. Divisão política da África. Descrição da Oceania e recursos econômicos.

3ª série: São Paulo e Rio de Janeiro. Navegação fluvial e marítima. Estado do Paraná. Seda: indústria de lã.

Outubro

1ª série: Classificação dos climas. Cometas. Satélites. Planetóides. Movimentos e fases da Lua. Quedas de água. Sistema Planetário. Formação e hipóteses. Composição do elemento sólido.

2ª série: América do sul: produtos agrícolas. Indústria pastoril e de Mineração. Indústria fabril e vias de comunicação. Oceania: Litoral, montanhas, rios, climas cidades e vias de comunicação. Europa: litoral, montanhas e rios. África: litoral e montanhas. Cartografia.

3ª série: Borracha; hulha branca; algodão, fumo e petróleo. Metais úteis. Estado de Santa Catarina; Rio Grande do Sul; Mato Grosso. Religiões.

Novembro

1ª série: As coordenadas terrestres. O elemento sólido e sua composição. Mares e sua divisão.

2ª série: Montanhas da América do Sul. Descrição política da Ásia. Litoral da África. Recapitulação: Brasil – rios e serras; Europa: montanhas. Cartografia.

3ª série: Estado de Mato Grosso e Minas Gerais; Migrações; formações das cidades. Principais culturas: trigo, milho, etc.; Religiões; formação das capitais. Cartografias relativas. (RELATÓRIOS de Inspeção Federal do Colégio Imaculada Conceição)

A dualidade, que anteriormente analisamos aparece também nos conteúdos desenvolvidos no ano de 1939. A única diferença que se apresentou de ano para ano é quanto à disposição de algumas matérias, que foram registradas na mesma série, porém em meses diferentes. Esta dualidade é característica da própria reforma educacional de 1931, que na época ditava os conteúdos que comporiam os livros didáticos, e conseqüentemente, os que seriam divulgados em sala de aula.

Para o ano de 1939 adotaram-se os livros didáticos de Luiz Gonzaga Lenz nas três séries do ensino ginasial, assim como nos anos de 1940, 1941 e 1942, onde os conteúdos dados mês a mês são idênticos aos desenvolvidos em 1939.

Não tivemos aqui oportunidade de compararmos os conteúdos registrados com os dos índices dos livros adotados, mas pudemos em contrapartida comparar estes conteúdos com a reforma educacional e constatar a repetição como no ano anterior; o que nos leva a compreensão de que os livros didáticos eram reprodutores e divulgadores da reforma educacional, garantindo assim que o discurso do Estado centralizador chegasse, através da escola, aos mais distantes “cantos” do Brasil.

Os relatórios referentes aos anos de 1943 a 1945 não trazem discriminadas as matérias dadas em cada disciplina, pois acreditamos que os mesmos seguiam as instruções do 2º parágrafo da PORTARIA MINISTERIAL N.º 692 de 08/12/1942 que diz: “2º - *Os inspetores de estabelecimentos de ensino secundário deverão remeter à Divisão de ensino Secundário, como prova da inspeção realizada, nos termos dos arts. 75 e 78, § 1º, do Decreto lei n.º 4.244, três termos de visita semanais e seis relatórios bimestrais(...)*”.

E ainda segundo esta mesma portaria os relatórios seriam compostos basicamente de informações referentes aos livros didáticos adotados, horários das aulas e boletins de notas e frequência.

Percebemos que, em relação aos conteúdos ministrados foram citados apenas os livros didáticos adotados e, como temos percebido, no decorrer desta pesquisa, estes conteúdos, desde a Reforma de 1931, não fogem aos índices dos livros adotados. A inspeção federal era a forma de garantir a reprodução do livro e indiretamente da reforma. Acreditamos que os relatórios referentes aos anos de 1943 a 1945 estejam fundamentados no Decreto Lei n.º 1.006 de 30/12/1938, capítulo I, que diz:

Art. 3º - A partir de 1º de janeiro de 1940, os livros didáticos que não tiverem tido autorização prévia, concedida pelo Ministério da Educação, nos termos desta lei, não poderão ser adotados no ensino das escolas pré-primárias, primárias normais, profissionais e secundárias, em toda a República. (Decreto Lei n.º 1.006 de 30/12/1938)

Assegurando portanto, que todo conteúdo ministrado em sala de aula não se diferenciaria dos índices dos livros didáticos, que por sua vez aprovados por uma comissão Ministerial não fugiriam do programa oficial editado nas reformas do ensino secundário.

Nos anos de 1943 e 1944 foram adotados os seguintes livros:

1ª série: Geografia Física e Humana de Menezes Pimentel Júnior
2ª série: Geografia dos Continentes de Menezes Pimentel Júnior
3ª série: Geografia da 3ª série de Delgado de Carvalho
4ª série: Geografia do Brasil de Menezes Pimentel Júnior.
(Relatório de Inspeção do Colégio Imaculada conceição)

A adoção do livro de Delgado de Carvalho vem nos comprovar como o discurso da Geografia Moderna estava sendo difundido em todo o país, e nos mostra também que se este livro poderia ser adotado por uma escola inspecionada, era sinal de que havia sido também inspecionado pelo Estado, fato que nos comprova que o discurso difundido por este autor em relação aos métodos trabalhados na Geografia era aceito pelo Estado.

Ao findarmos esta análise descritiva dos livros didáticos, relatórios de inspeção e legislação das reformas educacionais dos anos de 1931 e 1942, entendemos que o Estado exercia um controle tamanho no ensino ao ponto de

assegurar, que os conteúdos ditados pelas reformas educacionais fossem reproduzidos na íntegra pelos manuais didáticos, o que garantiria a chegada do discurso do Estado às escolas. Este controle que o Estado exercia sobre as disciplinas escolares nos deixa claro porque disciplinas como a Geografia, tiveram tanta importância no contexto do nacionalismo.

Assim, acreditamos ter subsídios para tecer considerações que constituirão o próximo e último capítulo desta pesquisa. Através da análise dos conteúdos, abordados em sala de aula, dos livros didáticos e das reformas, que na realidade se fundem em uma mesma coisa, poderemos entender como a disciplina de Geografia passava a mensagem do Estado centralizador e nacionalista.

CAPÍTULO III

A imagem da Pátria através da disciplina de Geografia

Ao iniciar este capítulo nos reportaremos a Chervel (1990), quando afirma que:

(...) uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes de aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massa que ela determina, então a história das disciplinas escolares pode desempenhar um papel importante não somente na história da educação mas na história cultural. Se se pode atribuir um papel “estruturante” à função educativa da escola na história do ensino é devido a uma propriedade das disciplinas escolares. (Chervel, 1990, p.184)

E quando discute as finalidades do ensino escolar, fala das finalidades sócio-políticas da educação e as define do seguinte modo:

Os grandes objetivos da sociedade, que podem ser, segundo as épocas, a restauração da antiga ordem, a formação deliberada de uma classe média pelo ensino secundário, o desenvolvimento do espírito patriótico, etc... não deixam de determinar os conteúdos do ensino tanto quanto as grandes orientações estruturais. (Chervel, 1990, p. 187)

Assim, a legislação do ensino secundário nos mostra que a educação era um dos instrumentos do qual o Estado se utilizava para tentar cumprir seus objetivos pós-Revolução de 1930, e a disciplina de Geografia viria a desenvolver um papel importante neste contexto. As reformas educacionais instituídas no Governo provisório de Vargas, 1931 e 1942, deixaram claro qual seria este papel, pois era através do ensino desta disciplina que estas reformas “trabalhavam” a conscientização e a formação de um espírito patriótico no cidadão. Principalmente a partir da Reforma Francisco Campos, que exclui a disciplina de Educação Moral e Cívica²¹, e passa a atribuir às disciplinas de Geografia, História, Canto Orfeônico e Educação Física a formação da consciência patriótica.

²¹ A disciplina de educação Moral e Cívica na Reforma Francisco Campos foi excluída e substituída pelo ensino religioso, esta era uma forma de contemplar o discurso dos educadores conservadores na reforma educacional. A prioridade ao ensino religioso naquele momento foi dada visando também obter, através da doutrina católica, um instrumento capaz de garantir a preservação da hierarquia e da autoridade e também um instrumento de luta ideológica, o que vinha ao encontro dos ideais do Estado, cada vez mais centralizador. Sobre a disciplina Educação Moral e Cívica ler: Josgrilbert, 1998.

Mas como apresenta Chervel (1990), “*não podemos, pois, nos basear unicamente nos textos oficiais para descobrir as finalidades do ensino*”, o que nos levaria a um envolvimento com a história das políticas educacionais e não com a história das disciplinas escolares. Para tanto, se faz necessário retomarmos o material que a escola produziu, pois “*(...) cada época produziu sobre sua escola, sobre suas redes educacionais, sobre os problemas pedagógicos, uma literatura freqüentemente abundante: relatórios de inspeção, projetos de reforma, artigos ou manuais de didática, (...)*” (ibid., 190).

Estes procedimentos discutidos por Chervel norteiam nossa pesquisa, o que nos levou a fazer uma análise não só da documentação legal mas também da documentação usada como material didático e como relatos da vida da escola. E é desta análise que trata este capítulo.

1 – Os livros didáticos de Geografia: instrumentos a serviço do poder.

As reformas educacionais de Francisco Campos, instituída através do Decreto n.º 19.890 de 08/04/1931, e a de Gustavo Capanema, através do Decreto Lei n.º 4.244 de 09/04/1942, atribuem à escola um papel fundamental na formação do cidadão, direcionando-a no sentido pretendido pelo Estado no período das décadas de 1930 e 1940. Atribuem à mesma um caráter meramente educativo e “democrático”; quando diz democrático está se referindo ao expandir do ensino para todas as camadas da população, e expandir com isto o número de escolas. Mas esta “expansão” tem na realidade uma razão de ser; era a maneira de estender o controle por todo o território brasileiro.

A escola tinha, portanto, o objetivo de educar o cidadão sob os moldes ditados pelo Estado, que se caracterizava como autoritário e centralizador. E aumentando o número de estabelecimentos educacionais garantiria a expansão do poder e o controle pretendidos pelo Governo. Assim, só no ensino secundário o número de unidades escolares, que em 1932, era de 391, em 1947, passou para 1.344. (Ministério de Educação e Saúde, 1959, p. 4).

E dentro deste papel imposto à escola, as disciplinas escolares teriam também uma função a desempenhar, em particular, e mais de perto trataremos a disciplina de Geografia, que segundo estas reformas, tem papel relevante no alcance dos objetivos pretendidos pelo Governo através da escola.

Conforme o exposto por Francisco Campos, na explicação publicada no Decreto 19.890, quando fala especificamente da disciplina de Geografia, diz que esta tem como objetivo principal a formação política do cidadão, pois sua contribuição será através do “*estudo das condições geográficas da formação do Estado e com a demonstração de que este nasceu, como qualquer sociedade política, das necessidades de segurança colectiva, se caracteriza, geográficamente, pela soberania territorial e requer, para se manter íntegro, a fixação do grupo social ao sólo.*” (Decreto 19.890 de 18/04/31).

Reforça a questão geopolítica, ou seja, o estudo das fronteiras e suas vitalidades como uma das funções desta disciplina.

E finalmente define esta disciplina como sendo a responsável pela divulgação da estrutura do Estado através do estudo de suas capitais, e a importância política e econômica que cada uma tem dentro do território. Diz ainda que “*cabe à Geographia, mais do que qualquer outra matéria, evidenciar como o Estado político se prende, afinal, às relações econômicas de produção.*” (Bicudo, 1942, p. 42)

Estes objetivos impostos pelo Estado na reforma educacional para a disciplina de geografia, nos mostram que, além de passar a imagem da paisagem natural rica e exuberante do território brasileiro, o Estado também almejava que esta disciplina tivesse a função de formadora da consciência política “nacional” nos estudantes, que, em última análise, seriam os futuros dirigentes da sociedade.

Gustavo Capanema reforça, na reforma de 1942, a questão da formação da consciência política do estudante quando atribui ao ensino secundário a finalidade fundamental de “*formação da personalidade adolescente (...) a formação da consciência patriótica*” e diz ainda, que este ensino por ser o responsável pela preparação dos homens que virão a assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, deve ser “*um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais alto da palavra, isto é, um ensino capaz de dar aos adolescentes a compreensão da continuidade histórica da pátria, a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão e dos ideais da nação.*” (Brasil, 1952, p.24) Assim,

esta consciência que tanto se fala em ambas as reformas está restrita a uma consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria.

E ao ensino da disciplina de Geografia é destinada uma responsabilidade fundamental na realização destes objetivos, pois quando especificamente fala da mesma diz o seguinte:

(...) Com o mesmo objetivo de orientar o ensino secundário no sentido de uma compreensão maior dos valores e das realidades nacionais, a reforma separa a história do Brasil e a geografia do Brasil, respectivamente, da história geral e da geografia geral, para constituírem disciplinas autônomas (grifo nosso).
(Brasil, 1952, p.25).

É sob estes objetivos, expostos pelo Estado, que foram traçados os conteúdos a serem ministrados pela disciplina de Geografia, para as cinco séries do ensino secundário, na reforma educacional de 1931 e para as sete séries instituídas com a reforma de 1942.

A disciplina de Geografia apresenta como objetivo principal, dentro desta nova perspectiva de ensino, estruturada pelas reformas educacionais de 1931 e 1942, a valorização do território brasileiro e de sua gente, através do conhecimento e do estudo dos aspectos geográficos do Brasil. Assim, a consolidação da disciplina de Geografia, através das reformas educacionais, definindo seus conteúdos programáticos, dava à Geografia o papel de divulgadora privilegiada dos ideais trilhados pelo Estado.

Pois, não bastavam as mudanças instituídas pelo intervencionismo do governo Vargas na sociedade, existia a necessidade de se trabalhar a consciência do cidadão para que a sociedade aceitasse tais modificações. E era através da “divulgação”, do conhecimento do território brasileiro que a política nacionalista seria inculcada.

E esta preocupação com o nacionalismo, divisava a contribuição do conhecimento científico dos fatos e fenômenos estudados, e em particular da importância dos referenciais geográficos, como a melhor forma de entender a complexidade territorial da nação, e também como forma de divulgar este conhecimento segundo os objetivos pretendidos pelo Estado.

O Estado tinha intenção de fazer uso dos conhecimentos geográficos para divulgar a política nacionalista através, principalmente, da valorização de sua

terra e sua gente. Desta forma, toma uma série de medidas, as quais explicitamos no capítulo I deste trabalho, visando a consolidação dos novos referenciais à Geografia, ao mesmo tempo que esta lhe dava o retorno da aplicação e divulgação dos seus referenciais e conteúdos, *no sentido de tornar melhor o Brasil*.

Portanto, os objetivos colocados à Geografia, enquanto conhecimento disciplinar a ser trabalhado nas diversas escolas do país, expressavam a efetivação dos anseios nacionalistas, como esclarece Francisco Campos, à respeito da disciplina Geografia na reforma em 1931:

- a) Uma integração perfeita de todas **as noções de Geografia física, econômica e social**(...)A **Geografia Pátria** aparecerá, então como uma síntese geográfica, harmoniosa e explicada em seus elementos.
- b) um quadro mesológico, preciso e verdadeiro do país em que vivemos e ao qual temos que nos tornar úteis(...) **é o quadro geográfico que permite nacionalizar o patriotismo**, sabendo as suas razões de ser e suas causas.
- c) Um fundamento geográfico da história para a interpretação inteligente do nosso passado, para compreensão das nossas futuras aspirações...
- e) **Um símbolo significativo das contradições de equilíbrio social, das forças materiais e morais que constituem a nacionalidade, que originam e fazem do Estado a sua expressão de saber e querer viver em comunidade política.**
(Revista Brasileira de Geografia, 1941, p.246-247)

E atendendo a todas as exigências impostas pelas reformas educacionais e sob fiscalização do Conselho Nacional de Educação e posteriormente pela Comissão Nacional do Livro Didático, os manuais de Geografia são produzidos e utilizados na escola, para divulgar a ideologia do Estado centralizador e nacionalista.

Os livros didáticos de Geografia produzidos, para atender o ensino secundário à partir da Reforma de Francisco Campos, seguem literalmente os conteúdos apresentados pela mesma, todos trazem na capa a seguinte informação: *“de acordo com o atual programa de ensino secundário”*, e alguns apresentam, antes do índice do próprio livro, o programa oficial da reforma. O mesmo acontecendo com os manuais que se apresentam pós-reforma Capanema, em 1942.

As discussões que se apresentavam em torno da ciência Geográfica no Brasil, na década de 1930, estiveram presentes na elaboração da proposta oficial de ensino e também nos livros didáticos, que recheados de fotos, gravuras, cartogramas,

dados estatísticos e textos explicativos iam ao encontro das discussões propostas por Delgado de Carvalho, o método da Geografia Moderna.

Assim, a linha de pensamento exposta pelo livro didático não se diferenciava da legislação, ou seja, reproduzia a mesma. Como bem podemos ver nos comentários tecidos à respeito de alguns livros didáticos:

(...)Basta lembrar que os numerosos livros do prof. Veiga Cabral **são adotados pelo Departamento Nacional de Ensino** (grifo nosso) e, como tal preferidas em quasi todos os estabelecimentos de instrução pública e particular do nosso País.(...) O seu último livro publicado é o Primeiro ano de Geografia, **de acordo com o atual programa de ensino secundário, edição de outubro de 1931** (grifo nosso). **Livro interessantíssimo, devido aos novos moldes em que, pela exigência oficial, foi delineado e concluído** (grifo nosso). Correio do Brasil – 28-12-931.(Veiga Cabral, 1939, p.286)

“Acaba de ser lançado á publicidade um livro destinado aos nossos cursos secundários, que se destaca, antes de mais nada, pelo cunho de originalidade e de **orientação moderna** (grifo nosso) que o caracteriza. Trata-se da *Geographia para a 4ª série*, de autoria do dr. Aroldo de Azevedo.

Data de época recente a transformação radical sofrida pela organização do ensino no Brasil, no que diz respeito aos seus métodos e sistemas. Com a mudança dos programmas, surgiu a necessidade de obras de caráter didactico, que pudessem attender ás novas directrizes.(...) (grifo nosso)” Folha da Noite de São Paulo, em 25 de fevereiro de 1935. (Azevedo, 1936, p. 346).

E no prefácio do livro de Moisés Gicovate preparado sob a reforma de 1942 podemos verificar que o que se buscava com o ensino da Geografia não se diferenciava da reforma anterior:

Nenhuma disciplina apresenta no curso secundário maior influência educativa do que a geografia.(...) **porque é, na verdade, pela geografia que se pode desenvolver e formar nos jovens um esclarecido sentimento de patriotismo e de solidariedade social.**(...) (grifo nosso) determina a atual lei orgânica de ensino secundário que, para a formação da **consciência patriótica, devem ser utilizados com freqüência os estudos geográficos** (grifo nosso), os quais se apresentam em todas as séries do curso ginásial e do curso colegial, com três delas inteiramente reservadas ao ensino da geografia do Brasil. (Gicovate, 1953, prefácio)

A diferença da reforma de 1931 para a de 1942, em relação à estrutura da disciplina de Geografia, é que a mesma passa na última a ser dividida em Geografia Geral e do Brasil, uma modificação feita com o objetivo de acentuar ainda

mais os estudos relativos ao território brasileiro. E esta modificação foi seguida também nos livros didáticos. Uma outra diferença se refere ao enfoque dado para o desenvolvimento dos estudos geográficos, pois a reforma de 1931 busca a formação patriótica dando mais ênfase ao conhecimento das fronteiras, à divisão do território brasileiro, enquanto a reforma de 1942, que visa também a formação patriótica, procura dar mais importância a compreensão da historicidade da Pátria.

2 - O discurso nacionalista, a geopolítica e a Geografia Moderna na reforma de 1931.

Os livros didáticos, como já dissemos anteriormente, refletem os objetivos propostos pelas reformas. O que analisaremos aqui são os conteúdos, que são ditados pela reforma de 1931, e que norteiam a produção dos mesmos.

Seguindo o discurso do Estado, a reforma de 1931 e os livros didáticos apresentam os mesmos conteúdos, e buscam despertar nos alunos o sentido nacionalista, ou seja, o amor à Pátria. Através do estudo minucioso do território brasileiro poderão conduzir ao despertar do sentimento nacionalista, ajudando a formar esta consciência, principalmente no adolescente, que o Estado tanto buscava. Assim, os conteúdos estudados, no ensino secundário, e na disciplina de Geografia, em particular, apresentavam dois objetivos: a) o conhecimento do território brasileiro; e b) o fortalecimento da questão fronteiriça, delimitando e mostrando as fronteiras do Brasil, que traz à tona uma questão tão discutida na ciência geográfica - a geopolítica.

A questão *geopolítica*, que estuda os limites e fronteiras, está presente nos conteúdos destinados ao ensino da segunda série, pois trabalha as fronteiras referentes aos continentes e, em particular, o Brasil.

Este conteúdo trabalha a caracterização física e humana dos continentes, começando pelo continente americano, onde os aspectos referentes ao território brasileiro estão sendo sempre citados, passando pelo estudo do continente europeu, asiático, africano, Oceania e regiões polares. Depois, da caracterização dos continentes, a última parte dos conteúdos, igualmente presentes nos índices dos

livros didáticos de segunda série, estão direcionados ao estudo dos aspectos físicos do Brasil, o conhecimento “das formas que tem o Brasil”.

Aqui, é feita uma caracterização minuciosa dos aspectos físicos do território brasileiro, como: situação geográfica, fronteiras terrestres, relevo, costas, hidrografia, climas e riquezas naturais.

É dado destaque ao estudo das fronteiras que são divididas pelo livro didático em três categorias: “*Gruparemos as nossas fronteiras em tres categorias: septentrionais, ocidentais e meridionais.*” (Azevedo, 1936, p.274).

Em sendo assim, é feita a descrição de cada fronteira. A impressão que nos passa... a maneira como eram descritas as fronteiras, é que havia uma necessidade de explicar nos mínimos detalhes cada aspecto referente às mesmas. Como por exemplo:

Fronteiras ocidentais

É na região ocidental que o Brasil apresenta sua maior linha de fronteiras. Limita-se, nesse trecho, com os seguintes países: Colômbia, Peru, Bolívia e Paraguai.

A mais importante das questões que aí tivemos foi com a *Bolívia* e disse respeito ao território do Acre. Habitada por brasileiros, em grande maioria, a região passou a pertencer à Bolívia devido a um erro dos demarcadores, o que ocasionou o levantamento da população, que, de armas na mão, pôz-se a bater pela entrega do território ao Brasil. O litígio só teve fim com o tratado de Petropolis, assinado em 1903, que nos garantiu a posse sobre as mencionadas terras.

Com os demais países, as questões não tiveram o mesmo vulto. A *Colombia* pretendeu a faixa compreendida entre os rios Japurá e Amazonas; mas graças à medição do governo “yankee”, pudemos garantir para nós o território contestado (1925). O *Peru* disputou a bacia do Javari, mas acabou desistindo de suas pretensões em troca de um trecho do Acre habitado por concidadãos seus. O *Paraguai*, pelo tratado assinado após a guerra mantida contra o ditador Solano Lopez, concordou, afinal, com a atual linha de fronteira (1872).

Eis os mais notáveis acidentes geográficos encontrados nas fronteiras com tais países:

Com a Colombia – Ilha de São José (no rio Negro), rio Macacuni, uma linha até alcançar o cerro Caparro e outra que vai deste até o rio Uaupés, seguida pela rio Capuri e por outra linha que vai alcançar o rio Apaporis; de confluencia deste com o rio Japurá vem uma linha geodesica, que termina na vila brasileira de Tabatinga, á margem esquerda do rio Amazonas.

Com o Perú – rio Javari, linha do divisor de aguas entre os rios Juruá e Ucaiali, rios Brêu, Santa Rosa, Purús, Shambuiaco e Acre até a confluência deste com o arroio Javerija.

Com a Bolívia – rios Acre, Rapirrã, Abudã, Madeira, Mamoré, Guaporé e Verde, morros dos quatro-Irmãos e Bôa-Vista, Corixa Grande, lagoas Uberaba, Guaíba, Mandioré e Caceres, e rio Paraguai.

Com o Paraguai – rios Paraguai e Apa, serras de Amambaí, Caaguassú e Maracajú, e rio Paraná, até a confluencia do rio Iguassú. (Azevedo, 1936, p.275)

A influência das teorias deterministas de Ratzel, estão presentes no desenrolar dos assuntos referentes às fronteiras, pois, quando explica a questão da

expansão das fronteiras, conclui dizendo: “*As velhas fronteiras, que eram, no dizer de Ratzel um espaço vazio, evoluíram no sentido de uma precisão cada vez maior da região separatriz até ao eixo de demarcação, que é um traço especial da civilização superior e é fruto dos progressos da geodesia e da cartographia*”. (Veiga Cabral, 1934, p. 80), reforçando o dualismo que se apresentava na geografia moderna no Brasil.

E podemos sentir estas influências quando o autor conclui o assunto referente às fronteiras:

Balanceando todas estas theorias, parece que as fronteiras do Estado devem ser determinadas ou pelos limites que a própria Natureza impõe ás terras por meio de algum grande acidente geographico, comtanto que não offenda a direitos adquiridos, o que raras vezes se dá; ou por limites convencionados livremente entre os Estados, isto é, por sua evolução histórica. (Veiga Cabral, 1934 p.86)

Na seqüência, os conteúdos seguem trabalhando os aspectos físicos referentes ao território brasileiro, expondo suas potencialidades e suas riquezas minerais, vegetais e animais, descrevendo-as com uma certa “paixão”, que foge do caráter científico, o que podemos perceber quando explica sobre os minerais:

O ouro tem sido encontrado notadamente na região centro-oriental, **em ricas jazidas** e no leito dos rios (...) em cada tonelada do minerio acham-se de 5 a 10 gramas desse **precioso metal**.

(...) Mas é **o ferro a maior riqueza do país**, nesse particular. Nas entranhas do massiço da Mantiqueira encontram-se as **mais poderosas reservas de ferro do planeta**; verdadeiras montanhas do mais util dos metais ali aparecem (...).

As areias monazíticas, (...), constituem riqueza de larga faixa do litoral oriental(...).

As pedras preciosas são, também, muito numerosas. Os diamantes aparecem notadamente na serra do espinhaço e seus prolongamentos (...). (Azevedo, 1936, p. 317-319)

E, são nos conteúdos destinados ao ensino da terceira série, que se acentuam mais os estudos referentes ao território brasileiro, pois estes tratam da geografia política e econômica de modo geral, e em uma segunda parte tratam destes aspectos especificamente falando do Brasil. Como bem podemos observar no livro de terceira série analisado no capítulo II, (quadro 1), a primeira parte do mesmo se destina a discutir aspectos gerais da economia, sociedade e política dos países do mundo, assim como discutir seus aspectos geopolíticos, mas sempre que tem

oportunidade o autor está usando o Brasil para exemplificar suas teorias. Quando fala da formação das cidades por exemplo:

Na formação das cidades nota-se que algumas passaram por phases sucessivas, isto é, foram lentamente formadas, ao contrário de outras que surgiram de um só golpe, obedecendo a um plano préviamente delineado, a um determinado desenho. As primeiras são chamadas cidades naturaes, como o Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo; as segundas são as cidades artificiais, como Belo Horizonte, Chicago, Camberra, etc...(Veiga Cabral, 1936, p.64)

Mas são nos conteúdos referentes à Geografia Política e Econômica do Brasil, que os objetivos do Estado centralizador se mostram mais presentes, pois além de inculcar o nacionalismo patriótico os conteúdos apresentam um outro discurso ideológico do Governo de Vargas, a questão do embranquecimento da raça brasileira, a *Eugenia*. Que observamos estar presente quando o autor do livro didático conclui seu capítulo sobre as raças:

Tivemos, assim, nas raízes da nossa nacionalidade, quatro elementos europeus *excellentes* (grifo nosso) o Portuguez, o Espanhol, o Hollandez e o Francez, que se juntaram com o Índio, formando a argamassa primitiva do povo brasileiro, que por sua vez se fundiu no Negro, vindo da África.

O branco dominou sobre as duas outras **raças selvagens** (grifo nosso), dirigindo o comércio, impondo o governo e os seus costumes, obrigando-as ao cultivo da terra e ao trabalho nas cidades; estas, escravizadas e desempenhando o papel de machinas laboriosas com que se foi creando a riqueza nacional. (...) **A base foi o portuguez. Foi elle que, junto aos demais povos, creou e engrandeceu o Brasil** (grifo nosso). A sua política colonizadora decidiu-se pela immigração africana(...)

Responsabilidade foi por certo bem grande essa. Nós, hoje, em vez de seguir o conselho luso, vamos buscar o braço à Itália, á Rússia, á Polonia, ao Japão á Alemanha, á Syria, á Espanha, ao próprio Portugal. **É que precisamos corrigir o erro lusitano** (...) **O negro foi útil, mas foi fatal** (grifo nosso). Creou no Brasil uma multidão de párias, como os *Fellahs* do Egypto ou os *Coolis*, da India: **gente sem ideal, sem autoridade, sem cultura, incapazes de iniciativas collectivas, de grandes realizações(...)** **Não irromperam pela autonomia de uma grande idéa: buscaram compassivamente a sua alforria. O senhor branco concedeu-lh' a** (grifo nosso).

Si o Portuguez, para ajudal-o na obra do desbravamento, tivesse podido canalizar desde logo para aqui o Polaco, o Italiano ou o Russo, essa gente teria brotado aqui como uma grande árvore branca, frondosissima, canalizadora de capitaes e energias das suas grandes patrias, como acontece no Canadá e na Australia, na Argentina e na Nova Zelandia. (Veiga Cabral, 1934, p. 168).

Esta preocupação com o “*aprimoramento*” da raça no Brasil pairava na produção de alguns intelectuais da época, não só os ligados à ciência geográfica.

E seguem, os conteúdos de terceira série, divulgando uma imagem do Brasil com o propósito de despertar o sentimento patriótico nos adolescentes que freqüentam o curso secundário. Vamos citar aqui alguns exemplos de trechos do conteúdo onde podemos nos deparar com o enaltecimento do território brasileiro, buscando cumprir os objetivos que o Estado tinha para com a escola e com a disciplina de Geografia:

Recursos Naturais – Formidáveis são os recursos naturaes de que dispõe o Brasil, onde a natureza numa prodigalidade extrema tudo nos deu: florestas luxuriantes, regiões ricas em minerais, formidáveis quedas d’água, terras magnificas para a lavoura, vastíssimos campos para a criação de gado, litoral, rios e lagos de grande piscosidade, etc.(grifo nosso).

Rico, de uma fertilidade assombrosa, o sólo brasileiro é com justo titulo considerado pelos mais notaveis scientistas que o têm estudado, como não tendo rival no Globo.

Reino Mineral – O ouro existe em quasi todos os Estados do Brasil (grifo nosso) (...) Em metaes e pedras preciosas são estes os principaes recursos mineraes do Brasil (...)

Reino vegetal – São enormes os recursos de que dispõe o Brasil no reino vegetal, para o que basta frisar que a flora brasileira, já estudada por vários naturalistas, como Humboldt, Martins e Agassiz, é **indiscutívelmente a mais rica e variada do mundo** (grifo nosso).

Reino Animal – Duas indústrias, uma relativamente adiantada (a pastoril), e outra inexplicavelmente pouco desenvolvida (a da pesca), constituem, no reino animal, as fontes de riqueza do paiz. E como da industria pastoril, isto é, do gado, vamos tratar em capítulo separado, de acôrdo com o programma (cap. VIII), falemos aqui da industria da pesca, que deveria estar mais desenvolvida, attendendo **á vastidão do nosso litoral e á riqueza dos nossos rios** (grifo nosso). (...) É incontestavelmente uma industria de grande futuro no Brasil, paiz em cujo interior há os mais piscosos rios do mundo, (...) (Veiga Cabral, 1936, p. 182-198)

No capitulo onde fala dos mananciais de energia usa trechos poéticos para ressaltar as riquezas do Brasil, como por exemplo quando fala das cataratas de Santa Maria ou Iguassú:

“A natureza caprichosa quis reunir, nesse amphitheatro **portentoso e inegalável** (grifo nosso) no mundo, todas as fórmas de quedas cujo conjunto forma a catarata de Santa Maria ou Iguassú! (...) Fascinado, não se cança o espectador de admirar e a cada instante, descobre novas bellezas, novos encantos. (...) **A parte brasileira do salto é muitissimo mais bella e imponente** (grifo nosso) do que a parte argentina(...)”. (Veiga Cabral, 1934 p. 206)

Estes exemplos, aqui citados, seguem por todo o desenvolvimento do conteúdo de terceira série no livro de Veiga Cabral. Num tom poetizado o autor vai descrevendo as riquezas e potencialidades do Brasil e ilustrando-as com fotos e

gravuras e localizando sempre em mapas; dando uma visão do território brasileiro como se fosse um dos mais ricos do globo em todos os aspectos.

Nos conteúdos destinados à quarta série, a primeira parte é voltada para os estudos dos principais países do mundo e na segunda parte estudam-se os aspectos regionais do Brasil. Aqui, cada região, com seus respectivos estados, é descrita minuciosamente nos aspectos referentes à economia, população, política, etc. É como se fosse uma junção de todos os aspectos que foram vistos separadamente, mas agora eles estão agrupados por regiões, caracterizando cada uma diferentemente da outra.

E, na quinta série há um retorno aos conteúdos vistos na primeira série, ou seja, a Geografia se volta para os estudos gerais de Geografia física, mas compreende-se que o aluno nesta série tem melhores condições de entender e comparar os aspectos físicos da Geografia, com os aspectos referentes ao território brasileiro.

Assim, seguindo os objetivos da política do governo Vargas, Francisco Campos instituiu esta reforma no ano de 1931, e se utilizava da disciplina de Geografia para expor as riquezas e belezas do território brasileiro sustentando o discurso nacionalista patriótico do governo populista dos anos 30, discurso que era amplamente divulgado pelos livros didáticos e repassado na íntegra para as escolas, como pudemos ver no capítulo anterior, nos relatórios de inspeção federal do Colégio Imaculada Conceição.

Isto nos mostra que, o caráter científico do conhecimento geográfico ia se adequando aos objetivos do discurso institucional, fato assumido e procurado por uma grande parte da intelectualidade da época, dentre eles os autores dos livros didáticos, que viam nesta relação institucional a solução tanto para os problemas de existência da Geografia no Brasil, como a viabilidade racional para a construção da nação brasileira. Pois, estes intelectuais entendiam que a efetivação do moderno conhecimento geográfico no Brasil, só seria possível se o Estado percebesse a importância deste conhecimento para as transformações necessárias que a sociedade brasileira teria que sofrer, como forma de responder às suas potencialidades.

E os objetivos traçados para a disciplina de Geografia, através do programa da reforma, expressavam a efetivação dos anseios tão almejados pela intelectualidade brasileira. Como podemos observar no discurso de Delgado de

Carvalho, grande divulgador da Geografia Moderna na Brasil, proferido aos professores, em 1928, sobre a geografia pátria:

“... um dever de inteligência e de patriotismo. Aos nossos jovens patricios não devemos apresentar a geografia no Brasil como uma disciplina austera e ingrata ao estudo. Por meio de bons mapas, de gráficos, de perfis, de diagramas, de fotografias, se for possível é preciso torná-la fácil e cativante. É pelo conhecimento do país, pela consciência de suas forças vivas que podemos chegar a apreciá-la a seu justo valor”. (Delgado de Carvalho, 1928 Apud Ferraz, 1995, p.31)

Esta era portanto uma concepção de conhecimento geográfico que se tornou dominante entre a intelectualidade brasileira na década de 1930, embora houvessem algumas resistências, este discurso foi aos poucos ganhando hegemonia, principalmente com a produção de livros didáticos destinados a atender a proposta oficial de ensino da reforma de 1931.

3 – A formação humanística e patriótica sob o método moderno na reforma de 1942.

Um dos grandes problemas enfrentados pelo ministério da Educação e Saúde, para a efetivação da reforma de 1942, foi o aumento espantoso do número de estabelecimentos escolares, pois diante desta situação havia o problema de como estabelecer o controle e garantir que as funções do ensino secundário fossem realmente cumpridas. O caminho encontrado, por um lado, foi definir o currículo do curso secundário de forma bastante estrita, e orientada para a formação cultural e de elite que Capanema almejava com esta reforma. Buscava no ensino secundário orientar a formação dos futuros condutores das massas através dos estudos humanísticos, onde os estudos de química, física e biologia foram reduzidos e substituídos por estudos históricos e geográficos. Pois segundo Schwartzman (1984),

Capanema afirma que o curso secundário, tal como o concebia, não era um simples desenvolvimento de um sistema antigo, mas “uma coisa nova. Esta novidade pode ser definida em primeiro lugar pelos temas: consciência humanística e consciência

patriótica”. A formação humanística e patriótica pareciam os instrumentos perfeitos para a tarefa difícil de organizar o Estado e suas instituições, moldando-lhes a forma e o caráter, atribuindo-lhes uma identidade – extensiva à nação – e preparando as novas gerações para aceitar e perpetuar a ordem que se criava. Tratava-se de transferir as “fidelidades” familiares, locais ou regionais para a nação e para a pátria. (Schwartzman, 1984, p.192)

E para atender a determinados anseios, expostos pela reforma de 1942, os conteúdos de Geografia sofrem algumas alterações, são divididos, em ambos os ciclos, em Geografia Geral e Geografia do Brasil.

Os conteúdos que eram transmitidos pelos manuais didáticos e reforma educacional buscavam atingir os objetivos expostos pelo Ministério da Educação e Saúde, que visava a formação humanística e patriótica. Para tanto a Geografia Geral, exposta nas duas séries iniciais dos dois ciclos tinha como objetivo avivar os conhecimentos do quadro geográfico da natureza, pois tais conhecimentos prepararão os estudantes para que melhor compreendam a história, e a vida econômica e política dos povos no passado e no presente.

Ao analisarmos os conteúdos dos manuais didáticos destinados a discutir o que a reforma denominou Geografia Geral podemos observar que os autores trazem sempre de início uma definição do que é Geografia, como: “*A geografia não visa apenas ensinar nomes geográficos. É essencialmente, o estudo das relações entre o homem e a terra (...) A geografia pode, assim, ser definida como o estudo comparativo das regiões da Terra. (...) Cabe-lhe, enfim, descrever, localizar e comparar os fatos que ocorrem na superfície da Terra*” (Gicovate, 1953, p.15).

Azevedo (1946), diz:

O que é a Geografia Moderna – já se foi o tempo em que a Geografia consistia em guardar, de memória, enormes listas de números e de nomes. Hoje, felizmente, a tarefa de quem estuda esta ciência é muito mais agradável e racional.

Observando a região que o cerca e desejando estudar um de seus aspectos, o geógrafo moderno deve, antes de tudo verificar a extensão ocupada pelo fato geográfico que pretende focalizar. Imaginemos, por exemplo, que êle tem diante dos olhos uma floresta, uma planície ondulada, uma área cultivada ou um gênero de vida. Sua primeira tarefa deve consistir em notar onde exatamente começa e onde termina aquilo que é objeto de suas observações.

Em seguida, torna-se preciso que o geógrafo se ponha a comparar o que acabou de ver com o que existe noutras regiões. Procurará lembrar de paisagens idênticas já observadas por êle noutros pontos ou referidas em livros que haja lido.

Resta-lhe, depois disso, realizar a tarefa mais importante: tentará verificar a causa ou o porquê das semelhanças que tenha encontrado e das diferenças que por ventura existam. Não basta, com efeito, fazer descrições detalhadas e interessantes de uma

região qualquer; é preciso que saibamos explicar a razão de ser dos seus aspectos geográficos, sendo isso justamente o que dá à moderna Geografia o seu maior encanto e o seu caráter científico. (Azevedo, 1946, p.15).

Podemos perceber a influência do método da Geografia Moderna, indo ao encontro dos objetivos explícitos da reforma de Capanema, pois esta tentativa de comparar fatos estudados de uma região com outras é o que pretende a reforma quando propõe os estudos de Geografia Geral.

A formação humanística que a reforma buscava era dada pelo enfoque histórico que os conteúdos apresentavam, principalmente na apresentação dos conteúdos de geografia humana, quando discutia os aspectos econômicos, sociais e políticos. Por exemplo no manual de 1ª série, quando se estuda indústria e comércio:

Histórico da indústria. – Os processos de que os homens lançam mão para a satisfação de suas necessidades dão origem às indústrias. Suas formas mais rudimentares foram a fabricação dos primeiros instrumentos de trabalho ou primeiras armas usadas na luta contra os grandes animais. O homem era errante e também se alimentava de frutas que a natureza lhe oferecia.

O homem teve, entretanto, necessidade de plantar e esperar o amadurecimento. Tornou-se fixo ao solo, durante certo período, e começou a fabricar uns instrumentos toscos para revolver a terra.

(...)Na primeira fase a indústria era individual. O próprio indivíduo fabricava os seus instrumentos e estes lhe pertenciam.

Na segunda fase, já existia a indústria da família ou doméstica. Cada família fabricava tudo aquilo de que necessitasse.

(...) A evolução cultural dos povos deu lugar à divisão do trabalho e à sua especialização. A provisão de alimentos competia ao homem. **A preparação da roupa, trabalho paciente e cuidadoso, pertencia às mulheres** (grifo nosso).

(...) A marcha progressiva da civilização ia exigindo para sua satisfação novas indústrias. Os grandes passos dados pela ciência, criando máquinas, e a aplicação do vapor e da eletricidade, como força motriz, permitiram o aparecimento da grande indústria. (Gicovate, 1953, p. 175-176).

Portanto, podemos constatar, que os assuntos tratados pela Geografia Geral estavam destinados a dar à formação do estudante um cunho humanístico, como determinava a reforma, pois era através deste resgate histórico que se inculcava na formação dos estudantes o sentido de culto à nação, onde a retomada da história da pátria levaria, além de conhecê-la melhor, a cultuá-la.

Um outro aspecto ressaltado por esta reforma é a divisão do ensino entre os sexos, sobre a qual não nos aprofundamos nas nossas análises, esta colocava

a mulher numa condição de submissão e destinada ao aprendizado dos afazeres domésticos. Fato que a nós parece ser reforçado pelos autores dos livros didáticos.

Completando os estudos de Geografia Geral, os conteúdos da segunda série destinam-se a estudar os continentes dando uma visão geral de todos os aspectos de cada continente e principalmente dos aspectos econômicos. Fato enfatizado pelo programa da reforma, pois a mesma considera de suma importância que os estudantes tenham conhecimentos da riqueza dos outros países para, posteriormente, entender a dimensão das riquezas que o Brasil possui.

E nestes estudos podemos observar que dentre os países é dado ênfase aos Estados Unidos, citado como país mais importante da América:

O mais importante país da América – Entre o Canadá, ao norte, e o México, ao sul, existe uma dessas regiões onde não se sabe o que mais admirar, se o que a Natureza construiu, se a obra realizada conscientemente pelo homem: são os *Estados Unidos da América*, que constituem, dentro da zona temperada na América do Norte, um verdadeiro mundo à parte, com sua extraordinária variedade de paisagens, seus inesgotáveis recursos de toda espécie e uma população de origem européia, de fundo anglo-saxão, no mais elevado grau de progresso e civilização. Ocupando uma enorme área de 7 800 000 Km² (o que significa que é pouco menor que o nosso país) e estendendo-se por 60° de longitude e 20° de latitude, os Estados Unidos acham-se colocados em excelente posição geográfica, banhados pelas águas do Pacífico e do Atlântico, a meio caminho entre a Europa e o Extremo Oriente. (Azevedo, 1949, p.63).

Talvez o fato desta ênfase seja pelas relações políticas que o Brasil passa a estabelecer com os Estados Unidos, principalmente depois que apoiou este no advento da Segunda Grande Guerra Mundial

Assim, os livros destinados ao ensino de Geografia Geral nos mostram que ao terminar os estudos deste “ramo” da Geografia, determinado pela reforma Capanema, o estudante tem condições de ter uma visão generalizada dos aspectos geográficos físicos e humanos do mundo, dando-lhe condições de melhor entender os aspectos relacionados com o território brasileiro que serão vistos nas próximas séries nos estudos de Geografia do Brasil. Isto evidencia que os objetivos apresentados na reforma eram seguidos à risca pelos autores dos livros didáticos.

A Geografia do Brasil que começa a ser vista à partir da 3ª série do ciclo ginásial traz detalhadamente os estudos dos aspectos físicos, econômicos, sociais e políticos do território brasileiro.

Mas é na quarta série que os estudos sobre o Brasil ficam ainda mais detalhados. É estudado nas suas particularidades regionais, o Brasil apresenta-se aqui dividido em cinco regiões; divisão adotada, à partir da Assembléia Geral do CNG n.º 72 de 14/07/1941, de acordo com os estudos desenvolvidos por Fábio de Macedo Soares Guimarães e equipe.

Podemos, assim, verificar nos estudos regionais as influências dos trabalhos desenvolvidos pelo IBGE. Criado com o advento do Estado Novo, este órgão propicia a retomada da discussão da divisão do território brasileiro, discutida desde o Império, agora com âmbito oficial, onde seus entusiastas encontram um importante canal de estudos e formulações de propostas demonstrando a concentração de poder do Estado Novo. O governo neste momento, ciente da necessidade de enfrentar os regionalismos, fortaleceu decisivamente o poder central e os sentimentos da nacionalidade que com ele advieram.

As regiões se encontram caracterizadas nos seus diversos aspectos físicos e humanos, sempre enfatizando os aspectos promissores de cada uma, não dando muita ênfase aos problemas, sejam de ordem física ou humana, como a seca do Nordeste e a entrada das grandes empresas multinacionais na Amazônia²².

Na disposição dos conteúdos da reforma e livros didáticos, sobre as regiões do Brasil, as regiões norte e nordeste constituem os primeiros capítulos atendendo também a uma preocupação do Estado, como explica Petrone (1979):

A atenção para com o Brasil sertanejo a partir das décadas de 1920 e 1930 entre outros fatos expressaram-se na maior preocupação com as fronteiras do País, a criação de novos territórios federais, as iniciativas relacionadas com o grande sertão nordestino, a valorização do trabalho do então Serviço de Proteção ao Índio na Amazônia, a criação da Fundação Brasil Central... (Petrone, 1979, p.314).

As regiões Amazônica e Centro-Oeste eram caracterizadas como as terras do futuro, por terem muitas riquezas e ainda serem pouco exploradas:

Uma terra do futuro

Um território imenso e uma população escassa – A região Amazônica ocupa uma enorme área de cerca de 3 540 000 Km², o que significa que corresponde a quase metade do território dos Estados Unidos e é sete vezes maior que a França. No

²² A Ford se instalou na região Amazônica em 1929 com plantações de seringueiras.

entanto, sua população pode ser calculada em 1 883 000 hab., isto é, menos do que a da cidade de São Paulo!

Terras por conquistar

Um grande deserto de homens. – A porção centro-ocidental do Brasil ocupa uma vasta área de mais de 1 885 000 Km², o que significa que pode ser equiparada à da Bolívia e do Paraguai reunidos ou a seis vezes a superfície da Itália. Coloca-se, assim, logo depois da Amazônia, no conjunto das regiões geográficas de nosso país.

Entretanto, tal como sua irmã do norte, a Região Centro-Oeste constitui uma terra do futuro, porque a maior parte dessa imensidão territorial está ainda por ser conquistada (grifo nosso). (Azevedo, 1952, p.211).

E as riquezas das regiões Leste (constituída pelos estados da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo) e Sul (constituída pelos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do sul) são minuciosamente descritas:

A Região Leste é importante centro econômico. – Dentro da economia brasileira, a Região Leste ocupa lugar de grande destaque. Primeiramente, constitui um dos alicerces de nossa vida agrícola, produzindo em quantidades apreciáveis algumas de nossas maiores riquezas obtidas do solo (cana-de-açúcar, cacau, milho, feijão, arroz, café, fumo, frutas). Além disso um terço do rebanho brasileiro vive em suas terras. Mas é nas explorações minerais que a região não encontra rival no País, graças aos seus imensos depósitos de ferro, que alimentam ativa indústria siderúrgica, em vias de ser multiplicada em sua capacidade produtora; isto sem falar no ouro, no manganês e no diamante, também muito explorados. Uma boa rede de comunicações e alguns portos bem aparelhados completam o seu quadro econômico. (Azevedo, 1952, p. 132)

E quando fala das riquezas destas regiões, podemos verificar que os autores tentam passar uma imagem apaixonada sobre as riquezas da pátria. Por exemplo, quando fala do estado de Minas Gerais:

“Um coração de ouro num peito de ferro”

...Os depósitos auríferos aparecem sob a forma de jazidas e nos leitos dos rios...

Mas a inigualável riqueza do planalto mineiro reside nos seus imensos depósitos de minério de ferro, que foram avaliados em 15 bilhões de toneladas! (Azevedo, 1952, p.137).

Um dos baluartes da prosperidade econômica do Brasil

...As mais importantes de nossas riquezas agrícolas têm ali seus grandes centros de produção: café, algodão, cereais, açúcar, frutas de mesa. Um terço do rebanho brasileiro vive em suas pastagens. E as indústrias, sobretudo as de transformação, lá possuem seus mais importantes estabelecimentos. Além disso, boa parte do carvão consumido no País vem de suas jazidas e o sistema de transporte de que dispõem só pode ser comparado com o da Região Leste. (Azevedo, 1952, p.179).

Percebemos assim que os livros didáticos, através do estudo geográfico das regiões do Brasil tenta passar uma imagem que sempre leva ao engrandecimento do território brasileiro, pois à medida que compara a extensão territorial das regiões com o tamanho de alguns países, faz com a pretensão de mostrar *o quão é vasta a nossa pátria*.

Ao lermos os livros causa-nos a impressão de que as regiões não apresentam problemas, nem de ordem física, tampouco humanas, as duas regiões mais problemáticas são, Amazônia e Centro-Oeste, mas os problemas se apresentam pelas dificuldades de serem habitadas.

O segundo ciclo do ensino secundário, pelo que analisamos através dos programas, é uma retomada de todos os conteúdos vistos no curso ginasial, tanto da Geografia Geral quanto da Geografia do Brasil, pois, segundo os objetivos da reforma, o aluno já mais amadurecido se encontra em condições de absorver melhor os conteúdos que no primeiro ciclo foram expostos.

Nestes manuais de Geografia, tanto da reforma Francisco Campos, quanto da Capanema, podemos observar que ao conteúdo Geográfico, era dado um “revestimento” ufanista que buscava ressaltar idéias como a do país continente, do país bem dotado, sob o ponto de vista dos aspectos físicos. Seria a idéia de um país sem extremos, na medida em que não apresentava áreas climaticamente gélidas nem muito frias, assim como não apresentava verdadeiras zonas áridas ou zonas de montanhas excessivamente elevadas. Passando a idéia principalmente, de um país extremamente rico em recursos, quer se trate da flora, da fauna ou dos recursos do solo e subsolo, divulgando portanto, uma visão nacionalista da terra e da gente brasileira.

Era portanto, esta idéia de Brasil que o Estado pretendia passar à nação, principalmente tendo a escola como veículo divulgador e algumas disciplinas escolares como principais instrumentos, como era o caso da Geografia, História, Canto Orfeônico, Educação Física e mais tarde a Educação Moral e Cívica.

O controle rígido, que era feito pelo Estado, no funcionamento das escolas e na produção dos livros didáticos garantia a estes os objetivos desejados em relação à escola e às disciplinas escolares “estratégicas”.

Em particular podemos dizer da disciplina de Geografia quando Petrone (1979), se refere ao controle rígido que era feito ao ensino da mesma, da seguinte forma:

(...) a legislação vigente no País não permitia que as disciplinas de Geografia e História do Brasil, nos então cursos secundários, fossem ministradas por pessoas nascidas fora do País, mesmo que naturalizadas. A medida em questão refletia bem a idéia de que a Geografia e História, como poderosos instrumentos a serviço do Estado, deveriam, no ensino secundário, ser disciplinas rigorosamente controladas". (Petroni, 1979, p.320).

Assim, a disciplina de Geografia desde que surge está à serviço do poder, pois quando se institucionaliza no século XIX na Alemanha tinha uma função determinada a cumprir dentro da escola, na formação das consciências, que não se diferenciava muito da desenvolvida nas décadas de 1930 e 1940.

Outro fator que propiciou que o discurso geográfico, nas décadas de 1930 e 1940, tomasse este rumo foi a adesão dos intelectuais da época, principalmente os geógrafos, do discurso nacionalista, pois este era um discurso que viria a beneficiar a consolidação da ciência geográfica no Brasil. Assim, o cunho nacionalista era dado na produção do CNG, IBGE e principalmente dos livros didáticos de Geografia, todos instrumentos a serviço do poder.

Essa utilização da Geografia como instrumento do poder acarretou numa pobreza da produção geográfica que durante muitos anos pairou sobre esta ciência no Brasil. Somente no início dos anos 80, com a grande crise na ciência geográfica, é que se começou a questionar a Geografia Tradicional ou Moderna.

Mas no ensino da disciplina de Geografia, ainda hoje, as raízes desta geografia Moderna estão presentes, e os conteúdos ensinados apresentam muito do que as reformas de 1931 e 1942 implementaram nos seus conteúdos programáticos e até mesmo na divisão destes por série.

CONCLUSÃO

Conhecendo esta parte da história da disciplina escolar de Geografia que apresentamos nos capítulos desta pesquisa, concluímos que a disciplina de Geografia, nas décadas de 1930 e 1940 entrava como uma parte da cultura induzida articulada, pelo Estado Novo. Os manuais didáticos expressam a tentativa de a disciplina de Geografia apresentar-se como veículo de divulgação ideológica na função de “rearrumação” da burguesia nacional, tal como a ciência se organizou na Alemanha, no início do século XIX.

Julgamos importante acrescentar aqui que a valorização da disciplina de Geografia deu-se, primordialmente, na Prússia, pouco antes da unificação Alemã. A Prússia, com a unificação, realiza sua revolução burguesa de “cima para baixo”. E a realiza unindo o poder dos Junkers – poder rural, administrativo e militar, extremamente conservador – e a classe industrial progressista, denominando-se “via prussiana”. A “via getulina”, guardadas as distâncias históricas, fez a mesma coisa: estatismo, revolução de cima para baixo, intervencionismo, união das forças rurais conservadoras com a burguesia industrial, etc. *“A burguesia industrial floresceu sob a proteção de um regime bonapartista, o Estado Novo, que assegurou pela repressão e pela demagogia a neutralização da classe operária, ao mesmo tempo em que conservava, quase intocado, o poder do latifúndio”*. (Ianni, 1986, p. 21).

Podemos portanto, compreender melhor porque os geógrafos atribuem à década de 1930 o marco para a Geografia no Brasil, pois a mesma, enquanto ciência e principalmente enquanto disciplina escolar era utilizada para veicular o discurso do Estado centralizador e nacionalista. Por trás do Estado estava a sociedade burguesa que se rearticulava para restaurar as condições para o mercado. O nacionalismo é a fisionomia do Estado que articula os interesses da classe industrial com os do latifúndio. É assim que a burguesia emerge e se afirma como classe social nacional. Confere à nação a sua fisionomia, tal como se reorganizou o estado Prussiano no século anterior. O nacionalismo é a face da restauração da sociedade capitalista. E para validar este discurso ideológico o governo se utilizou do conhecimento científico, principalmente das ciências humanas, que eram usadas como meio de divulgar o nacionalismo pelo País, com o propósito de fortalecer as novas relações políticas, sociais e econômicas.

Então, à disciplina de geografia coube o papel de divulgar a imagem do Brasil “perfeito”, pátria a ser amada e idolatrada. Coube-lhe também o papel de formadora da consciência patriótica no estudante, pois através dos conhecimentos desenvolvidos por esta disciplina o cidadão estaria apto a trabalhar na construção de um País melhor.

O controle do Estado sobre o país como um todo, enquanto expressão dos interesses da sociedade civil, em particular na educação, garantia que as disciplinas escolares desempenhassem os papéis que lhes foram propostos, principalmente disciplinas como a Geografia e a História, consideradas estratégicas no desenvolvimento do projeto nacionalista do Governo Vargas. Assim, apesar de a Geografia se apresentar como uma disciplina controladora, a mesma foi, por sua vez extremamente controlada garantindo o cumprimento da sua função de disciplina estratégica para a legitimação da política nacionalista.

As reformas na educação tiveram um papel fundamental para garantir que o discurso nacionalista do Estado chegasse até as salas de aula, pois o controle desempenhado pelo Ministério da Educação e Saúde assegurava a reprodução deste discurso na produção dos livros didáticos e a reprodução destes nos tópicos desenvolvidos em sala de aula, por este motivo é que ao pesquisarmos não encontramos diferenças entre os conteúdos propostos pelas reformas educacionais, os dos índices dos livros didáticos e os registros de sala de aula; isto garantia que a proposta da política do governo Vargas chegasse até as escolas.

O controle que o Estado exerceu sobre o ensino nas décadas de 1930 e 1940 e as reformas educacionais ganharam a simpatia de muitos intelectuais da época, em particular dos geógrafos, que viam no discurso nacionalista a oportunidade de consolidar a Geografia como ciência no Brasil, pois a mesma reproduzia as propostas de mudança para a ciência geográfica, ou seja, a reprodução do discurso da Geografia Moderna, veiculado pelo geógrafo Delgado de Carvalho que teve um papel fundamental na construção do pensamento geográfico brasileiro. Os manuais de Geografia escritos por este autor tiveram influência marcante na produção dos manuais didáticos de Geografia nas décadas de 1930 e 1940, que chegavam, em alguns casos, à reprodução fiel das gravuras, mapas e cartogramas produzidos por ele.

Podemos perceber que a estrutura dos conteúdos da disciplina de Geografia, ditados pelas reformas de 1931 e 1942, são reproduzidas ainda hoje por

muitas escolas e livros didáticos, e que o método tradicional ou moderno ainda é bastante utilizado no ensino desta disciplina. Isto ainda se reproduz apesar de ter havido uma outra reforma na educação em 1961, com a institucionalização da LDB e com as mudanças ocorridas na discussão da ciência geográfica nas décadas de 60, 70, 80 e 90.

Ao findarmos esta dissertação esperamos ter contribuído para o despertar de inquietações e questionamentos, que venham contribuir para as discussões dos problemas educacionais brasileiros e, particularmente, do papel da disciplina de Geografia na formação da consciência crítica do cidadão.

ANEXOS

Anexo 1

Índice do livro didático de Geografia para a 1ª série da autoria de Mário da Veiga Cabral (vinculado à Reforma Educacional de 1931).

Anexo 2

Índice do livro didático de Geografia para a 2ª série da autoria de Moisés Gicovate
(vinculado à Reforma Educacional de 1942).

Anexo 3

Índice do livro didático de Geografia para a 4ª série da autoria de Moisés Gicovate
(vinculado à Reforma Educacional de 1942).

Anexo 4

Índice do livro didático de Geografia para a 5ª série da autoria de Aroldo de Azevedo
(vinculado à Reforma Educacional de 1931).

Anexo 5

Relatório de Inspeção Federal do Colégio Imaculada Conceição / Corumbá – MS
do ano de 1939.

BIBLIOGRAFIA

1. Livros Didáticos

AZEVEDO, Aroldo de. *Geografia - para a segunda série secundária*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

_____. *Geografia - para a quinta série secundária*. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

_____. *Geografia Geral*. 22. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1946.

_____. *Geografia Regional*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949.

_____. *Geografia do Brasil – para a quarta série ginásial. – As regiões geográficas*. 27. ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 1952.

CARVALHO, Delgado de. *Geographia Elementar*. 7. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo, s.d.

_____. *Geographia do Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1929.

ELLIS, Alfredo. *Geografia (terceira série)*. São Paulo: Livraria Acadêmica - Saraiva & Companhia, 1934.

GICOVATE, Moisés. *Geografia Geral – Geografia Física e Humana (primeira série do curso ginásial)*. 12. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1953.

_____. *Geografia Geral (segunda série)*. 6. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1945.

- _____. *Geografia do Brasil* (quarta série). 3. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1946.
- LENZ, Luiz G. *Geografia* (quinta série). São Paulo: Livraria Acadêmica – Saraiva & Cia., 1940.
- LIMA, A. G. *Geografia Secundária* (primeira série). 15. milheiro. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1935.
- PIMENTEL Jr, Menezes. *Lições de Geografia Física* (1º série do curso secundário). 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. J.R. de Oliveira & Cia., 1932.
- VEIGA CABRAL, Mário da. *Primeiro Ano de Geografia*. 14. ed. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto, 1939.
- _____. *Terceiro Anno de Geographia*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria Jacinto, 1934.

2. Bibliografia consultada e/ou citada

- ALVES, Gilberto L. *A produção da escola pública contemporânea*. Campinas, 1998. 203p. Tese (pós-doutoramento em Filosofia da Educação). Departamento de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação da Universidade estadual de Campinas.
- ANDRADE, Manoel C. de. *O pensamento geográfico e a realidade brasileira*. Boletim paulista de Geografia n.º 54, p. 05-28, junho/1977.
- _____. *Geografia, ciência da sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico*. São Paulo: Atlas, 1992. 143p.

_____. *Uma Geografia para o século XXI*. Campinas: Papirus, 1994. 85p.

AZEVEDO, Aroldo de. *A Geografia em São Paulo e sua evolução*. **Boletim Paulista de Geografia**, nº 54, p.46-73, São Paulo, AGB/SP, junho/1977.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1971.

BICUDO, Joaquim de C. *O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação* (de 1931 a 1941 inclusive).. São Paulo: s.n., 1942. 381p.

_____. *O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação* (de 1942 a 1943). São Paulo: s.n., 1943. 195p.

BITTENCOURT, Circe M. F. *Livro Didático e conhecimento Histórico: Uma história do saber escolar*. São Paulo, 1993. 02 vol.. Tese (Doutoramento em História). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas , Universidade de São Paulo.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. *O ensino Superior e Médio no Brasil*. Rio de Janeiro: I.N.E.P. n.º 58, 1950. Relação dos estabelecimentos de ensino em funcionamento no país no 2º semestre de 1949.

BRASIL, Ministério da Educação e Saúde. *Ensino Secundário no Brasil*. Rio de Janeiro: I.N.E.P. n.º 67, 1952. Informações sobre cursos de preparação, especialização e aperfeiçoamento, para oficiais e praças, no Exército e na Marinha, Aeronáutica e polícia Militar.

BRAY, Silvio C. *As escolas geográficas em São Paulo e no Brasil –1934 a 1976* (uma tentativa de classificação). **Boletim do Departamento de Geografia** da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, nº 07, Presidente Prudente - SP, 1976.

- BRAY, Silvio C. *Os postulados da análise funcionalista na Geografia e seus aspectos ideológicos*. **Boletim Paulista de Geografia** n.º 54, p.29-40, junho/1977.
- BRABANT, Jean-Michel. *Crise de la Géographie, crise de l'école*. Hérodoto, Paris: Máspera, n.º02, 2º trimestre 1976, p.p94-102.
- CAPEL, Horácio. *Filosofia y ciência en la Geografía contemporânea*. Barcelona: Barcanova, 1983.
- CHERVEL, André. *História das Disciplinas Escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. **Teoria & Educação**. n.º 02, p.177-229, 1990.
- COLESANTI, Marlene T. M. *O ensino da Geografia através do Livro didático no período de 1890 a 1971*. Rio Claro, 1984. 212p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho".
- FERRAZ, Cláudio O. B. *O discurso geográfico: A obra de Delgado de Carvalho no contexto da Geografia brasileira -1913 a 1942*. São Paulo, 1995. 132p. Dissertação (mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- GADOTTI, Moacir. *História das idéias Pedagógicas*. São Paulo: Série Educação. Editora Ática.1993.
- GHIRALDELLI Jr., Paulo. *História da Educação*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- GOODSON, Ivor. *Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução*. **Teoria & Educação**, n.º 02, p.230-254, 1990.
- HAMBURGER, Amélia I...(et al.). *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 1996.

HISTÓRICO da criação do Conselho Nacional de Geografia, in: **Revista Brasileira de Geografia**, v.1, nº1, Rio de Janeiro, IBGE, janeiro/1939, p.p 09-18..

HOLLANDA, Guy de. *Um quarto de século de Programas e Compêndios de História para o Ensino Secundário Brasileiro- 1931 a 1956*. Publicações do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais série IV Currículo, programas e métodos – vol.I INEP- Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1957.

HORTA, José S. B. *O hino, o sermão e a ordem do dia: Regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento no Brasil (1934-1977)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

_____. *Classe e Nação*. Petrópolis: Vozes, 1986.

JOSGRILBERT, Maria de F. V. *A história da Educação Moral e Cívica: um álbum de fotografias da sociedade brasileira*. Campo Grande - MS, 1998. 213p. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciências Humanas e Sociais da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

LACOSTE, Yves. *A Geografia, isso serve em primeiro lugar para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.

LEGISLAÇÃO, **Revista Brasileira de Geografia**, v.1, ano1, Rio de Janeiro, 1939, p. 129-145.

LOPES, Eliane M. T. *O ensino público e suas origens*. ANDE, **Revista da Associação Nacional de Educação**, ano1, n.º 5, São Paulo, 1993, p.p 5-7.

MANACORDA, Mário A. *História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

- MONTEIRO, Carlos A. de F. *A Geografia no Brasil (1934 – 1977) – Avaliação e Tendências*. São Paulo: Instituto de Geografia /USP, 1980. (Série teses e monografias, 37).
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. São Paulo, EPU: Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1974, 1976 reimpressão.
- PENHA, Eli A. *A criação do IBGE no contexto da Centralização Política do Estado Novo*. Rio de Janeiro: FIBGE- Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 1993.
- PEREIRA, Diamantino A. C. *Origens e consolidação da tradição didática na Geografia escolar brasileira*. São Paulo, 1989, 151 p. Dissertação (mestrado em geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- PEREIRA, Raquel M. F. A. *Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia Moderna*. Florianópolis: ed. da UFSC, 1993.
- PEREIRA, Sérgio N. *Saber e poder nos Institutos e Sociedades Geográficas no Brasil: um olhar sobre o IHGB*. Texto digitado, s.d. 5p.
- PESSANHA, Eurize C. (Coord.) *As disciplinas Escolares como forma de analisar a educação na escola*. In: ENDIPE, 1998.
- PETRONE, Pasquale. Geografia Humana. In: FERRI, Mário G., MOTOYAMA, Shozo. *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1979. Capítulo 12, p.p 303-330.
- RIBEIRO, Maria Luísa S. *História da Educação Brasileira: A organização escolar*. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1982.

- RODRIGUES, Neidson. *Por uma escola nova: o transitório e o permanente na educação*. São Paulo: Ed. Cortez, 1985.
- SANTOS, Lucíola L.C.P. *A História das Disciplinas Escolares: perspectivas de análise*. **Teoria & Educação**, n.º 02, p.21-29. Porto Alegre – RS, 1990.
- SANTOS, Wilson. *A obra de Aroldo de Azevedo: uma avaliação*. Rio Claro, 1984. 132p. Dissertação (mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia da Universidade estadual Paulista.
- SCHWARTZMAN, Simon (Coord.)...(et al.). *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Ed. USP, 1984.
- SILVA, José Luiz W. (org.)...et al. *O feixe e o Prisma - uma revisão do Estado Novo*. Rio de Janeiro Jorge Zahar editor, 1991.
- VALENTE, Wagner R. *Uma história da matemática escolar no Brasil (1730-1930)*. São Paulo, 1997. 204 p. Tese (Doutoramento em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.
- VESENTINI, José W. *A construção de Brasília e o discurso geopolítico nacional*. In: anais do 4º Congresso Brasileiro de Geógrafos, sociedade e Estado. Livro 2, vol. 2, São Paulo, AGB, julho/84, pp. 11-20.
- VLACH, Vânia R.F. *A propósito do ensino de Geografia: Em questão, o Nacionalismo Patriótico*. São Paulo, 1988. 206p. Tese (doutoramento em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- ZARUR, Jorge. *A Geografia no curso secundário*. **Revista Brasileira de Geografia**, n.º 02, ano III, p.03-43, 1941.